

INTRODUÇÃO

O objetivo geral do presente trabalho, que foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e de campo com aplicação de questionários aos professores titulares e entrevistas com diretores e supervisores de escolas da Região das Missões e da Grande Porto Alegre, é propor uma alternativa para o ensino de História das Missões, centrado na evidência material da cultura Jesuítico-Guarani. Os objetivos específicos são os de sensibilizar e despertar o interesse do educando, facilitando a aprendizagem e fazendo com que o mesmo sinta-se agente da história, recuperando o conhecimento e valorizando a cultura regional, entendendo-se cultura como “processo dinâmico transmitido de geração em geração que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam” (HORTA, 1999, p. 7).

A alternativa que se propõe é o estudo do Patrimônio Jesuítico-Guarani, resultante do processo missional de conquista e colonização européia em terras da América Meridional, entre os séculos XVII e XVIII. Os remanescentes deste período formam hoje importante acervo da cultura material para o uso no estudo da História das Missões, nas escolas públicas e privadas, terceiras e quartas séries do Ensino Fundamental, especialmente as da Região Missioneira. Esta alternativa proposta teve origem na observação feita, durante longos anos de trabalho como guia de turismo das Missões, de uma evidente diferença no ensino da História das Missões entre as escolas da grande Porto Alegre e da região das Missões. Percebeu-se o interesse dos estudantes que visitam os sítios históricos e a falta de conhecimento

dos mesmos sobre o tema. Nesse contexto, surgiu a idéia de sensibilizar os alunos do Ensino Fundamental para trabalhar a História das Missões através da Educação Patrimonial ou cultura material existente.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa com as escolas (Colégio Anchieta, Colégio Maria Auxiliadora, Escola Estadual de Ensino Fundamental Cidade Jardim e Escola de Aplicação da UFRGS) da grande Porto Alegre e as escolas (Colégio Teresa Verzeri, Colégio Marista Santo Ângelo, Escola Concórdia, Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi, Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, Escola Estadual de Educação Básica Pe. Antônio Sepp, Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Augusto Nascimento, Escola Municipal Gildo Castelarim, Escola Municipal Brochado da Rocha, Escola Municipal Osvaldina Batista da Silva, Escola Municipal Eduardo Damião, Escola Municipal Onório da Cruz e Escola Municipal Manoel da Nóbrega) da região das Missões.

Sua problematização e discussão giram em torno do ensino de História Regional e do uso do livro didático como uma das poucas fontes de informações, se não a única fonte, utilizadas sobre o tema “Missões”, apesar de existirem na região um Centro de Informações com acervo bibliográfico e documentos escritos, iconográficos, além de um patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico e artístico sobre Missões reconhecido internacionalmente.

Tratando-se ainda do uso do livro didático, a realização de leituras e experiências didáticas permitem uma importante reflexão: como estes livros didáticos analisam essa temática? A sua abordagem, em maior ou menor intensidade, está vinculada ao seu conhecimento e/ou à sua presença obrigatória nos conteúdos das escolas de Ensino Fundamental?

O estudo das Missões como uma possibilidade de conhecimento, divulgação e reflexão sobre a experiência jesuítico-guarani no contexto histórico da Ibero-América, torna-se extremamente significativa no momento em que se intensificam as relações entre os países hispano-luso-americanos e, de modo especial, para o estudo da importância das Missões na formação do Rio Grande do Sul.

Além disso, um dos motivos para desenvolver este trabalho foi o desejo de que o estudo de História não se faça linearmente, sob uma única memória historiográfica, mas que se trabalhe com a pedagogia da pluralidade da diferença de tempos e culturas, destacando no desenvolvimento deste projeto o estudo da História Regional que permite contextualizar as características de desenvolvimento econômico e social de uma região, com relação ao contexto nacional e internacional ou seja, como ponto de partida para a compreensão de espaços e tempos mais amplos e distantes. Reinvidica-se um estudo de História onde os alunos busquem construir a identidade, levando em consideração que identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam com sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção (OLIVEN *apud* NAGEL, 2000, p. 289), tomando como ponto de partida experiências históricas nas quais estes alunos se reconheçam como sujeitos, no caso, da História Regional.

Justificam-se tais afirmativas com base na experiência com alunos provenientes de outras regiões que, ao tomarem contato com a cultura material, através de questionamentos aprofundam mais seus conhecimentos sobre a sociedade, a economia, a política dos povos que viveram nas reduções. As conclusões que irão tirar terão como base o estudo da evidência tangível, dos elementos concretos e perceptíveis da herança cultural, ou seja, dos objetos e artefatos, das construções, das expressões artísticas, da representação dos mitos e lendas, de experiências concretas de ensino e aprendizagem. Esses objetos, como artefatos produzidos pela ação e inteligências humanas, podem ser vistos como ações cristalizadas resultantes do processo cultural.

Considerando que o processo educativo é realizado através de práticas pedagógicas fundamentadas em teorias, propõem-se trabalhar o tema “Missões” a partir da cultura material, ou seja, da Educação Patrimonial, onde o ensino e aprendizagem estão centrados no objeto cultural, na evidência material da cultura, processo educacional que considera o objeto como fonte primária de pesquisa (HORTA, 1999).

Para desenvolver a proposta da Educação Patrimonial, os remanescentes históricos, arqueológicos, arquitetônicos e artísticos das reduções constituem-se em

rico legado, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. O sítio da redução de São Miguel Arcanjo, hoje localizado no município de São Miguel das Missões, na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, destaca-se neste contexto.

Esse patrimônio só passou a ser valorizado no Brasil a partir de ações promovidas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir da década de 30. Desenvolveram-se, a partir daí, trabalhos de restauração, conservação e proteção, procurando valorizá-lo e envolver as comunidades locais.

O presente trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro trata da Educação Patrimonial e do ensino de História. Na primeira parte desenvolve-se o ensino de História, a políemia da palavra, a história como disciplina, os questionamentos e a crise no ensino de História, o que se quer com o mesmo deixando de lado a visão eurocêntrica, métodos fundamentados na memorização e na assimilação acrítica e a busca de inovações na pesquisa e no ensino histórico, vendo a história como resultado da ação do homem nos diversos grupos sociais e em suas diferentes formas de participação.

No segundo capítulo trata-se da origem do Patrimônio Histórico, inserido no Patrimônio Cultural, entendendo este como:

evidências materiais da cultura, das manifestações e dos processos culturais que expressam a forma e o conteúdo da herança que recebemos dos nossos antepassados e que está na base da configuração e dos padrões da cultura que produzimos (HORTA, 1991, p. 67).

Trata-se também dos remanescentes histórico-culturais das reduções jesuítico-guarani, a fundamentação histórica e o que restou deste período que são os remanescentes arquitetônicos, arqueológicos e artísticos do período reducional e que hoje formam um acervo importante para o estudo dessa história.

A partir do terceiro capítulo faz-se um diagnóstico de como é trabalhada a História das Missões em algumas escolas das redes privada e pública da região das

Missões e da grande Porto Alegre, e do ensino da História das Missões nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Analisa-se em que séries é trabalhada a História das Missões, quantas horas/aula semanais cada escola destina à disciplina de História, os conteúdos programáticos, a formação dos professores, a metodologia utilizada e os livros didáticos utilizados pelas mesmas.

O último capítulo é constituído pela proposta de Educação Patrimonial que visa estimular estudantes do Ensino Fundamental (3^a e 4^a séries) da região missioneira para que tenham um maior interesse pela História Regional e sua conseqüente valorização e importância na formação do Estado. Propõem-se o uso da cultura material como fonte primária para o ensino e a aprendizagem dos alunos sobre o tema. A proposta está fundamentada na obra de Horta, Grümberg e Monteiro (1999).

No que tange a contextualização do trabalho, foram usadas as obras de Caimi, Flávia. *Conversas e Controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1990)* que analisa mais de uma centena de textos que tratam sobre estudos, pesquisas e experiências escolares e acadêmicas propondo a reflexão e o redimensionamento dos pressupostos teóricos, metodológicos, historiográficos e políticos da história e do seu fazer pedagógico, também sobre a trajetória da disciplina que foi de grande importância para a fundamentação do primeiro capítulo deste trabalho. Ainda utilizou-se a obra de Loiva Félix. *História e Memória a problemática da pesquisa* que traz uma reflexão sobre a organização e trajetória da pesquisa em História. Na obra de Sonia Nikitiuk (org.). *Repensando o Ensino de História*, vários autores discutem a questão de como ensinar História atualmente, as mudanças que acontecem e como lidar com essas mudanças, o que mudar para que a aprendizagem se torne mais interessante. Baseou-se também em obras de Carlos Lemos, *O que é Patrimônio Histórico*; em Leandro Telles, *Manual do Patrimônio Histórico* e em Maria de Lourdes Horta, *Educação Patrimonial I e II* que foram decisivas para a formatação dos itens sobre conceito de Patrimônio, Educação Patrimonial, sobre as Leis de Tombamento e a preservação desses Patrimônios.

O capítulo dois foi baseado nas obras de Guillermo Furlong. *Misiones y sus Pueblos de Guaraníes*, Arnaldo Bruxel. *Os Trinta Povos Guaranis*, clássicos da História das Missões e que servem de fontes permanente de pesquisa. Além de outras obras como: *Missões: uma utopia política* de Arno Kern, Moacyr Flores. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*, Bartomeu Melià, *El Guarani Conquistado y Reducido* entre outros tantos que foram de grande importância para o desenvolvimento deste capítulo.

Os subsídios para desenvolver o terceiro capítulo além de pesquisas de campo realizadas através de entrevistas e aplicação de questionários ao professores, diretores e supervisores das escolas avaliadas foi baseado em obras de Ieda Gutfreind, *A Historiografia Rio-Grandense* e Luiz Torres em *A Trajetória Historiográfica das Missões Jesuítico-Guaranis: da tendência luso-brasileira à renovação dos anos de 1960-1975* que tratam sobre as correntes ideológicas da História do Rio Grande do Sul. O livro *Didático de História: uma visão crítica* de José Baldissera serviu de base para a discussão sobre o uso do livro didático em sala de aula.

A partir dos capítulos desenvolvidos espera-se contribuir para que muitas discussões venham enriquecer o estudo da História das Missões no Ensino Fundamental.

1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

1.1 O Ensino de História

A palavra História admite uma polêmica. Pode ser entendida como a ciência do acontecido, como a notícia de fatos e mesmo como fatos acontecidos. Por sua vez, a história-conhecimento é uma operação intelectual que envolve o registro dos fatos ocorridos, a notícia de alguma forma registrada, analisada, objeto de crítica e reflexão.

A História é um processo dinâmico, um exercício de investigação do passado, e não algo morto ou curioso, mas uma experiência que permite:

construir-se um conhecimento reflexivo e crítico do mundo em que se vive e sua inserção neste;
pensar-se historicamente a sociedade em que se está;
compreender a realidade global, não ocupando-se somente do passado;
enfim, a compreensão do presente e a criação de uma perspectiva de um futuro melhor (MARIN, 2001, p. 4-5).

Quando, no presente, se pergunta pelo passado, a História tenta responder inquietações e buscas do sentido da vida individual e da coletividade. O que se pretende com o ensino de História é instrumentalizar o homem para perceber e compreender o mundo.

A História como disciplina escolar no Brasil teve uma trajetória marcada por momentos históricos, nos quais podem se evidenciar algumas características como a origem conservadora determinada pela influência do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro – IHGB; a dependência dos modelos franceses decorrentes da visão histórica eurocêntrica; métodos de ensino fundamentados na memorização e na assimilação acrítica; a transmissão de conhecimentos deslocados do processo histórico e da prática social; a visão pragmática e utilitarista do ensino de História e sua contribuição para construção e manutenção da identidade nacional e do Estado – Nação, entre outras características (CAIMI, 2001).

A partir da década de 1980, inicia-se um questionamento ao projeto de ensino de História que instrumentalizava a construção e a manutenção da nacionalidade brasileira. Nessa fase muitos dos antigos referenciais teóricos, historiográficos e metodológicos deixaram de ser aceitos entre os professores e intelectuais envolvidos na crítica e na renovação da História, configurando-se assim um período de inovações na pesquisa e no ensino histórico.

Este momento de grande efervescência e discussão na área, que vai desde formas de pesquisas e investigação até o pensar e o fazer pedagógico do professor em sala de aula, contribuiu para um novo conceito de História. Este compreende a história como resultado da ação do homem nos diversos grupos sociais em suas diferentes formas de participação, na construção de diferentes abordagens do passado, no presente e na projeção do futuro. A ação humana é tida como a mola propulsora da História e do desenvolvimento da humanidade.

Considera-se atualmente “ser necessário que o professor tenha uma postura crítica de todo contexto de que o aluno está inserido” (MATTOS, 2002, p. 12-13), além do que é de fundamental importância o uso de diferentes linguagens no processo ensino-aprendizagem, o alargamento da noção do que é História, de seus objetos e das formas como se manifesta no social. O estudo de História deve reconstruir a ação e interação dos homens no desenvolvimento de suas atividades, em diferentes espaços e tempos, considerando as variadas formas de organização social, num processo permanente de transformações.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial tem uma grande contribuição a dar ao ensino de História porque através dos remanescentes da cultura material, professores e alunos poderão “levantar questões, observar, comparar e formar

hipóteses para perceber as diferenças, os conflitos e os embates nas ações humanas, desenvolvendo assim a capacidade de olhar o mundo e a si mesmos pela ótica da História” (MATTOS, 2002, p. 12-13).

1.2 Patrimônio e sua Preservação

O termo patrimônio costuma estar associado à idéia de herança, de bens pessoais e riqueza. No entanto, esse termo serve para designar bens e riquezas não somente pessoais, mas outros que, por sua natureza e importância, pertencem a todos os cidadãos.

Para Horta:

...patrimônio é o que se refere às evidências materiais da cultura, das manifestações e dos processos culturais que expressam a forma e o conteúdo da herança que recebemos de nossos antepassados e que está na base da configuração e dos padrões da cultura que produzimos (1991, p. 67).

Já o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define oficialmente, patrimônio como o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (TELLES, 1997, p.11).

Portanto, o patrimônio histórico envolve todos os bens denominados culturais produzidos por uma sociedade, e que refletem a relação do homem com a natureza. Assim pode-se considerar patrimônio toda manifestação humana palpável ou não, tais como: esculturas, monumentos, máquinas, objetos, construções, praças, obras arquitetônicas, fotografias, cartas, cartões postais, filmes, jornais, boletins, revistas, livros, passaportes, certidões ou diplomas, por exemplo.

Pode-se falar ainda de outro tipo de bem cultural que não pode ser observado ou tocado, mas que está presente em todos nós que é a memória. Ela (memória)

pode ser considerada elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Mas deve-se ter em mente que memória coletiva não é história; há uma distinção entre as duas. A História reúne os fatos e permite que se lance uma ponte entre o passado e o presente, restabelecendo uma continuidade que se romperá. É “construída com diferentes memórias e registros na dupla dimensão do recordar (das lembranças) e do esquecer (os silêncios, os não ditos)” (FÉLIX, 1998).

A memória, por sua vez, recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade e opõe-se a história como campo de produção de conhecimento, espaço de problematização e de crítica.

Na operação histórica, o passado torna-se exclusivamente racional, destituído da aura de culto, metamorfoseado em conhecimento, em representação, em reflexão; na constituição de memória, ao contrário, é possível reincorporar a ele, passado, um grau de sacro, de mito (PINTO, 1998).

De modo geral, a memória é entendida como patrimônio que, para Varine-Bohan (*apud* LEMOS, 1987, p. 8 - 9) pode ser classificado em três grandes categorias:

- a primeira é composta pelos elementos pertencentes à natureza: relevo, clima, vegetação, hidrografia, que integram a paisagem constituída por símbolos, marcos e pontos de referências.
- a segunda categoria refere-se aos elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural, compreendendo a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio, as técnicas, o saber e o saber fazer.
- a terceira categoria reúne os chamados bens culturais tais como objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Esse artefato pode ser desde a pedra polida do machado até um foguete interplanetário ou uma igreja ou a cidade em volta desta igreja (1987, p. 8-10).

Nesse trabalho privilegia-se – sem desconsiderar os demais - o estudo da terceira categoria que engloba os objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Entende-se que, através dela, pode-se compreender melhor a história da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, recuperando o conhecimento da sua história e valorizando a cultura regional.

Historicamente a proteção ao patrimônio é bastante antiga, e já os imperadores bizantinos e romanos preocupavam-se com o patrimônio histórico. Cabe aqui a observação de que é uma minoria da população que se preocupa com a memória e a defesa de seus bens representativos. As ações pela preservação do patrimônio são realizadas por entidades e pessoas envolvidas em processos culturais específicos. Dentre estes, encontram-se arquitetos, engenheiros, artistas plásticos, pesquisadores, jornalistas e professores, que possuem uma visão global da preservação e entendem que a mesma é de responsabilidade de todos.

A preservação do patrimônio atualmente está, na sua grande maioria, direcionada especialmente para o atendimento da demanda turística que nasceu em volta dos bens culturais, paisagísticos e arquitetônicos de uma região ou cidade, muito mais do que propriamente ao interesse da comunidade local e regional. Esta é a situação do conjunto de monumentos que importam diretamente a este trabalho: os vestígios materiais resultantes dos povoados Jesuítcos-Guarani. Isso demonstra a falta de conscientização por parte da comunidade sobre a importância de se resguardar os elementos culturais para não se perder a memória.

Preservar um bem cultural é conservar, livrar, defender, resguardar, tombar, restaurar, revitalizar, e dar-lhe uma nova função, um uso adequado, um novo sentido (LEMOS, 1981). Assim, estudar e ensinar história – no caso, história regional, é inserir-se neste espaço.

Em âmbito mundial a questão do patrimônio tem sido discutida em vários eventos dos quais resultam importantes documentos como a Carta de Atenas (1931) (Anexo 1) na qual o patrimônio é considerado como de interesse histórico, artístico e científico como bem documental ou testemunho. As Resoluções de Haia (1954) ampliam o significado de patrimônio com o emprego de “bem cultural” no qual estão

incluídos os bens móveis e imóveis como: monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou seculares, os sítios arqueológicos, os grupos de construções que, pelo seu conjunto, ofereçam interesse histórico, artístico ou arqueológico. Já a carta de Veneza (1964) (Anexo 2) amplia e reforça os conceitos da Carta de Atenas, concedendo uma nova concepção ao conceito de monumento. Ela agrega, além das grandes criações, as obras modestas que a longo do tempo adquiriram significado cultural. A Convenção de Paris de Patrimônio Mundial (1972) (Anexo 3), por sua vez, apresentou a classificação do Patrimônio em Natural e Cultural (KOTHER, 2000).

Conforme Mascarello (1986) a Carta de Veneza que resultou do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de monumentos históricos realizada em Veneza em maio de 1964, representou um marco inicial da preservação a nível internacional. Suas considerações passaram a nortear, praticamente de forma generalizada, os movimentos de preservação patrimonial em todas as instituições do mundo, baseados nos seguintes princípios:

- 1º o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado;
- 2º a conservação e a restauração de monumentos são fundamentalmente atividades interdisciplinares;
- 3º o uso do edifício, quando correto, conserva-o, e sua utilização não pode alterar a disposição dos elementos;
- 4º além das técnicas tradicionais de restauração deve-se buscar técnicas modernas de consolidação;
- 5º a restauração é uma operação que deve ter carácter excepcional – visa conservar e revelar o valor histórico e estético;
- 6º deve-se respeitar as contribuições de todas as épocas para construção de um monumento;
- 7º não deve ser tolerada a remoção parcial ou total de um monumento do sítio original;
- 8º a preservação do monumento implica a da moldura tradicional;
- 9º o agenciamento de ruínas e as medidas necessárias à conservação e à proteção permanente dos elementos arquitetônicos e objetos descobertos serão assegurados;
- 10º os trabalhos de conservação, restauração ou de escavações serão acompanhados de um documento preciso e relatórios com fotografias.

A partir da Carta de Veneza os países que participaram da sua elaboração passaram a estabelecer linhas de conduta aplicáveis dentro de suas peculiaridades, sempre tentando regulamentar as normas delas decorrentes. Foram, inclusive, realizadas reuniões latino-americanas para organizar regras apropriadas às condições daqueles que então se conheciam como países do Terceiro Mundo.

No Brasil não existem muitas informações sobre a evolução da proteção de patrimônio. Entre 1790 e 1792, surgiram os primeiros decretos para a proteção de bens móveis e, em consequência, os primeiros registros do patrimônio cultural. Em Porto Alegre, no ano de 1856, a Câmara de Vereadores com jurisdição administrativa e legislativa, transmite uma ordem de proteção sobre as inscrições existentes em monumentos públicos e de inscrições sepulcrais das igrejas, independente do idioma das mesmas. Em 1902 surge uma lei que protege as paisagens e em 1907 foi promulgada uma lei contra a desfiguração das cidades.

Com a Constituição de 1934 inicia-se a institucionalização da Tutela Jurídica ao Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico Nacional. Em seus artigos 10, III, e 148, ela dá competência concorrentemente à União, Estados e Municípios para proteger as belezas naturais, os objetos e monumentos de valor artístico do país.

Com o Decreto número 24.735 de 14 de julho deste mesmo ano de 1934, instituiu-se um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais do país, aprovando o novo regulamento do Museu Histórico Nacional e conferindo ao mesmo atribuições da preservação do patrimônio cultural. O Decreto Lei número 25 de 30 de novembro de 1937, define a legislação de proteção ao Patrimônio Cultural e cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)

Esta Instituição foi dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que contou com a colaboração de inúmeros intelectuais e artistas vinculados ao movimento modernista, entre os quais, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, e outros. Em 1979, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, foi definida uma nova política no Ministério da Educação e Cultura, estabelecendo-se duas vertentes distintas para o trato do bem cultural – a do bem patrimonial e a da produção e circulação da cultura. No governo Collor (1990) foi extinto o SPHAN e em substituição foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC até 1994, quando foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. No início dos anos setenta encontros realizados em Brasília (1970) e Salvador (1971), reunindo governadores, autoridades e

representações de órgãos culturais para discutir sobre a preservação, fiscalização e proteção dos bens culturais do país, redigiram alguns compromissos tais como:

- Estados e Municípios fiscalizarão a atuação federal com relação à proteção dos bens culturais de valor nacional; também compete aos Estados e Municípios a proteção dos bens culturais de valor regional, com orientação técnica do IPHAN;
- deverão ser incluídos nos currículos escolares de níveis primário, médio e superior, matérias que versem sobre o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico;
- às universidades caberá o entrosamento com Bibliotecas e Arquivos Públicos nacionais, estaduais, municipais, eclesiásticos entre outros pontos (TELLES, 1977, p. 40-41) (Anexo 5).

As decisões tomadas nos encontros de Brasília e Salvador, a maioria delas permanecem em vigor até hoje.

Atualmente a ação do IPHAN desenvolve-se por meio de coordenações regionais, sub-regionais, alguns museus nacionais e regionais, entre outros órgãos. O trabalho de preservação, realizado com o apoio das comunidades e do Ministério Público está reconhecido nos mais de 16 mil edifícios tombados, 50 centros e conjuntos urbanos, 10 mil sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos, incluindo acervos museológicos, volumes bibliográficos, documentação arquivista, fotografias, etc, sob a guarda de suas diversas unidades.

No Brasil, até o presente momento, tem-se em torno de nove monumentos culturais e naturais considerados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) como Patrimônio da Humanidade. Entre eles está o Sítio Histórico e Arqueológico das Missões Jesuíticas-Guarani da Redução de São Miguel Arcanjo, hoje localizada no município de São Miguel das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, objeto principal de estudo neste trabalho.

1.3 Tombamento

Para a preservação de bens lança-se mão do tombamento que constitui-se na “declaração, pelo Poder Público, de valor histórico, artístico, paisagístico ou científico

de coisas que, por essa razão, devem ser preservadas de acordo com a inscrição no livro próprio” (TELLES, 1977, p. 37 - 38).

“Tombar” significa lançar nos “Livros do Tombo”, a denominação, a situação, limites e outras características do bem inscrito. Estes livros ficam na repartição competente para realizar o tombamento. Em nível federal o órgão responsável é o Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico e Nacional, que possui quatro Livros do Tombo, nos quais serão registrados os bens mencionados (Decreto-Lei 25/37, Art. 4):

- Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, nos quais são inscritos elementos culturais pertencentes às categorias arqueológicas, etnográficas e os monumentos e paisagens notáveis;
- Livro do Tombo Histórico, onde se inscrevem bens de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- Livro do Tombo de Belas Artes, no qual se inscrevem os bens de Arte Erudita;
- Livro do Tombo das Artes Aplicadas, em que se inscrevem as obras de arte da categoria das artes aplicadas.

O tombamento pode acontecer tanto sobre os bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios e Distrito Federal, de uso comum, especial ou nominal, como sobre os bens pertencentes às pessoas físicas ou jurídicas privados (Decreto-Lei n/25/37, Arts. 5 e 6). Em qualquer uma das situações, o tombamento é que constitui o bem tombado em patrimônio histórico e artístico nacional. Ele produz efeito sobre a esfera jurídica dos proprietários, privados ou públicos dos bens tombados, impondo limitações ao direito de propriedade. Um regime jurídico especial transforma-os em bens de interesse público.

Também os elementos vizinhos ao bem tombado sofrem limitações de uso e gozo. Próximo a eles não poderá ser feita construção que lhes impeça ou reduza a

visibilidade, nem a colocação de anúncios ou cartazes, sob pena de destruição ou multa. A pessoa que destruir, demolir ou mutilar um bem tombado ou nela fizer reparos, pinturas, restauração sem autorização prévia do IPHAN, está sujeita a multa que corresponde a cinquenta por cento do valor do dano causado.

Conforme concessão da Lei (D-Lei 25/37), o tombamento pode ser de várias classes:

- a) Tombamento de Ofício, é o que incide sobre bens públicos. (25/37, art.5);
- b) Tombamento Voluntário, que incide sobre bem privado e realiza-se pela simples anuência de seu proprietário, quer ao seu pedido, quer em atendimento à notificação que se lhe fizer, para a inscrição do bem no livro Tombo respectivo. (art.7);
- c) Tombamento Compulsório, que ocorre quando o proprietário particular se recusa a anuir à inscrição do bem (art.8);
- d) Tombamentos Provisórios e Definitivos, que são subespécies do Tombamento Compulsório. Provisório é o Tombamento cujo processo esteja já em curso, iniciado pela notificação, e definitivo é o tombamento que se perfaz pela sua inscrição no Livro Tombo. Aquele que se equipara a este para todos os efeitos, menos quanto à obrigação de transcrição e averbação no registro imobiliário (art.10) (TELLES, 1997).

No Rio Grande do Sul a primeira iniciativa com relação à preservação do seu acervo cultural ocorreu em 1922 com a promulgação do Regulamento de Terras, em cujo artigo 24 instituiu-se que: "Serão os bens mantidos no domínio público ou trazidos para este e devidamente conservados os lugares notabilizados por fatos assinalados da evolução do Estado".

1.4 Preservação de Sítios – São Miguel Arcanjo

Com relação à preservação do principal sítio arqueológico do Rio Grande do Sul - São Miguel das Missões - sabe-se que a primeira intervenção em seu sítio foi realizada em 1926. Ocorreram aí os primeiros trabalhos de estabilização dos remanescentes arquitetônicos com a introdução de trilhos metálicos e vergas que estabilizaram a estrutura dos arcos, bem como a erradicação da vegetação. Esta primeira intervenção foi feita com poucos recursos tecnológicos e mão-de-obra não especializada, provocando um resultado que hoje não é aceito como tecnicamente correto. Apesar disso, graças a ela os remanescentes mantiveram-se preservados até hoje.

Somente uma década mais tarde, em 1937, com a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a igreja de São Miguel pela sua importância, desperta a atenção do governo federal e recebe um dos primeiros títulos brasileiros de proteção institucionalizada. Nesse mesmo ano foi realizada a primeira grande obra de conservação que manteve os remanescentes arquitetônicos preservados por vinte e cinco anos. Foi nesse ano também que criou-se o Museu das Missões, projetado por Lúcio Costa e que abriga cem imagens da arte barroca missioneira.

A igreja de São Miguel das Missões depois de um longo período de abandono, teve, a partir do primeiro trabalho de 1926, uma série de outros trabalhos de restauro. Em 1954, sob a responsabilidade do arquiteto Maurício Dias da Silva foi realizada a limpeza e conservação de algumas estruturas. Em 1967 e 1970 foram realizadas novas obras de caráter estrutural, com instalação de vigas de concreto no interior da frontaria e sobre o respaldo das arcadas entre outras, inspecionadas pelo arquiteto Julio de Curtis.

Em 1980 iniciou-se uma nova etapa da preservação deste monumento, agora de caráter permanente. Esse trabalho foi motivado pela iniciativa do arquiteto de Curtis, que na época, como Diretor Regional do SPHAN, solicitou apoio institucional e consultoria da UNESCO, efetuada pelo engenheiro Roberto Di Stefano. De 1981 a 1987 foram iniciadas obras de consolidação coordenados pelo arquiteto Fernando Leal.

O trabalho principal executado em São Miguel incluía a preservação e valorização de outras estruturas no colégio, oficinas, quinta e fonte, além da igreja. Neste processo, a declaração da UNESCO em 06 de dezembro de 1983, que passou a considerar São Miguel como Patrimônio Cultural da Humanidade, foi determinante.

Os últimos trabalhos de consolidação realizados em São Miguel foram na fonte missioneira, nas fundações das paredes da igreja (2001), nos muros dos pátios da casa dos padres e oficinas (2002), e que continua em 2003 com a preservação do piso missioneiro a partir da aplicação de cal, consolidação dos muros do colégio entre outros trabalhos que estão sendo realizados, conforme informações dos arquitetos Vladimir Fernando Stello e Matilde Villegas do IPHAN, responsáveis pela preservação do Sítio Arqueológico São Miguel e dos demais Sítios (São João Bastista, São Nicolau e São Lourenço).

Tal como se apresenta hoje, o conjunto arquitetônico de São Miguel constitui-se num suporte privilegiado para a implementação de projetos centrados na educação patrimonial.

1.5 Educação Patrimonial

Todas as ações por meio das quais os povos expressam suas formas específicas de constituir a sua cultura, ao longo do tempo vão adquirindo formas e expressões diferentes. Sendo a cultura um processo dinâmico de sociabilização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade e a própria história.

Para tanto há necessidade de sensibilizar e despertar o interesse da criança pela História Regional, para conhecer e reconhecer a diversidade cultural de todos os povos, através de uma visão ampla do processo histórico, reconhecendo as particularidades de cada comunidade, de épocas e espaços diferentes e que não existem culturas mais ou menos importantes. E é nesse sentido que há uma

preocupação por parte dos educadores em sensibilizar a criança e também o adulto para que conheça a sua história.

Qualquer processo educacional fundamenta-se em bases teóricas e científicas que definem a metodologia a ser aplicada em seu desenvolvimento. As tentativas de definição dos critérios, do desenvolvimento de princípios básicos e de uma metodologia específica de Educação Patrimonial são no sentido de levar as crianças a olharem para o passado, despertando o interesse das mesmas para a história e preservação daquele bem e/ou patrimônio histórico. Isso têm atraído o interesse de todos os que trabalha na área da Educação, especialmente dos envolvidos na Educação Patrimonial.

O termo Educação Patrimonial é relativamente novo. Foi lançado no Iº Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, (Petrópolis, RJ), inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de “Heritage Education”, traduzido para a Língua Portuguesa como Educação Patrimonial. Pode-se definir a Educação Patrimonial como o ensino centrado no objeto cultural, na evidência material da cultura. Ou ainda, como o processo educacional que considera o objeto como fonte primária do ensino (HORTA, 1999).

Segundo Horta (1991), dentro do objeto pode-se encontrar uma realidade mais fundamental, mais profunda. Esta realidade seria a lógica inconsciente da cultura e reside não só no objeto, mas também na mente de seu criador. É a asserção da vontade do homem sobre a substância da natureza que aflora da cultura material do artefato, do objeto.

Na Educação Patrimonial os monumentos e objetos do Patrimônio Cultural possibilitam às crianças, do mesmo modo que aos adultos, uma experiência concreta não verbal que lhes permite evocar e explicar o passado do qual são herdeiros.

Para um melhor entendimento do que seja Educação Patrimonial, deve-se ter a compreensão de cultura como “todas as ações e processos individuais ou coletivos de criação e recriação de formas de perceber, organizar e integrar o mundo, que os homens fazem entre si e com o ambiente físico” (GRÜNBERG, 1991, p. 1). Todas as

ações através das quais os povos se expressam, suas formas específicas de ser, são cultura, e essa cultura identifica-se nos produtos materiais e nas formas em que cada povo a usa, nos costumes, nas tradições, nas crenças, na organização social, nas manifestações artísticas, nas festas, nos processos de trabalho e em tudo o que se manifeste um sentimento de pertencer a um grupo social.

Todo o indivíduo é herdeiro de uma coletividade, de uma cultura, e traz em si os traços coletivos e culturais que vão determinar em grande parte o seu desempenho na sociedade. Reconhecer o passado cultural de que se é herdeiro, dá a garantia do equilíbrio da identidade cultural de cada um.

O crescimento, o enriquecimento e o amadurecimento de um indivíduo só são possíveis em relação ao passado onde se acumulam as experiências vividas, não só de um passado distante, mas do passado imediato, representado por qualquer experiência vivida. Esta experiência tem que ser concreta, não pode ser abstrata, ou não é experiência, não é vivência. Os bens patrimoniais e os museus possibilitam ao indivíduo essa experiência concreta da evocação do passado. E, se seus bens culturais não possibilitassem essa prática, não haveria motivos para se preservar monumentos ou acumular objetos em seus museus.

Deve-se considerar que o primeiro pressuposto teórico do processo de Educação Patrimonial é o de que o objeto real, como fonte de informações sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou, é a fonte principal de estudo. Em alguns casos, os objetos são a única fonte sobrevivente para a pesquisa.

Essa forma do ensino centrado no objeto vêm sendo motivo de discussão e aplicação há quase duas décadas, na Inglaterra e nos Estados Unidos. No Brasil a Campanha Nacional de Educação Patrimonial, foi lançada oficialmente em 18 de maio de 1997 (dia Internacional de Museus), visando incentivar o conhecimento do patrimônio do país por meio de ações que envolvam governos, comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus, monumentos, bibliotecas e arquivos, entre outros.

Percebe-se que o uso da cultura material como método, pode levar a uma interpretação do passado de uma forma mais clara, pois o patrimônio passa a ser visto como testemunho vivo de tradições seculares, portador de uma mensagem espiritual do passado e a criação arquitetônica isolada ou o sítio urbano ou rural, ou o mais simples artefato estudado pode oferecer uma prova de uma civilização particular, de uma fase representativa da evolução do progresso ou de um fato histórico e acredita-se que o simples artefato estudado pode ter importância crucial no desenvolvimento do julgamento humano, baseado numa história maior e mais humana que pode-se desenvolver de formas diferentes.

Apesar da riqueza da evidência material como recurso, em geral ela é utilizada apenas para testar interpretações já estabelecidas ou novas hipóteses sobre o passado, baseado em documentos escritos ou dados estatísticos, quando poderia utilizar como objeto principal da pesquisa um fragmento arqueológico, uma escultura, um pedaço de cerâmica.

Também pode-se observar o que acontece quando professores, museólogos, planejadores de exposições e outros, provocam deliberadamente uma experiência que possibilite ao indivíduo conhecer ou sentir o passado, preocupando-se em considerar os objetos como idéias e não apenas como realidades superficiais. Essa técnica visa o que a contemplação do passado pode evocar na mente do visitante ou do estudante.

Pode-se desenvolver esse método a partir da história contada pela criança. Um episódio histórico relatado por uma criança torna-se mais palpitante, pois as mesmas não excluem nada e não estão comprometidas com padrões morais, o que lhes permite um julgamento espontâneo. A visão da criança é objetiva, concreta e como tal muito mais próxima do objeto, ou da verdade do que a dos adultos, distorcidas por diferentes formações.

Em relação às categorias acima comentadas, o ideal seria um equilíbrio dos vários enfoques a partir do objeto e, considerando a meta final de qualquer aprendizado, possibilitar ao aprendiz capacidade de julgamento a partir de conceitos elaborados individualmente permitindo com isso uma melhor adequação à realidade (SCHELERETH *apud* HORTA, s. d.).

Nas sociedades primitivas, a história do grupo social era repassada de geração para geração pelos mais velhos, tendo a oralidade e a memória como suporte. Hoje esta informação não é mais repassada de geração para geração. A informação se despersonaliza, perde seu sentido de pertença, desvinculando-se de suas raízes e fazendo com que crianças desconheçam até a história de sua própria família (HORTA, 1989).

Um dos potenciais que o estudo da cultura material oferece é a capacidade de forçar a reflexão sobre o mundo que se perdeu. Esse mundo pode ser estudado através da cultura material e documental.

Herdeiros de um vasto patrimônio, muitas vezes desconhecido, em alguns casos a visita a um monumento ou a um museu histórico, pode-se captar um ponto de referência tangível na cronologia de um passado destruído. Pode-se encontrar no patrimônio a evidência material dos valores que os brasileiros acharam que deveriam ser preservados ou deixados de lado em cada uma das fases da experiência nacional.

A partir dessas discussões, foi sugerida no Seminário de Petrópolis uma proposta de metodologia da Educação Patrimonial, analisando e discutindo os elementos fundamentais do processo de aprendizagem que pudessem sustentar teoricamente essa metodologia e orientar a prática de atividades educacionais em sítios arqueológicos, monumentos patrimoniais e em museus.

A proposta metodológica da Educação Patrimonial foi desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos últimos quinze anos. Sob a coordenação da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, diretora do Museu Imperial, analisaram-se e discutiram-se os elementos fundamentais do processo de aprendizagem que pudessem sustentar teoricamente essa metodologia e orientar a prática de atividades educacionais em monumentos patrimoniais e em museus. A visita ao monumento ou ao museu, é tida como o momento de captar a história ali contida, de construir um ponto de referência tangível na cronologia de um passado destruído.

Deve-se reconhecer que todos os povos são donos de uma cultura, mas que cada um tem uma forma diferente de expressá-la e essa diversidade cultural deve ser aceita. Essa diferença mostra que não há uma cultura mais ou menos avançada, mais ou menos desenvolvida do que as outras. O respeito à cultura de cada povo contribuiu para analisar-se qualquer processo histórico de forma a evitar concepções etnocêntricas.

A interpretação histórica da descoberta da América, por exemplo, sua ocupação pelos povos da Europa, o processo colonizador, tudo é exemplo significativo para se aplicar este conceito de diversidade.

Atualmente a expressão Educação Patrimonial vem se tornando mais familiar e mais usada no trabalho dos museus e dos responsáveis pela preservação, identificação e valorização do patrimônio. A valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro depende, necessariamente, do conhecimento desse patrimônio.

A metodologia da Educação Patrimonial tem por objetivo oferecer aos educandos os instrumentos para recriar, transformar, usar e desfrutar do patrimônio cultural de sua comunidade, do país e do mundo inteiro, com o objetivo de não somente preservar mas valorizar e enriquecer este patrimônio.

Para obter um resultado positivo durante uma visita a um monumento, é importante planejar todo o itinerário a fim de que possa interessar e motivar o aluno para observar e registrar de várias formas o aspecto focado. Nesse processo deve-se considerar quatro linhas de abordagem, tais como: a) as pessoas e os costumes da época em questão; b) o edifício e seu conteúdo; c) a propriedade e sua estrutura econômica e social; d) a área onde está localizada (NEAL *apud* HORTA, s.d., p. 1-2).

Os métodos que podem ser usados nessa experiência não devem ser dados por encerrados quando se retorna à escola. Devem ser contínuos, presentes também na sala de aula onde se pode trabalhar com desenho, com fotografias, com descrição escrita, com reprodução em maquete ou massa de modelar, com dramatização, ou ainda com folhas de exercícios. A toda essa variedade de métodos

pode-se acrescentar a própria oralidade, pois, muitas vezes, o simples relato da visita à outra turma pode ser um processo educacional de grande eficácia.

São vários os tópicos que podem ser estudados a partir das quatro categorias que foram citadas anteriormente. Poderiam-se acrescentar ainda outros. Entre aqueles listados por Horta, incluem-se:

a) As pessoas relacionadas com o monumento -> quando da visita a um museu por exemplo, pode-se estudar a história da casa que abriga os objetos, relacioná-la à época em que foi construída, por quem foi feita (escravos, peões) que tipo de material foi usado na construção, a quem pertenceu, etc. Com relação ao acervo que contém um museu tentar-se obter o maior número de informações, como a procedência dos mesmos, para que e por quem eram utilizados, a época, etc.

Pode-se estudar também os hábitos sociais, a indumentária, a alimentação, bebida, práticas religiosas, lazer, saúde, higiene, nascimento, morte, comemorações, valores e crenças em uma lista que poderia ser alongada. Importante é ter claros os objetivos a que se destina a visita.

b) O edifício e o seu conteúdo -> esses podem ser vistos e tocados, e o próprio monumento pode ser considerado como tópico para investigação. Por exemplo: de onde são trazidos os materiais para sua edificação? Quais são? Quais as condições de trabalho e produção? Há vestígios? O operário deixava alguma marca no material? etc. Pode-se também propor um paralelo entre as edificações mais antigas e as mais modernas em termos de mobiliários, do sistema de água e esgoto se houver, o conforto, o seu bem-estar, etc.

c) Pode-se pesquisar as características básicas das instalações desta propriedade, como uso do solo na agricultura, na criação, se provia as necessidades da casa e quais eram essas necessidades?

d) A área onde está localizada a propriedade - o edifício e a comunidade -> não há casa isolada, principalmente na área rural. A casa histórica deve desempenhar ou já desempenhou um importante papel para a comunidade. No estudo de uma casa histórica não deve ser ignorado todo este contexto.

1.5.1 Educação Patrimonial e Processo Cognitivo

Nesse processo educacional em que a educação está centrada no objeto que fala dos "porquês" e dos "como"; requer considerar-se alguns princípios fundamentais da Psicologia do Aprendizado e da Percepção. Entre eles, o desenvolvimento da percepção significativa, motivação, capacidade de retenção, a emoção e o desenvolvimento do pensamento (HORTA, s.d.).

- Desenvolvimento da percepção -> parte-se do princípio de que a percepção e a necessidade de perceber são fundamentais. Ver claramente, ouvir distintamente, investigar o que se vê e o que se houve são necessidades essenciais para despertar a vontade de perceber. E esta vontade acaba dominando as relações com o meio circundante motivada pela necessidade de organização da realidade e a adaptação do comportamento em relação a ela. É a interação da percepção com o que foi aprendido que torna possível a organização do comportamento.
- Percepção sensorial -> esse processo de aprendizagem da percepção é a parte essencial de trabalhos contemporâneos mais interessantes sobre a Psicologia da Percepção e da Aprendizagem. É determinada pelos processos que têm lugar nos órgãos dos sentidos. Trata-se da capacidade para discriminar, de modo difuso, uma figura de seu plano de fundo.
- Percepção significativa -> o desenvolvimento da capacidade de percepção é essencial para o processo de aprendizagem. A passagem da percepção visual para a percepção da identidade, ou do significado das coisas, é decorrente de um processo de maturação do pensamento que parte de uma forma concreta para uma forma operacional mais elaborada, até atingir a esfera do abstrato.
- Motivação -> elemento importante no processo de aprendizagem, depois da capacidade de percepção, é a motivação. Pode-se dizer que não há comportamento sem motivo. Em tempos passados dizia-se que à vontade da criança estava na palmatória, a motivação era incentivada pela punição. Atualmente a alternativa tem sido a de conseguir os resultados através de medidas positivas para incentivar o interesse.

- Capacidade de retenção -> fator básico da aprendizagem é a retenção, e nela a memória, é indispensável. Vivemos na memória, pela memória (HORTA, sd) A capacidade de retenção modifica o nível da percepção e é determinada pela motivação. Para crianças, experiências concretas serão mais facilmente retidas e acumuladas que as experiências abstratas.
- A emoção -> o aspecto emocional ou afetivo modifica o comportamento e está nas bases da motivação. O nível de percepção e motivação de uma criança será tanto maior quanto maior for o apelo à sensibilidade e o grau de seu envolvimento afetivo. Um simples recurso de impacto visual, o insólito, o inesperado, pode modificar o nível de conhecimento do objeto.
- Desenvolvimento do pensamento -> no desenvolvimento de uma metodologia pedagógica que favoreça o aprendizado, não somente na área da Educação Patrimonial, mas em qualquer área de ensino, é indispensável que se considere os níveis de desenvolvimento do pensamento. Com base na teoria piagetiana pode-se distinguir cinco estágios cognitivos no processo de desenvolvimento da criança, desde o aparecimento das funções simbólicas até os agrupamentos de pensamento operacional ou inteligência teórica da mesma. A primeira fase é o estágio sensório-motor (0 – 2 anos); o pré-lógico ou simbólico (2 – 4 anos) é aquele em que a criança é capaz de conectar significados diferentes na fase do pensamento intuitivo (4 – 8 anos) ela já é capaz de formar conceitos, estabelecer relações lógicas. Na fase do pensamento operacional (8 – 11 anos), ela consegue organizar operações concretas de pensamento; na do pensamento formal (após 11 anos) as crianças dão sinais da inteligência teórica plenamente desenvolvida.

1.5.2 Educação Patrimonial e o Ensino de História das Missões

Na Região das Missões, no Rio Grande do Sul, a primeira proposta de educação patrimonial foi lançada por ocasião do I Encontro de Educadores e Museólogos da Região Missioneira, realizado no período de 17 a 19 de junho de 1987, no Centro de Cultura Missioneira da Fundação Missioneira de Ensino

Superior, Santo Ângelo. A coordenadoria geral de Acervos Museológicos da Fundação Nacional Pró-Memória, FUNDAMES, e a 10ª Diretoria Regional da SPHAN, coordenaram os trabalhos. Dentre as propostas apresentadas destaca-se a de trabalhar com oficinas de arqueologia (escavação simulada), e de teatro, com textos de padres jesuítas encenados no sítio histórico de São Miguel.

O objetivo do encontro foi promover o contato e o conhecimento dos profissionais das áreas de ensino como professores, orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos, diretores de escolas, museólogos, conservadores do patrimônio histórico e artístico, administradores e conservadores de sítios, monumentos e acervos históricos, artísticos e naturais e outros profissionais envolvidos com trabalhos de dinamização cultural.

Objetivando dar continuidade aos trabalhos iniciados no I Encontro de Educadores e Museológicos, foi realizado em 1991 o II Encontro em Santo Ângelo, na FuRI, no período de 14 a 16 de agosto, com diversas palestras sobre Educação Patrimonial e oficinas. Essas oficinas foram realizadas no sítio arqueológico de São Miguel das Missões.

Os Encontros de Educadores e Museólogos resumiram-se a dois eventos, o que implicou em uma perda para os profissionais da área de ensino da Região Missioneira, pois não houve continuidade e troca de informações e questionamentos salutareis e necessários para todos.

Através do Programa de Educação Patrimonial, priorizando a informação, e o apoio aos educadores e profissionais atuantes nas áreas de patrimônio cultural, foi proposta a elaboração de um material de suporte didático, tendo a finalidade de promover a descoberta da potencialidade do objeto cultural como "realidade" no contexto de ensino. No caso específico, tomou-se como evidência cultural os fragmentos arquitetônicos da Redução de São Miguel Arcanjo.

Este material didático objetivava explorar:

- a) A importância das Reduções Jesuítico-Guarani como nucleamento gerador da estrutura política, social e econômica do RS;
- b) seus antecedentes, considerando as missões espanholas e a ação dos bandeirantes;
- c) o trabalho indígena como produtor de cultura;
- d) o trabalho dos jesuítas;
- e) a relação estabelecida entre as culturas européia e indígena.

Através disto pretendeu-se ainda criar condições para que por meio da Educação Patrimonial e da exploração interdisciplinar do objeto cultural, os educadores pudessem desenvolver nas crianças uma consciência e atitude favorável ao conhecimento do patrimônio cultural (LINDOSO e HORTA, s.d.).

No Brasil, a Campanha Nacional de Educação Patrimonial, lançada pelo IPHAN visa incentivar o conhecimento do patrimônio do país por meio de ações envolvendo governo, comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus, monumentos, bibliotecas, arquivos, entre outros. E, ainda, difundir a Educação Patrimonial como um processo contínuo de experimentação e descoberta. No Estado do Rio Grande do Sul, a campanha teve o envolvimento da 12ª Superintendência Regional, do IPHAN de instituições educacionais e museológicas da capital e do interior, criando uma rede de intercâmbio na área de Educação Patrimonial voltada para a troca de experiências, informações e promoção de encontros.

Atualmente na Região das Missões o trabalho desenvolvido pela 12ª Coordenação Regional do IPHAN tem como linhas básicas de atuação a conservação, a valorização e a educação. Mais especificamente, em São Miguel das Missões, estão sendo executados alguns projetos como o da Semana Missioneira, com palestras para estudantes e comunidade sobre as Reduções e Patrimônio Histórico numa parceria da 12ª Coordenadoria do IPHAN, Prefeituras, Universidades Regionais, Governo do Estado e Organizações não governamentais com o apoio da UNESCO.

No Sítio Arqueológico de São Miguel, a 12ª Coordenadoria do IPHAN desenvolve uma oficina de arqueologia com estudantes de escolas da região. Ela é uma simulação de escavação que consiste na explicação do trabalho do arqueólogo, sua utilidade, recolhimento do material, seleção e limpeza do mesmo, ainda com análise da cerâmica recolhida das quadrículas. Também estão disponíveis em São Miguel audiovisuais que podem ser vistos na sacristia da antiga igreja.

Os trabalhos são realizados em três níveis fundamentais: o homem, o meio ambiente e o Patrimônio Cultural. Isto para estudantes, professores e para a comunidade, com o objetivo de resgate e valorização da História Regional.

O programa de Educação Patrimonial da Região das Missões atua basicamente no Museu e no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo e, fora do Museu, diretamente nas escolas regionais. Mas esse programa atinge uma minoria da população da região das Missões. Assim a História missioneira, é muitas vezes pouco conhecida e compreendida. As pessoas “conhecem” a História missioneira, sabem dizer onde ficam as reduções, citam nomes indígenas mas poucos compreendem o que significou e ainda pode significar para a Região Missioneira, o legado cultural da experiência missional e suas conseqüências.

2 OS SETE POVOS COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ELEMENTO DE INTERAÇÃO ENTRE OS POVOS

2.1 A Origem do Patrimônio

Os remanescentes missioneiros formam um importante Patrimônio Cultural comum ao Brasil, à Argentina, ao Paraguai, à Bolívia e ao Uruguai. Eles representam uma das etapas de maior influência na formação histórica das sociedades aí existentes e, no Rio Grande do Sul, a região é identificada como "Missões". A sua importância é reconhecida tanto nacional quanto internacionalmente, como o atestam as milhares de pessoas que visitam anualmente a região.

Sua origem remonta ao século XVII quando, desde 1609, missionários da Companhia de Jesus deram início a um trabalho sistemático de evangelização dos índios da vasta Província do Paraguai.¹ Esta iniciativa será particularmente bem sucedida junto aos grupos Guarani², que viviam em aldeias agrícolas, próximas a arroios, nos vales, serras e selvas num sistema semi-nômade³.

Se, inicialmente, o contato foi de reconhecimento entre os colonizadores e os povos indígenas, a fixação dos primeiros colonizadores no território valeu-se da

¹ Província Jesuítica do Paraguai – Criada em 1607, pelo Pe. Claudio Aquaviva, abrangendo imensos territórios que hoje formam o atual Paraguai, a Argentina, o sudoeste do Brasil, terras na época ocupadas pelos espanhóis. Objetivava a expansão das Missões (ASTRAIN, 1996, p. 13-46).

² Guarani a denominação guarani vem de "guarini" termo que significa guerreiro ou soldado (FURLONG, 1962, p. 71).

³ Semi-nômade – A prática da horticultura exigia a permanência mais prolongada dos guarani num mesmo local, no período do plantio e colheita, tornando-os semi-nômades (BAIOTO, 1997, p. 8).

exploração dos índios como mão-de-obra num processo de subjugação sócio-econômico, imposta pelo sistema da “encomienda”⁴ e da preação do índio pelos bandeirantes paulistas.

Assim, pressionados inicialmente pelos interesses da colonização hispânica, que gerava a necessidade de mão-de-obra, os grupos indígenas da Região Platina, passaram a ser explorados através da “encomienda”. Esta situação, juntamente com os problemas decorrentes dos contatos interétnicos, ocasionaram uma brutal diminuição populacional, bem como revoltas que dificultaram a submissão e a integração desses grupos (GADELHA, 1988).

Os primeiros trabalhos de evangelização efetuados pelos missionários franciscanos foram nas chamadas “missões itinerantes”. Os missionários percorriam as aldeias indígenas levando a fé cristã e batizando os índios Guarani. Esta iniciativa, contudo, não atingiu os objetivos desejados em relação à catequização. Isto porque os resultados eram efêmeros e não alcançavam a efetiva e desejada conversão dos nativos.

Para que o trabalho missionário atingisse seu objetivo, por volta de 1580 inicia-se o estabelecimento das missões religiosas no Paraguai com a finalidade de tornar a cristianização mais efetiva. Nesta oportunidade, irmãos da ordem franciscana edificaram em Altos, nas proximidades de Assunção, a primeira redução do Paraguai. Aí passaram um ou dois anos trabalhando com a evangelização dos índios e tentando pacificá-los. Com a fundação de Altos, propunha-se uma solução para os problemas causados aos índios pela multiplicação abundante do gado vacum trazido da Europa e pelas explorações efetuadas pelas “encomiendas”, que determinaram uma queda demográfica expressiva dos índios. Isso tornava a evangelização quase impossível. Além de cristianizar os índios, as missões visavam também garantir a navegação pelos rios da bacia do Prata, bem como utilizar-se de sua mão-de-obra (NECKER, 1990).

Posteriormente seria a vez dos jesuítas que, desde 1609, guiados pelas instruções do Provincial Diego de Torres Bollo assentaram nessa província do

⁴ Encomienda: Concessão de índios a um colonizador branco sob a forma de tributo ou trabalho.

Paraguai cerca de 30 povoados. A instalação das reduções Jesuíticas-Guarani iniciada então, tinha como objetivo a conversão dos índios Guarani ao cristianismo, servindo também aos interesses do colonato e da coroa, uma vez que pretendia-se que a "Conquista Espiritual" pacificasse a região sacudida por movimentos de resistência⁵.

A primeira redução instalada foi a de São Ignácio Guaçu à qual seguiram-se sucessivas outras fundações. A maior parte delas teve curta duração, tendo sido transladadas em razão das más condições do terreno ou devido aos ataques dos bandeirantes paulistas. As razias feitas por estes, arrasavam os povoados missioneiros levando cativos que eram vendidos como escravos.

Convertendo os índios em nome da fé e do rei da Espanha, os jesuítas representaram a união do altar e do trono, de uma dupla função política dos agentes do Estado e da Igreja, ação facilitada pelo caráter de refúgio que a redução passa a ter. Ela veio a constituir-se no único espaço possível de relativa liberdade no mundo colonial diante das ameaças escravagistas, não só dos encomendeiros espanhóis como também dos bandeirantes paulistas portugueses (SCHALLENBERGER, 1986).

Entre 1609 e 1706 os missionários da Companhia de Jesus expandiram sua evangelização pelas regiões do Guaíra (Paraná), Itatim (Mato Grosso do Sul) e Tape (Rio Grande do Sul). No Tape, a fundação dos povoados de Santo Tomé, São Miguel, São José, Santos Cosme e Damião, Natividade, Santa Ana, São Joaquim, Santa Tereza, Jesus Maria, São Cristóvão e Tibicuary, representou uma dilatação das Missões do Paraguai para os territórios que hoje configuram o Rio Grande do Sul, as reduções do Tape estão relacionadas a primeira fase missioneira, período que corresponde a 1626/1637 (Figura 01). Portanto, era uma penetração que se fazia sob bandeira hispânica numa área de contornos ainda indecisos quanto à sua posse (MELIÀ, 1986).

⁵ De acordo com Melià (1986, p. 83) podem ser contabilizados nesta época, vinte e cinco movimentos de resistência dos Guarani em relação a colonização e ao trabalho encomendado. Esperava-se que a estratégia dos jesuítas viesse a por um fim a tal situação.

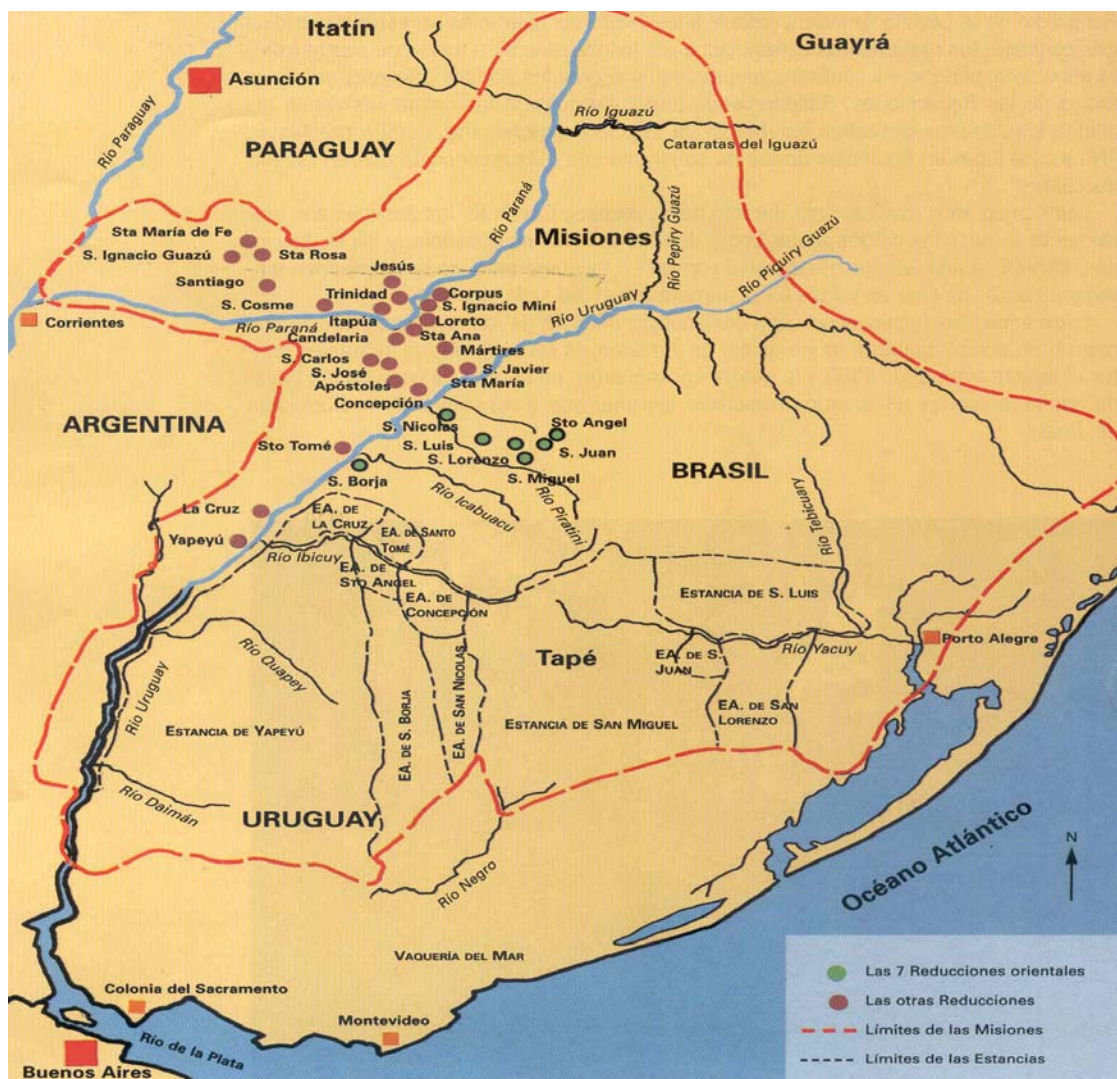
Figura 01 – Mapa do Itatim, Guairá e Tape



Fonte: ABOU, 1996.

Desse complexo processo de fundação, deslocamentos e realocações das reduções, resultou um conjunto dos chamados "Trinta Povos Jesuíticos-Guarani" cujos remanescentes formam, como afirmou-se anteriormente, um importante patrimônio cultural comum ao Brasil, a Argentina, ao Paraguai. (Figura 02)

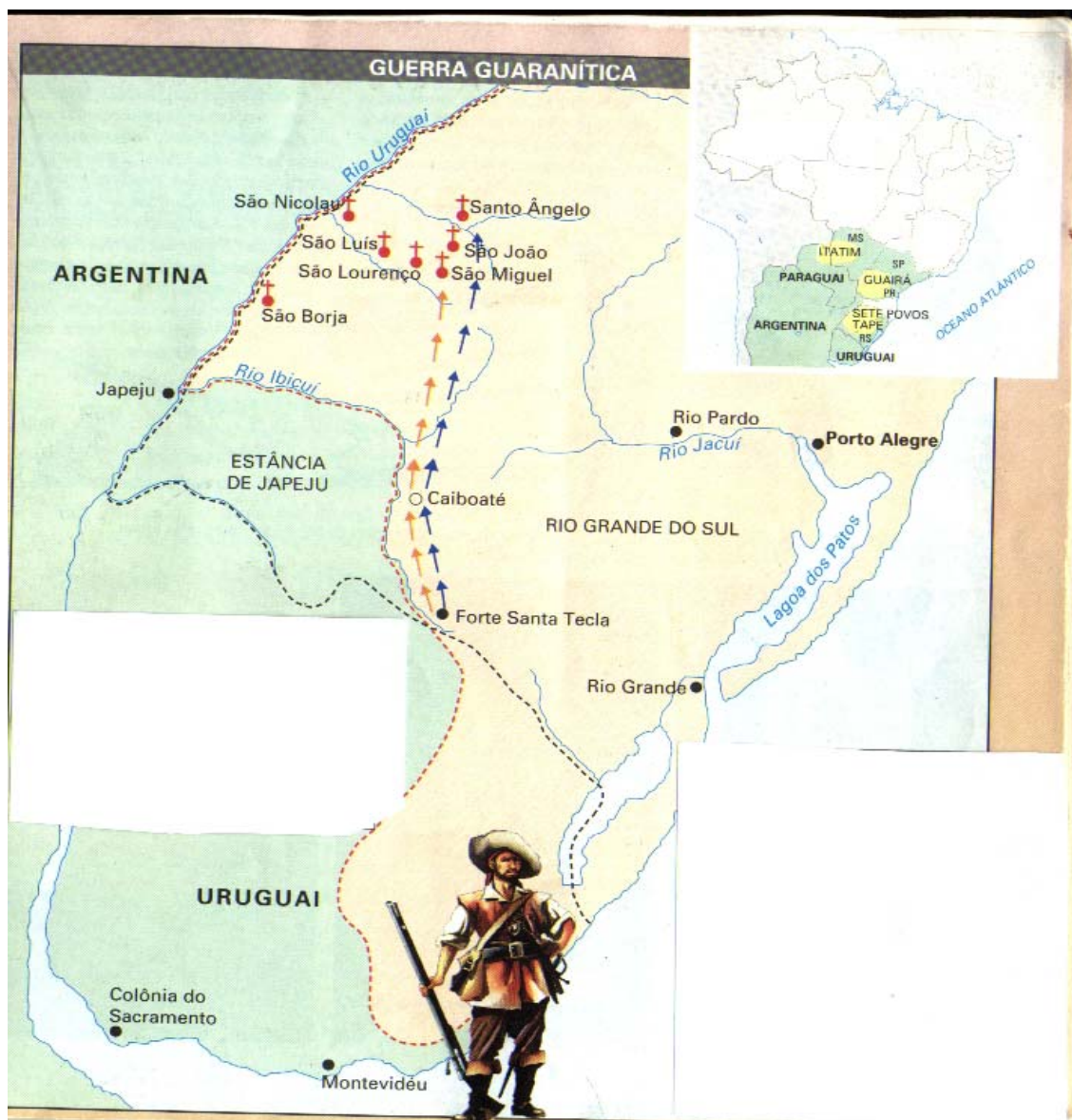
Figura 02 – Mapa dos Trinta Povos



Fonte: ABOU, 1996.

Integrados ao conjunto formado por estes "Trinta Povoados Missioneiros", estão os chamados "Sete Povos das Missões" (Figura 03), fundados entre os séculos XVII e XVIII. O primeiro deles foi São Nicolau, fundado em 1626, pelo jesuíta Roque Gonzalez e reestruturado novamente em 1687. Em 1632 o padre Cristóvão de Mendonza funda São Miguel Arcanjo que é assentado novamente em 1687, em local diferente da primeira redução. As demais reduções deste grupo são São Francisco de Borja (1682), fundada pelo padre Francisco Garcia, São Luiz Gonzaga (1687) fundada pelo jesuíta Miguel Fernandez, São Lourenço Mártir (1690) fundada por Bernardo de La Veja, São João Batista (1697) fundada por Antonio Sepp Von Reinegg e Santo Ângelo Custódio, fundada em 1706 pelo padre Diogo Haze (BRUXEL, 1987, p. 20).

Figura 03 – Mapa dos 7 Povos das Missões



Fonte: QUEVEDO, 1996.

A conquista e a colonização da América efetuada pelos impérios ibéricos, determinam profundas mudanças socioculturais nos grupos indígenas pré-coloniais, pelo complexo processo de relações estabelecidas com os europeus, que passaram a cooptar e inserir as comunidades nativas nas instituições luso-hispânicas, assim como nas da Igreja Católica Romana (KERN, 1992).

Historicamente as reduções do Paraguai tiveram êxito por uma série de fatores como, por exemplo, o aproveitamento da realidade antropológica do Guaraní pelos jesuítas, pois estes índios já tinham um sistema de vida em comunidade e uma

prática agrícola razoavelmente estável. Algumas destas estruturas foram mantidas pelos jesuítas, outras substituídas por estruturas análogas como a semelhança com as suas casas tradicionais, e o trabalho coletivo no preparo e no plantio da terra. Também os jesuítas haviam sido preparados para o trabalho missionário antes mesmo de aportarem em terras indígenas. De acordo com Melià:

En esta relación de cómo se estaba formando la primera reducción del Paraguay, San Ignacio Guasú, está claro que el jesuita está ensayando el modo de poner en práctica la idea general de reducción, según las indicaciones de la política colonial española, pero sin tener un plano fijado de antemano, y sin, saber tampoco a ciencia cierta cuál será la reacción y aceptación indígena. Al misionero no se le oculta que la nueva urbanización es una intorsión al módulo cultural de los Guaraníes, y no deja de extrañarse que el cambio sea tan fácilmente aceptado (1986, p. 191).

De forma intercalada eram realizadas as atividades de trabalho, de oração, de cultura e lazer. O ensino religioso era sistemático e o trabalho desenvolvido por todos tinha um fim comum.

A estrutura urbana e a forma de organização das reduções eram semelhantes (Figura 04). No conjunto elas formaram progressistas comunidades que alcançaram notável desenvolvimento econômico e cultural. Sobre esta questão - da sua estrutura urbana - continuam em voga os trabalhos⁶ que buscam explicar as origens e as influências que determinaram o traçado seguido pelos povoados.

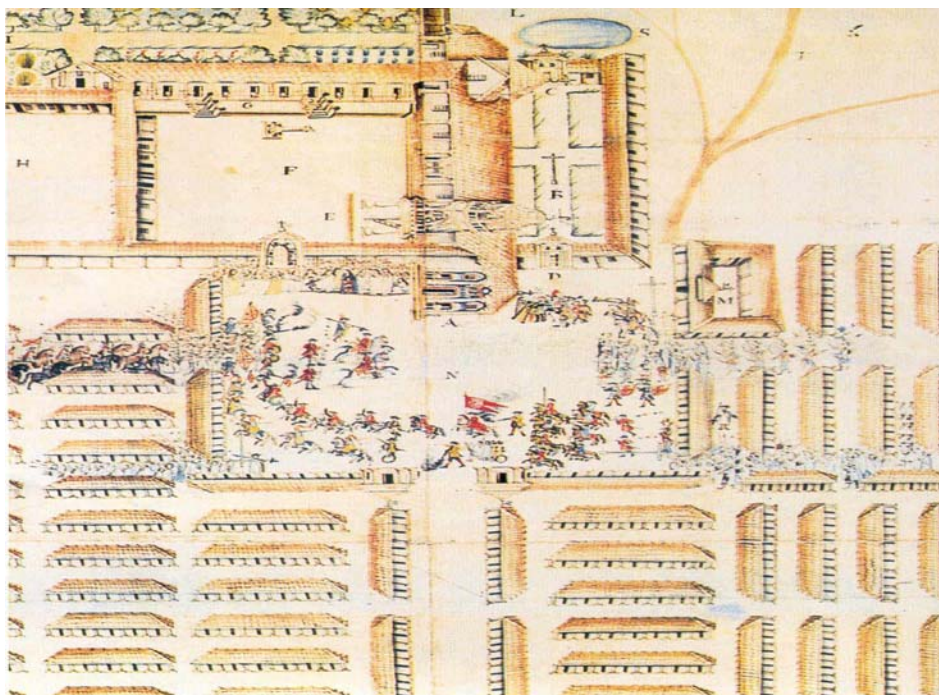
⁶ CALEFFI, Paula. *O Traçado das Reduções Jesuíticas e a transformação dos conceitos culturais*. In: VERITAS, Porto Alegre, v. 37, nº 145, março de 1992, p. 89 – 94.

NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial – 1640/1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, p. 47- 73.

MIORIN, Vera Maria Favila. Determinação do Sítio Urbano nas Reduções. In: Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missionários. “*A Experiência Reduicional no Sul do Brasil*”. Santa Rosa, 23 a 26 de outubro de 1975. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1981, p. 157-166.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 208-259.

NECKER, Louis. *Índios Guaranies y Chamanes Franciscanos. Las Primeras Reducciones del Paraguay (1580 -1800)*. Asunción: CEPAG, 1990, p. 177-191. PALÁCIOS, Silvio e ZOFFOLI, Ena. *Gloria y Tragedia de las Misiones Guaranies. Historia de las reducciones jesuíticas durante los siglos XVII y XVIII en el Rio de la Prata*. Mensajero, 1991, p. 131-152.

Figura 04 – Planta de uma Redução

Fonte: FURLONG, 1962.

Conforme Palácios e Zoffoli, o modelo das reduções foi inspirado no sistema greco-romano, que originou o plano renascentista espanhol levado para a América.

En los antecedentes y en la idea de estos planos hay que remontarse a la historia de Grecia y Roma. El plano “hipodámico” llanado posteriormente de “damero”, fue creado por el geógrafo y urbanista griego Hipodamus y gracia aos romanos la ideia se extendio por todo el Mediterráneo (1991, p. 131).

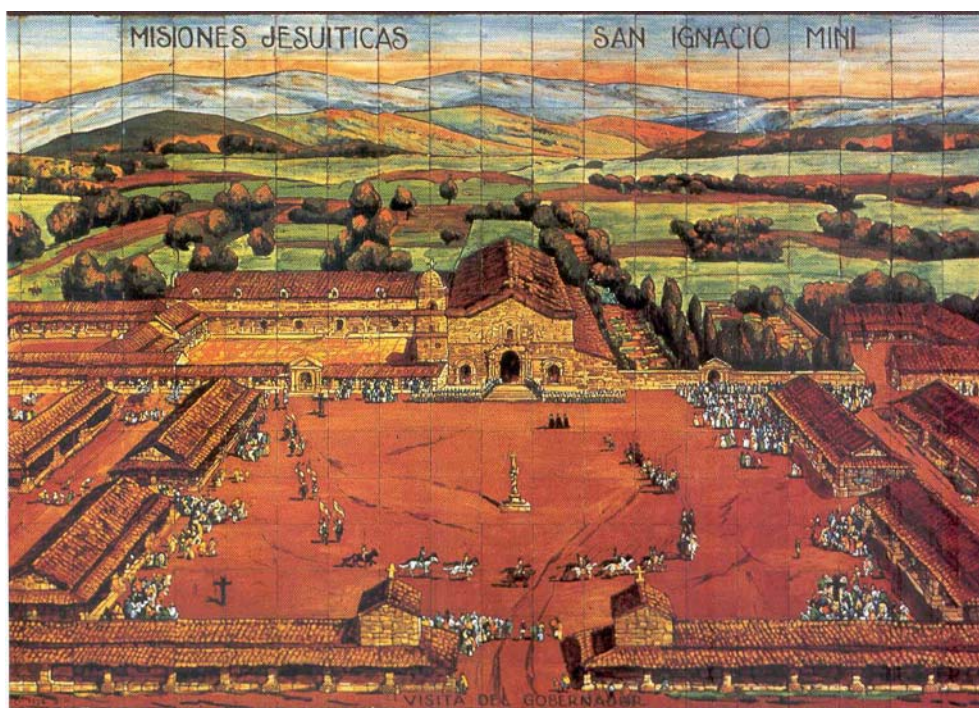
O modelo urbanístico das reduções inspirava-se pois, na forma do “plano damero”⁷ e baseava-se em toda uma legislação que continha recomendações para a fundação dos povoados. A distribuição do espaço dos povoados está descrita em detalhes por Cardiel, ele próprio um missionário jesuíta:

⁷ Sistema de construção das cidades hispano-americanas em que ruas paralelas centralizavam para a praça.

Están, pues los 30 pueblos en los sitios mas comodis. Las casas todas son de teja no cubiertas de paja, como a los principios. Las calles todas derechas a cordel, y todas con soportales a una y otra banda, para andar sin mojarse en tiempo de lluvia. Las plazas son muy capaces, de 150 varas ó 480 pies de largo y otro tanto de ancho. Todas las casas son de un suelo, y iguadas en la altura. (...) la de los padres es más alta, aunque también de un suelo. Tiene dos patios, uno de 60 varas en cuadro, y el 2º de éstas de ancho y de 8 de largo. Están puestas todas las calles y casas de los padres de Oriente a Poniente y de Norte a Sur... (CARDIEL en su carta relación de 1747, In: FURLONG, 1953, p. 154).

Esta descrição é uma das principais fontes primárias para o conhecimento da distribuição das reduções Jesuítico-Guarani, aspecto fundamental para a compreensão da estrutura urbanística organizada pelos jesuítas nos Trinta Povos. Além das fontes documentais escritas, têm-se o conjunto de remanescentes arquitetônicos que podem comprovar os antigos modelos de construção das mesmas (Figura 05).

Figura 05 – A igreja, a praça e as casas



Fonte: FURLONG, 1962.

O cabildo procedente da instituição governamental municipal hispânica, adaptado para a sociedade guaraníca, passou a desempenhar “de maneira eficaz as funções básicas de qualquer organismo político, garantindo a segurança externa, mantendo a ordem interna e sendo ótimo instrumento de progresso” (KERN, 1982, p. 55).

Já na fase inicial das reduções, por volta de 1611, foi introduzido pelos jesuítas o ensino das primeiras letras junto com a catequese. Era também por vontade do rei da Coroa Espanhola, que ordenava que as escolas de primeiras letras para os povos indígenas na América não tivessem apenas a finalidade de ensiná-los a ler e escrever, mas também a de ser um centro educacional da infância e da juventude na vida cristã. Era ainda um meio fácil e seguro para atingir o índio adulto (HAUBERT, 1990).

Inicialmente as crianças eram ensinadas por um padre, nos turnos da manhã e da tarde. Estimulados com prêmios repassavam a seus pais o que aprendiam. O método de competição foi usado pelos jesuítas nas escolas das reduções. Além das escolas de doutrina, todas as reduções possuíam escolas que ensinavam a ler, escrever e contar; aí aprendiam música, confecção dos instrumentos musicais, canto e dança. Aprendiam também pintura, escultura, tecelagem e fiação (só as meninas). Ensinava-se o catecismo na própria língua guarani. O ensino não era de caráter obrigatório, mas os filhos dos caciques, dos cabildantes e dos músicos freqüentavam as escolas todos os dias. Os melhores alunos eram selecionados para as atividades mecânicas e artísticas, como por exemplo, desenho, pintura, escultura e, as mais ambicionadas pelos adolescentes, a música, o canto, a dança e a arte dramática com temas religiosos como a vida dos santos. Os índios eram sensíveis e hábeis quanto às práticas artísticas.

O material didático utilizado nas escolas das reduções eram cartilhas, catecismos e livros com frases curtas que, antes de os jesuítas terem a imprensa, eram manuscritos em couros de bovino raspados e feitos pelos próprios índios (KOSTIANOVSKI, 1994).

O ensino da música nas reduções, introduzido quando da fundação das mesmas em 1609 pelo padre Diogo de Torres, foi muito importante. Os povoados missioneiros possuíam bandas, orquestras, grupos musicais e cantores. Os principais instrumentos do ensino nas reduções eram a música, a leitura e a caligrafia.

No sistema econômico, dentre as atividades desenvolvidas na redução destacavam-se a produção agrícola (cultivo de erva-mate, algodão, milho, etc) e a pecuária, com a criação de gado. Também desenvolviam a tecelagem, a fiação, a metalurgia e a aprendizagem de ofícios diversos como os de oleiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, alfaiates, fabricantes de instrumentos musicais, entre outros.

Introduziram-se entre os índios, inovações na agricultura como o uso do machado de ferro e outras ferramentas, além do arado puxado por bois. Apesar destas inovações, o que definia a especificidade destas reduções era o fato de elas terem sido povoadas de índios Guarani. Dois elementos essenciais do modo de ser guarani, a religião e o sistema de economia, foram os fatores de fundamental importância para a fundação e desenvolvimento das reduções. “Não foi só nem principalmente o jesuíta que fez a redução, mas o Guarani que se faz redução” (MELIÀ, s. d., p. 14).

Assim, preservou-se o sentido de uma economia coletivista não havendo, por exemplo, um sistema de remuneração direta do trabalho. Indiretamente, no entanto, a remuneração dava-se na medida em que se garantiam benefícios para todos.

O comércio era interno, semi-interno e externo. Não usavam moedas mas o sistema de troca, produto por produto, e o intercâmbio entre as reduções além de útil muitas vezes se fazia necessário. O crescimento das reduções contribuiu para o desenvolvimento colonial. Conforme Giorgis:

A força do trabalho indígena missioneira esteve presente no desenvolvimento colonial, basicamente de duas formas: com os vários tipos de prestação de serviços pelo exército guarani a através dos produtos que as reduções colocavam no mercado (1993, p. 99).

A disputa pela posse das terras platinas pelos governos de Portugal e Espanha levou à assinatura de vários tratados. Esse contexto das tensões geopolíticas entre o mundo espanhol e o mundo português deu origem ao Tratado de Madrid, assinado entre as duas coroas em janeiro de 1750. O documento estabelecia uma nova divisão de terras. Entre outras áreas territoriais que eram negociados pelo Tratado estavam as terras pertencentes aos Sete Povos das Missões (espanholas) pela Colônia do Sacramento (portuguesa) que seriam trocadas entre si pelas Coroas. Terras essas de fronteiras ainda indecisas pois o Tratado de Madrid acordado entre Portugal e Espanha, em janeiro de 1750, era para definir fronteiras que o Tratado de Tordesilhas não havia resolvido entre os lusos e espanhóis. A Colônia do Sacramento, palco de muitas disputas entre portugueses e espanhóis estava entre as áreas de terras redefinidas, assim como as terras dos Sete Povos situados no atual Rio Grande do Sul. Tal situação gerou a Guerra Guaranítica⁸ em 1754 até 1756, onde ocorreu a união da Coroa espanhola com a Coroa portuguesa no combate aos índios Guarani dos Sete Povos das Missões, até então, prestadores de serviços à Coroa espanhola e até condecorados com títulos pelo rei da Espanha que unindo-se à Portugal lutou contra seus vassallos Guarani Missioneiros.

Novos tratados foram assinados entre Portugal e Espanha após o Tratado de Madrid, como o de Santo Ildefonso de 1761 que anula o de Madrid, onde os Sete Povos voltam para a Espanha e esta tentando reerger os mesmos coloca uma administração de espanhóis civis para cuidar da parte administrativa e religiosa da ordem franciscana para cuidar da parte espiritual dos índios missioneiros mas que fracassaram na tentativa de reestruturar as Missões. E, assim, o início da decadência das reduções, ao que somou-se a posterior expulsão dos jesuítas dos territórios coloniais hispano-americanos.

As missões foram entregues a novos administradores. A deserção dos indígenas, insatisfeitos com a nova administração civil, bem como a condução espiritual dos religiosos que passavam a ser os responsáveis pelos povoados,

⁸ Guerra Guaranítica – Revolta dos Guarani Missioneiros contra as imposições do Tratado de Madrid de 1750, que obrigava os índios a abandonarem suas terras, plantações, moradias e rebanhos.

completou o processo. Normalmente os índios remanescentes das missões não retornavam para as matas, mas empregavam-se como peões nas estâncias e chácaras dos portugueses ou espanhóis, pois eram mão-de-obra qualificada.

2.2 Os Remanescentes Histórico-Culturais das Reduções

A região que foi ocupada pelas reduções Jesuítico-Guarani possui ainda hoje importante acervo histórico-cultural materializado em sua paisagem: ela é testemunha de uma história singular de um período da conquista das terras da América Meridional pelos colonizadores espanhóis. Este legado histórico que data de muitas décadas, pertence hoje a três países: Brasil, Argentina e Paraguai. Estes, apesar de possuírem um passado em comum, a experiência colonial, atualmente apresentam outras características que lhes conferem particularidades.

Figura 06 - Igreja de São Miguel das Missões



Fonte: LOEBLEIN, 2003

Esse conjunto de remanescentes da cultura material jesuítico-guarani dos Trinta Povos Missioneiros localizados em território de colonização espanhola, hoje estão assim distribuídos: a noroeste do Rio Grande do Sul, no Brasil, sete povoados; na província de Misiones, na Argentina, quinze povoados e, no departamento de Itapúa, no Paraguai, oito povoados. Testemunhos materiais de um episódio histórico singular, podem ser considerados de mesmo valor que outros monumentos arquitetônicos americanos que podem ser utilizados por historiadores e outros estudiosos como importantes documentos para pesquisa. Podem, também, servir como suporte didático para o ensino e aprendizagem de crianças e adultos.

Do conjunto de Trinta Povos Guarani, são declarados pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade, os sítios arqueológicos de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, (Rio Grande do Sul, Brasil), São Ignácio, (Argentina), e Trinidad e Jesus (Paraguai). Esse riquíssimo patrimônio representa um importante acervo para estudo e pesquisa.

**Quadro 01 - Remanescentes da Cultura Material das Reduções
Jesuítica-Guarani Declarados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO**

| País | Declarados pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade. | Remanescentes da Cultura material das Reduções Jesuítico-Guarani. |
|--|---|---|
| Brasil Rio Grande do Sul (região noroeste) | São Miguel Arcanjo (Município de São Miguel das Missões) | Pode-se observar hoje boa parte da antiga igreja do período reducional, algumas paredes da escola, oficinas, cotiguaçú, o muro do cemitério guarani, entre outros fragmentos da época missioneira. |
| Argentina Província de Misiones | São Ignácio (Intendência de São Ignácio) | Restam paredes e portadas com vestígios de ornamentação da Igreja, algumas casas dos índios ao redor da praça, nas antigas habitações dos padres encontram-se cerâmicas trabalhadas. Parte do colégio ainda com seus alpendres (varandas) podem ser vistos. |
| Paraguai Departamento de Itapúa | Trinidad (Encarnación) | Grande parte da igreja missioneira, antigas casas dos índios que mostram trabalhos em pedras, parte do colégio e 14 esculturas do período reducional feitas em madeira e pedra. |
| | Jesus (Encarnación) | Visualizam-se paredes da antiga igreja e uma ala do colégio. Na igreja encontram-se 20 esculturas missioneiras. |

Além dos sítios arqueológicos declarados pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade dos Trinta Povos, restam outros remanescentes na Argentina (Santa Maria, Santa Ana, Loreto e Apóstoles), no Paraguai (São Cosme, Santa Rosa, Santa Maria da Fé e Santiago), e no Brasil, (São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau).

O estado de conservação e preservação varia de um sítio para outro. Ao longo dos anos foram realizadas várias intervenções. Dentre elas destacam-se aquelas realizadas no sítio histórico de São Miguel Arcanjo que iniciaram em 1926, com a estabilização das ruínas. Uma década mais tarde foram feitas obras de grande vulto. Na década de sessenta trabalhos de conservação foram realizados e, efetivamente, a partir de 1980, várias obras foram realizadas pelo IPHAN, e que ainda estão em andamento. Quanto aos sítios de São Inácio e Trinidad estão sendo realizados trabalhos de restauração, manutenção e proteção há algum tempo. Em Jesus desenvolve-se um plano de valorização, levantamento básico, diagnóstico e consolidação de terrenos com altas declividades, visando à proteção das ruínas contra as enxurradas através de convênio com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Quadro 02 – Remanescentes Declarados como Patrimônio Nacional

| País | Demais remanescentes das antigas reduções jesuítico-guarani | Remanescentes da cultura material das reduções jesuítico-guarani. |
|--------|---|---|
| Brasil | São João Batista (Município do Entre-Ijuís) | Paredes da igreja, algumas paredes do antigo colégio e oficinas caídas; nas proximidades do sítio arqueológico existem as forjas da fundição de ferro da redução. |
| | São Lourenço Mártir (Município de São Luiz Gonzaga) | Algumas paredes da igreja, do colégio, das oficinas, casas dos padres e os muros do antigo cemitério. |
| | São Nicolau (Município de São Nicolau) | Algumas paredes, bases de colunas, pisos, adega e algumas imagens missioneiras. |
| | São Luiz Gonzaga (Município de São Luiz Gonzaga) | Doze esculturas missioneiras na igreja matriz, no museu arqueológico, peças como pia batismal, ladrilhos, telhas e tijolos. |

| | | |
|-----------|---|--|
| | São Francisco de Borja (Município de São Borja) e Santo Ângelo Custódio (Município de Santo Ângelo) | Algumas esculturas e fragmentos de cerâmica do período missioneiro. Uma escultura missioneira na Catedral, algumas peças no Museu Municipal tais como: base de castiçal, esculturas, pedras trabalhadas, além de outros fragmentos de pedras expostos na praça da Catedral. |
| Argentina | Nossa Senhora de Loreto Santa Ana Santa Maria | Parte da antiga igreja, algumas paredes, parte das fachadas, também algumas casas de índios, ainda em boas condições, entre pedras dispersas. Ruínas da igreja com sua grande escadaria na entrada, algumas colunas em madeira e restos de outras construções. Alguns muros, colunas e parte da antiga igreja. |
| Paraguai | São Cosme e Damião Santa Maria da Fé Santa Rosa Santiago | Ruínas da igreja, parte do colégio e vestígios das casas dos índios. Uma casa de índios, 50 imagens (esculturas) do período missioneiro. Algumas paredes das casas dos índios, fachada da igreja, duas portas de nicho pintadas e algumas imagens. Restos de casas dos índios e 60 esculturas missioneiras. |

Fonte: NOGUEIRA, 1999. (adaptado)

O sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, hoje localizado no município de São Miguel das Missões, região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, é um dos mais importantes acervos histórico-culturais remanescentes dos Sete Povos das Missões (séculos XVII e XVIII). A redução de São Miguel Arcanjo foi uma das primeiras fundadas em terras hoje gaúchas, em 1632. Devido aos constantes ataques dos bandeirantes paulistas, ela foi reestruturada com o mesmo nome em 1687, em local diferente do da primeira fundação. É neste local que hoje encontram-se os remanescentes arquitetônicos. (Figura 07).

Figura 07 – Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões



Fonte: LOEBLEIN, 2003.

As Ruínas de São Miguel são as únicas que foram e estão sendo consolidadas pelo IPHAN e encontram-se em bom estado de conservação. A igreja do sítio arqueológico foi declarada pela UNESCO como Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade em dezembro de 1983⁹. (Anexo 6)

Nos últimos anos foram elaborados e postos em prática alguns planos de ação cultural e projetos de investigação científica a partir dos remanescentes arqueológicos das missões e essas iniciativas visam à reconstituição histórica desse período (KERN, 1998).

Os vestígios arqueológicos são considerados importantíssimos para o estudo da História, tanto no que se refere aos historiadores, quanto para os estudantes de Nível Fundamental ou Médio, através da Educação Patrimonial.

O sítio arqueológico e histórico de São Miguel Arcanjo é um dos mais ricos acervos da cultura material dos Sete Povos das Missões. Através desse acervo pode-se desenvolver um estudo trabalhando algumas linhas de abordagem tais como: as pessoas e os costumes sociais da época em questão, as reduções e sua estrutura política, social e econômica, seus antecedentes, considerando as missões

⁹ Único monumento assim categorizado no Estado do Rio Grande do Sul, até o presente.

espanholas e a ação dos bandeirantes, o trabalho indígena e o trabalho dos jesuítas, e a relação estabelecida entre as culturas européia e a indígena.

Nas categorias acima citadas, incluem-se as pessoas que habitavam o espaço em que foram estruturadas as reduções, como viviam, seus hábitos alimentares, sua religiosidade, tipos de moradia, a política, lembrando que são as pessoas que fazem a história, foram elas que construíram os monumentos e que neles viveram ou atuaram.

O trabalho dos jesuítas com os índios e o processo de fundação das reduções, a catequese, o desenvolvimento dos povoados, a estrutura urbana, o modelo das construções, a tecnologia e o material utilizados, de onde provinha este material e se ainda há vestígios de pedreira no local. A função de cada espaço como a igreja, a praça, o cabildo, as oficinas, a quinta, o cotiguaçu e demais espaços da redução. Tudo é passível de aproveitamento e inserção no estudo da história patrimonial.

A administração e a economia da redução, o que era comercializado e como era feito este comércio, como era a administração local.

Ainda pode-se desenvolver estudos sobre a influência dos costumes do guarani missioneiro na comunidade missioneira hoje. A importância das missões na formação do Rio Grande do Sul, se teve influência e qual foi esta influência, estabelecer relação entre o índio antes do colonizador, no período da redução e o índio hoje.

Com relação ao patrimônio pode-se estudar se houve desgaste, destruição, degeneração, se há um projeto para preservar e consolidar este patrimônio, quem é o órgão responsável por este trabalho, se há verba e se a comunidade local têm consciência da importância de preservar o patrimônio para que através dele possa pesquisar e estudar a história de seus antepassados, de comunidades e sociedades que viveram neste mesmo espaço em diferentes épocas.

Esses importantes conjuntos históricos despertam a atenção, ainda hoje, tanto de especialistas e pesquisadores, como das próprias comunidades locais.

Esse patrimônio missioneiro subsiste tanto como documentação escrita em arquivos históricos americanos e europeus, como na forma de documentos materiais representados pelos vestígios arqueológicos, pelas esculturas de madeira e pedra, e pelos remanescentes arquitetônicos.

Portanto, tais sítios históricos não devem ser considerados apenas “ruínas” abandonadas mas um rico patrimônio para estudo e pesquisa, um museu ao ar livre, aberto aos visitantes, estudiosos e pesquisadores. Não é admissível que apenas uma minoria faça uso desse importante patrimônio, mas toda a comunidade que o integra hoje deve poder dele utilizar-se. Por isso sugere-se o ensino da História a partir dessa cultura material existente.

3 O ENSINO DE HISTÓRIA DAS MISSÕES NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino da História tem sofrido, ao longo do tempo, mudanças que dizem respeito aos seus aspectos teórico-metodológicos, à escolha dos conteúdos a serem trabalhados, e a de materiais didáticos a serem utilizados por professores e alunos.

A partir dos anos oitenta, ocorre uma rearticulação dos movimentos sociais e profissionais e o ensino de História, como em outras áreas, também sofre modificações com intensos debates que se realizaram em vários congressos e seminários reunindo profissionais da área. Isso resultou em reformas curriculares, questionamentos sobre os livros didáticos utilizados, sobre a metodologia, quanto à formação dos professores e os cursos de graduação: se prepararam ou não os futuros professores para enfrentar as diferentes realidades nas escolas em que irão trabalhar, entre outras preocupações. Tais atividades revelam a disposição para o redimensionamento das teorias, métodos, conteúdos e linguagens de ensino da disciplina. Inicia-se então um questionamento ao projeto de ensino de História que instrumentaliza a construção e a manutenção da nacionalidade brasileira. Nessa fase muitos dos antigos referenciais teóricos, historiográficos e metodológicos deixam de ser aceitos entre os professores e intelectuais envolvidos na crítica e na renovação da História, configurando-se um período de transformações no ensino e na pesquisa histórica (CAIMI, 2001).

Com estas mudanças buscou-se deixar de lado uma história que:

- se preocupa em narrar fatos de natureza política seguindo uma seqüência cronológica linear;
- “permite” um estranhamento do sujeito histórico em relação ao seu espaço, ao seu tempo e às suas idéias;
- “provoca” um distanciamento entre os alunos e os temas estudados em sala de aula, sem relacioná-los com sua comunidade, sua cultura, seu país;
- seja conteudista, celebrativa, única e verdadeira;
- esteja limitada à memória oficial do país, restrita aos grandes acontecimentos políticos institucionais e perpassada de heróis cujas biografias foram sendo glorificadas ao longo de muitas décadas;
- esteja fundada na hierarquização dos saberes no esfacelamento social, na diluição dos conflitos sociais, na separação do sujeito do objeto no ato de produção do conhecimento;
- esteja fundamentada da reprodução de interesses da ordem dominante global;
- contribua para o desenraizamento dos alunos da comunidade em geral;
- contribua para a perda da identidade;
- considere alunos e professores como “peças” de uma engrenagem maior;
- trabalha a noção de tempo numa concepção de um passado único, etapista e sem relação com o presente;
- admite uma organização dos conteúdos em função de um passado organizado cronologicamente como único para toda a humanidade;
- apresenta-se com uma concepção europocêntrica.

Desta forma, levando em conta não apenas os novos paradigmas quanto aos processos pedagógicos do ensino-aprendizagem mas, também, a renovação da própria disciplina em seus métodos e teorias, a História e o Ensino de História pretendem, contemporaneamente, abordagens que contribuam para:

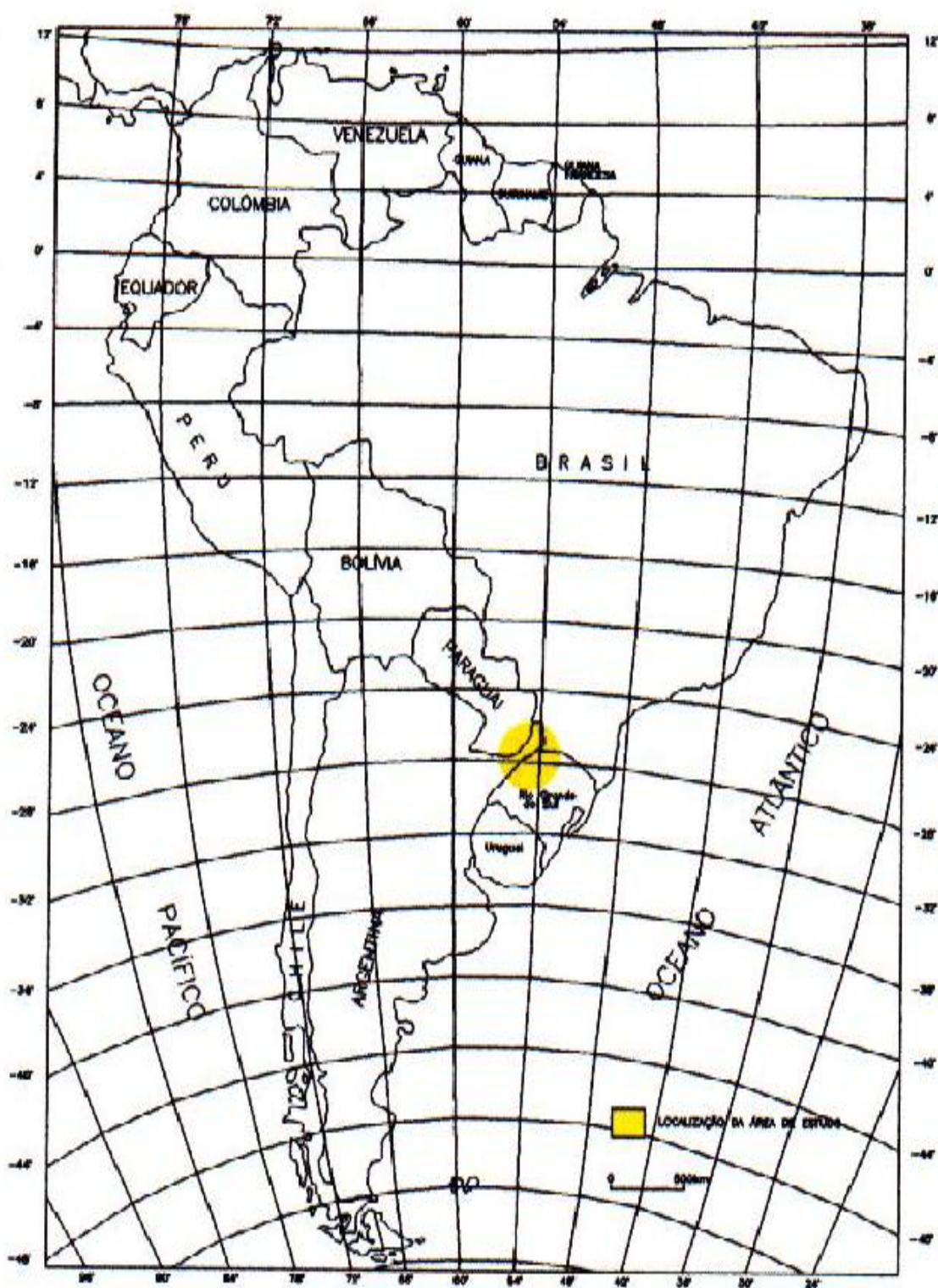
- situar o aluno no seu tempo e espaço;
- destruir visões homogeneizadoras;
- aproveitar-se das experiências vividas;

- recuperar memórias locais individuais ou coletivas;
- abrir perspectivas para singularidades históricas descartadas pela História tradicional;
- criar vínculos políticos, sociais e culturais;
- possibilitar a emergência de novas memórias;
- criar uma nova sensibilidade com o passado coletivo da sociedade;
- reconhecer as singularidades culturais dos alunos e professores;
- o reconhecimento de professores e alunos como pessoas historicamente situadas e com saberes a serem respeitados.

Nessa perspectiva emerge o estudo da História Regional cujas potencialidades “se colocam em relação às possibilidades de recuperação das suas singularidades, de participação efetiva dos alunos no estudo histórico e de produção de conhecimento destes no cotidiano escolar” (PINTO, 2001, p. 40). E é justamente neste contexto que se entende residir a importância de inserir-se o estudo da História das Reduções Jesuítico-Guarani nos currículos escolares da região¹⁰ conhecida como “Missioneira”. Isto é, aquela região constituída pelos territórios compreendidos entre os paralelos 23° e 33° de latitude sul e os meridianos 50° e 59° de longitude oeste, onde, a partir do século XVII, foram implantadas as reduções jesuítico-guarani” .

¹⁰ A noção de região está vinculada à idéia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à idéia de divisão à questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente uma parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade (LECIONE, 2003, p. 27),

Figura 08 – Mapa da Região das Missões



Fonte, NOGUEIRA, 1999.

Há que se considerar que o estudo da História das Missões vem ao encontro dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental quais sejam:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertença ao país;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como os aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Já os objetivos dos Parâmetros Curriculares para o Ensino de História destacam que no segundo ciclo do Ensino Fundamental o aluno deverá ser capaz de:

- reconhecer algumas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que a sua coletividade estabelece ou estabeleceu com outras localidades, no presente e no passado;
- identificar as ascendências e descendências das pessoas que pertencem a sua localidade, quanto à nacionalidade, etnia, língua, religião e costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos, em diversos momentos históricos nacionais.
- identificar as relações de poder estabelecidas entre a sua localidade e ou demais centros políticos, econômicos e culturais, em diferentes tempos;
- utilizar diferentes fontes de informação para leituras críticas;
- valorizar as ações coletivas que repercutem na melhoria das condições de vida das localidades.

Para tanto, propõe que se trabalhe com “eixos temáticos” que constituem-se em grandes temas do Ensino de História para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Através dos eixos temáticos pretende-se um ensino de História que ultrapasse o sentido de um passado único para toda a humanidade. No primeiro ciclo (primeira e segunda séries) o eixo temático é a história local e do cotidiano. No segundo ciclo (3ª e 4ª séries) o eixo é a história das organizações populacionais.

Nesse contexto evidencia-se a importância do estudo da História das Missões ora proposto, com o objetivo de possibilitar que o aluno amplie a capacidade de observação do mundo que o rodeia, podendo assim, compreender as relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo, reconhecendo que este é fruto da evolução histórica de outras comunidades que outrora ocuparam este mesmo espaço.

Conhecer a História dos antepassados permite à comunidade regional compreender questões relativas a sua identidade e, desta forma, valorizar, respeitar e preservar os monumentos, remanescentes arqueológicos, arquitetônicos e artísticos das missões.

No entanto, esse estudo que deveria ser mais valorizado no Rio Grande do Sul e especialmente na região Missioneira, mostra-se extremamente deficitário. Isto pode ser comprovado a partir de análise comparativa realizada entre escolas públicas e privadas da Região Metropolitana de Porto Alegre e Região das Missões, conforme quadro abaixo.

Para desenvolver este trabalho foram contactadas quarenta e duas (42) escolas, sendo dez delas da região metropolitana da capital do Rio Grande do Sul e trinta e duas (32) da região das Missões.

Das trinta e duas escolas da região das Missões sendo vinte duas de Santo Ângelo, somente nove delas responderam ao questionário e à entrevista. Do município do Entre-Ijuís das cinco escolas contactadas nenhuma respondeu à solicitação. De São Miguel das Missões das quatro escolas contactadas uma respondeu à solicitação de informações.

Nos demais municípios as escolas que foram contactados responderam.

Da região metropolitana das dez escolas contactadas, quatro responderam, conforme quadro abaixo.

Quadro 03 – Escolas Pesquisadas

| PORTO ALEGRE E REGIÃO METROPOLITANA | REGIÃO MISSIONEIRA |
|--|---|
| Privadas: Colégio Anchieta (POA); Colégio Maria Auxiliadora (Canoas) | Privadas de Santo Ângelo: Colégio Teresa Verzeri – Escola de Primeiro e Segundo Graus, Colégio Santo Ângelo - Escola de Primeiro e Segundo Graus e Escola de Ensino Fundamental Concórdia |
| Públicas: Escola de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Escola Estadual de Ensino Fundamental Cidade Jardim (POA) | <p>Públicas de Santo Ângelo: Escola Estadual de Ensino Fundamental Doutor Augusto do Nascimento e Silva; Escola Técnica Estadual Presidente Getúlio Vargas; Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi; Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Brochado da Rocha; Escola Municipal Gildo Catelarim; Escola Municipal de Ensino Fundamental</p> <p>Públicas da Região Missioneira: Honório da Cruz; Escola Municipal de Ensino Fundamental Eduardo Damião (Porto Xavier); Escola Municipal de Ensino Fundamental Osvaldina Batista da Silva (São Borja); Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel da Nóbrega (Santo Antônio das Missões); Escola Estadual de Educação Básica Padre Antônio Sepp (São Miguel das Missões).</p> |

Como critério para escolha das escolas da Região Metropolitana considerou-se que há mais de cinco anos elas realizam visitas de estudos à região com alunos das quartas séries, como atividade complementar de seu trabalho didático pedagógico. Já na Região das Missões o critério de escolha das escolas foi o de utilizar questionários e entrevistas devolvidas, uma vez que praticamente todas as escolas foram contactadas e obteve-se o retorno de apenas dezoito delas.

Foram realizadas entrevistas com as supervisoras pedagógicas das escolas elencadas para o trabalho, além da aplicação de questionários para os professores que trabalham com os conteúdos de História das Missões. O objetivo foi o de levantar informações sobre o Ensino de História das Missões no que se refere a

série em que é trabalhada na escola; o número de horas/aula semanais dedicadas à disciplina, a formação do professor, a metodologia empregada, o livro didático e a bibliografia utilizada (Anexo 8).

No quadro abaixo relacionam-se as escolas, as séries que estudam a História das Missões, o número de horas/aula semanais destinadas à disciplina de História e os conteúdos de História das Missões desenvolvidos pelas mesmas.

Quadro 04 – Diagnóstico das Escolas

| ESCOLA | SÉRIE | Nº/AULA/ SEMANAL | CONTEÚDO |
|---|----------------|---------------------|---|
| Colégio Anchieta | 4 ^a | 2 | <ul style="list-style-type: none"> - Descobrimto da América, do Brasil e as grandes navegações (portugueses e espanhóis) - Tratados realizados e colonizações envolvidas. - Índios - Formação das Reduções Jesuíticas e os Sete Povos |
| Colégio Maria Auxiliadora | 4 ^a | 2 | <ul style="list-style-type: none"> - Introdução à História - A Europa conquista a América. - Os primeiros habitantes do Brasil - As nações indígenas do sul. - A ocupação do Brasil. - As Reduções Jesuíticas. |
| Colégio Teresa Verzéri Escola de Primeiro e Segundo Graus | 3 ^a | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - Os primeiros habitantes. - A conquista e posse das novas terras pelos portugueses e espanhóis. - As Missões Jesuíticas: o primeiro ciclo e os Sete Povos. - O sistema político, social, econômico e urbano das reduções. - O Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica. - A decadência das reduções. |
| Colégio Santo Ângelo - Escola de Primeiro e Segundo Graus | 4 ^a | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - Os índios como primeiros habitantes da terra gaúcha, seus costumes e tradições. - As primeiras navegações e a descoberta do caminho para as Índias. - O descobrimento de novas terras, a importância do feito de Cristóvão Colombo e a divisão das terras descobertas pelo Tratado de Tordesilhas. - O desinteresse dos portugueses pelas terras gaúchas no início da colonização. |
| Escola de Ensino Fundamental Concórdia | 4 ^a | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - Organização social, política e econômica dos Sete Povos e sua importância na povoação do RS. - A presença dos jesuítas nas terras gaúchas e o trabalho desenvolvido por eles nas Missões, destacando a catequese, implantação de algumas lavouras e a criação de gado. - Guerra Guaranítica. - Tratado de Madrid e de Santo Ildefonso. - Colônia de Sacramento. - Situação do índio atual no RS. - Reservas indígenas em terras gaúchas. - Os tropeiros e o charque – suas relações com as reduções. |

| | | | |
|--|----|-----|---|
| Escola de Aplicação da UFRGS | 4ª | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - A conquista da América pelos europeus. - Os índios – primeiros habitantes do Brasil. - As tribos indígenas do sul e a ocupação dessas terras. - As reduções jesuíticas - 1ª fase missioneira e a 2ª fase (Sete Povos). - O Tratado de Madrid, a Guerra Guaranítica, a decadência das reduções. - O que sobrou das reduções e o índio hoje no Rio Grande do Sul. |
| Escola Estadual de Ensino Fundamental Cidade Jardim | 4ª | 2,5 | <ul style="list-style-type: none"> - Conquista das novas terras. - Os primeiros habitantes, os índios. - As reduções jesuítico-guarani: 1º ciclo e a fundação dos Sete Povos. - A organização política, social, econômica, urbana das reduções. - O sistema educacional das reduções (artes, música, catequese). - O Tratado de Madrid, a Guerra Guaranítica e a decadência das reduções. - O índio hoje. |
| Escola Estadual de Educação Básica Pe. Antônio Sepp | 4ª | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - Os homens que viviam aqui bem antes de nós: os índios. - A chegada do homem branco às nossas terras. - A vinda dos jesuítas e a fundação das primeiras reduções. O primeiro ciclo missioneiro. - As reduções do primeiro ciclo no Rio Grande do Sul. - A volta dos Jesuítas e o 2º Ciclo Missioneiro. - A fundação dos Sete Povos. - Como eram fundadas as reduções. - A organização política. - A organização social. - A organização econômica. - O artesanato e as artes. - O Tratado de Madrid e a Guerra Guaranítica. - A expulsão dos Jesuítas e a derrocada das reduções. - Linha do tempo. - Hoje: onde estão os guarani? E dos Sete Povos o que restou? - Lendas. |
| Escola Estadual de Ensino Fundamental Doutor Augusto do Nascimento e Silva | 4ª | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - Os primeiros ocupantes do RS. - Tratado de Tordesilhas e o descobrimento do Brasil. - Indígenas X Bandeirantes X Missionários. - Os Sete Povos das Missões. - Situação atual dos índios. |
| Escola Técnica Estadual Presidente Getúlio Vargas; | 4ª | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - A História do Município. - História Geral das Missões Jesuíticas. - Nosso Estado – História Geral. |
| Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi | 4ª | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - Povos que deram origem ao povo gaúcho. - Contribuições e influências deixadas à cultura riograndense. - Colonização. - Tratados. - Chegada dos Jesuítas. - História das Missões. - Sete Povos das Missões. - Guerra Guaranítica. - O índio de antigamente e o atual. |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Brochado da Rocha | 4ª | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - A História do Município . - A História das Missões (Geral). - Nosso Estado – História Geral |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Honório da Cruz; | 4ª | 1 | <ul style="list-style-type: none"> - História do Município (São Borja) - História Geral das Missões. |

| | | | |
|---|----------------|---|---|
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Eduardo Damião | 4 ^a | 1 | - História do Município (Porto Xavier) - História Geral das Missões. |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Osvaldina Batista da Silva | 4 ^a | 1 | - História do Município (São Borja) - História Geral das Missões. |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel da Nóbrega | 4 ^a | 1 | - A História do Município . - A História das Missões (Geral). - Nosso Estado – História Geral |
| Escola Municipal Gildo Catelarim | 4 ^a | 1 | - A História do Município . - A História das Missões (Geral). - Nosso Estado – História Geral |

Pelo quadro acima, pode-se observar que em 94% das escolas analisadas, o tema de História das Missões é trabalhado na 4^a série do Ensino Fundamental. Somente uma delas, o Colégio Teresa Verzeri de Santo Ângelo, trabalha este tema na 3^a série. Percebe-se de uma maneira geral, que as escolas em sua maioria, trabalham História das Missões usando generalidades tais como: o nome dos Sete Povos, data de sua fundação, fundador, número de habitantes em cada povoado, entre outras generalidades. Esta afirmação é dada pela percepção e experiência no trabalho como guia acompanhante de visitação de escolas aos sítios históricos e arqueológicos das redu es jesuíticas-guarani.

O que há de comum nos conteúdos das escolas da Região Metropolitana¹¹ e das escolas da Região das Miss es¹²   que todas trabalham um conteúdo mínimo de História das Missões, utilizam livro didático e aulas expositivas relatando fatos sem interpretá-los, sem contextualizá-los, sem mostrar a importância desta História para a vida das pessoas da comunidade hoje. Não se at m   questão da forma o territorial do Rio Grande do Sul,   experiência reducional na economia, na política, na sociedade, na arte e arquitetura, o legado deixado por esta sociedade desenvolvida nas redu es entre outros temas que podem ser trabalhados na

¹¹ Região Metropolitana – Escolas Privadas: Colégio Anchieta e Colégio Maria Auxiliadora. Escolas Públicas: Escola de Aplica o da UFRGS e Escola Estadual de Ensino Fundamental Cidade Jardim.

¹² Região das Missões – Escolas Privadas: Colégio Teresa Verzeri, Colégio Marista Santo Ângelo e Escola Concórdia. Escolas Públicas: Escola Estadual de Educa o Básica Pe. Antônio Sepp, Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Augusto Nascimento e Silva, Escola Estadual de Educa o Od o Felipe Pippi, Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Brochado da Rocha, Escola Municipal Onório da Cruz, Escola Municipal Osvaldina Batista da Silva, Escola Municipal Manoel da Nóbrega e Escola Municipal Gildo Castelarim.

História das Missões. O que as diferencia é a metodologia usada. As escolas da Região Metropolitana de Porto Alegre – RS utilizam a pesquisa de campo, a visita a sítios arqueológicos (Sítio de São Miguel das Missões), e o uso da Internet para pesquisa. As escolas da Região das Missões, em questionários e entrevistas respondidos não informam o uso de Internet e nem de pesquisa de campo.

As escolas públicas da Região Metropolitana de Porto Alegre, praticamente desenvolvem os conteúdos e metodologia das escolas da rede privada da mesma região. Já na Região das Missões de todo o universo das escolas analisadas somente as escolas públicas, (Instituto Educacional Estadual Odão Felipe Pippi e Escola Estadual Pe. Antônio Sepp) realizam visitas ao Sítio Arqueológico de São Miguel regularmente, mas apenas a Escola Pe. Antônio Sepp tem objetivos definidos nessa visita, ou seja, conhecer os remanescentes e estudar a História Regional. Dentre as escolas particulares apenas o Colégio Teresa Verzeri realiza visita ao sítio arqueológico das Missões com o objetivo de aprender sobre os remanescentes históricos e História das Missões.

Em 11% das escolas analisadas, os conteúdos de história são trabalhados em 2 h/a semanais, em 58% delas em 1h/a semanal, sendo a Escola Estadual de Ensino Fundamental Cidade Jardim a única que dispõe de 2,5 h/a semanais para trabalhar com História. Ainda que conteúdo versus tempo seja absolutamente tradicional seria importante que esse tempo fosse utilizado com metodologias mais atraentes para os alunos. Este tema será desenvolvido no capítulo quatro deste trabalho.

Quadro 05 – Formação dos Professores que Trabalham com a Disciplina de História nas Escolas Analisadas

| ESCOLA | FORMAÇÃO |
|--------------------------|---|
| Escola Maria Auxiliadora | Geografia História/cursando |
| Colégio Anchieta | História/cursando Geografia/cursando Pedagogia/cursando |
| Colégio Santo Ângelo | Matemática |

| | |
|---|--|
| Colégio Teresa Verzeri | Pedagogia |
| Escola Concórdia | Pedagogia |
| Escola de Aplicação da UFRGS | História |
| Escola Estadual de Ensino Fundamental Cidade Jardim | História Pedagogia |
| Escola Estadual de Educação Básica Padre Antônio Sepp | Geografia/cursando Pedagogia/cursando |
| Escola Estadual Augusto Nascimento e Silva | História |
| Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas | Geografia |
| Instituto de Educação Odão Felipe Pippi | Pedagogia/cursando Letras |
| Escola Municipal Gildo Castelarim | Geografia |
| Escola Municipal Francisco Brochado da Rocha | Estudos Sociais Geografia/cursando |
| Escola Municipal Honório da Cruz | História |
| Escola Municipal Osvaldina Batista da Silva | História |
| Escola Municipal Manoel da Nóbrega | História |
| Escola Municipal Eduardo Damião | História |

Em relação ao quadro acima identifica-se a formação de Curso Superior na maioria dos professores, na área de História (7), Geografia (3), Pedagogia (3), Letras (1), Matemática (1), Estudos Sociais (1). Dois professores estão em fase final do Curso de História, três finalizando Geografia, e três finalizando Pedagogia. Este é o quadro que encontrou-se nas escolas pesquisadas.

Observa-se que a maioria dos professores das escolas possuem formação superior conforme o quadro anterior, mas em geral, a carência no ensino de História não está relacionada somente com a formação e qualificação do professor, com a disponibilidade e o trabalho em escolas com realidades diferenciadas, mas também com as condições gerais desses profissionais. Isto envolve questões como a dos recursos usados, metodologia, ou o número de alunos em cada sala de aula.

A atuação profissional dos professores de História, ainda que em muitas escolas seja efetuada de maneira dinâmica e variada, poderia ser melhor mas esbarra em velhos problemas: a dissociação entre ensino e pesquisa e a disputa entre Licenciatura e Bacharelado em História, uma divisão hierárquica do saber entre o Ensino Fundamental, Médio e Superior.

**Quadro 06 – Recursos e Metodologias Empregados
nas Escolas Analisadas**

| ESCOLA | RECURSOS | METODOLOGIA |
|---|--|---|
| Colégio Anchieta | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e outros complementares - Vídeo - Internet - Jornais - Revistas | <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa de campo - Montagem de painéis sobre a pesquisa – cada grupo responsável por um tema |
| Colégio Maria Auxiliadora | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e outros - Jornais, revistas - Internet - Vídeo | <ul style="list-style-type: none"> - Visita ao sítio de São Miguel, Caaró e Santo Ângelo – projeto especial - Entrevistas - Apresentação dos trabalhos em forma de painéis com fotos, teatro - História em quadrinhos |
| Colégio Teresa Verzeri Escola de 1º e 2º Graus | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e outros complementares - Jornais | <ul style="list-style-type: none"> - aula expositiva - leitura de textos com apresentação em sala de aula - montagem de painéis com gravuras e fotos - trabalho em grupo |
| Colégio Santo Ângelo Escola de 1º e 2º Graus | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e complementares - Periódicos - Fotografias | <ul style="list-style-type: none"> - Leituras e discussão em grupo - Confecção de maquetes e mapas com relevo, vegetação - Teatro |
| Escola de Ensino Fundamental Concórdia | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e complementares - Periódicos - Vídeos | <ul style="list-style-type: none"> - Trabalhos dirigidos em sala de aula com textos e livros - Visita ao Museu e a Catedral de Santo Ângelo - Teatro |
| Escola de Aplicação da UFRGS | <ul style="list-style-type: none"> - Não usa livro didático específico - Dois livros e textos complementares | <ul style="list-style-type: none"> - Saídas de campo - Análises de textos - Aulas expositivas (a História como um processo e não como sucessão de fatos) - Cinema, vídeos. |
| Escola Estadual de Ensino Fundamental Cidade Jardim | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e complementares - Textos de revistas, jornais - Internet | <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho de campo - Aula expositiva, leituras com discussão de textos - Debates, leituras e trabalhos em grupos. |

| | | |
|--|---|--|
| Escola Estadual de Educação Básica Pe. Antônio Sepp | <ul style="list-style-type: none"> - Vários livros - Jornais, revistas - Vídeo | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Visita ao Sítio de São Miguel - Trabalho em grupo |
| Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Augusto Nascimento e Silva | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e complementares - Mapas | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Montagem de maquetes e outros materiais pelos alunos - Teatro |
| Escola Técnica Estadual Presidente Getúlio Vargas | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e complementares - Revistas, jornais | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Pesquisa bibliográfica - Entrevistas - Visita ao Museu e a Catedral Santo Ângelo – RS - Trabalho em grupo - Montagem de painéis |
| Instituto Estadual de Educação Odaio Felipe Pippi | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e complementares - Vídeos - Textos de periódicos | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Pesquisa bibliográfica - Debates - Passeio a Praça Pinheiro Machado e ao Museu Santo Ângelo – RS - Excursão à São Miguel |
| Escola Municipal Gildo Castelarín | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático - Jornais, revistas - Vídeo | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Discussão em grupo |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Brochado da Rocha | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático - Jornais, revistas - Vídeo | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Discussão em grupo - Pesquisa bibliográfica |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Osvaldina Batista da Silva | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático - Jornais | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Discussão em grupo - Pesquisa bibliográfica |
| Escola Municipal de | <ul style="list-style-type: none"> - Livros - Revistas | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Pesquisa bibliográfica |

| | | |
|--|---|--|
| Ensino Fundamental Eduardo Damião | <ul style="list-style-type: none"> - Jornais - Apostila (fornecida pela SMED) | <ul style="list-style-type: none"> - Discussão em sala de aula (por grupo) |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Honório da Cruz | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático e complementares - Jornais - Mapas | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Montagem de painéis a partir de pesquisa bibliográfica – em grupo |
| Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel da Nóbrega | <ul style="list-style-type: none"> - Livro didático - Mapas | <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva - Pesquisa bibliográfica - Discussão em grupo |

Através do quadro acima pode-se dizer que a maioria das escolas¹³ trabalha o conteúdo de História das Missões através de aulas expositivas. Uma parcela delas (7)¹⁴ utiliza a pesquisa bibliográfica e outra¹⁵(4) utiliza o método da pesquisa de campo incluindo visitas a sítios arqueológicos e museus históricos da região. Nessas visitas são desenvolvidos trabalhos de estudo do meio que integram, além da disciplina de História, a Geografia, a Língua Portuguesa, a Literatura e a Educação Artística.

Constata-se também, a partir do quadro, que, além do livro didático usado por uma boa parcela das escolas, são utilizados outros recursos como periódicos, internet, vídeo, outros livros além do didático. Através das respostas obtidas, a partir de conversas com professores das escolas pesquisadas concluiu-se de que o uso

¹³ Colégio Teresa Verzeri, Cidade Jardim, Escola Estadual Pe. Antônio Sepp, Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Augusto Nascimento e Silva, Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi, Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Brochado da Rocha, Escola Municipal Onório da Cruz, Escola Municipal Osvaldina Batista da Silva, Escola Municipal Manoel da Nóbrega, Escola Municipal Gildo Castelarim. E Escola Municipal Eduardo Damião.

¹⁴ Escola Técnica Presidente Getúlio Vargas, Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi, Escola Municipal Brochado da Rocha, Escola Municipal Osvaldina Batista da Silva, Escola Municipal Eduardo Damião, Escola Municipal Onório da Cruz e Escola Municipal Manoel da Nóbrega.

¹⁵ Colégio Anchieta, Colégio Maria Auxiliadora, Colégio Teresa Verzeri, Escola de Aplicação da UFRGS e Escola Cidade Jardim.

dos recursos didáticos nem sempre atinge o objetivo de sensibilizar o aluno para que este tenha a idéia da importância da história para a construção de sua identidade. Percebe-se ainda uma inadequação de alguns recursos. Citam como exemplo de recurso audiovisual para 3ª e 4ª séries a projeção do filme “A Missão”, como único disponível no mercado, alegam a complexa linguagem e erros na sua fundamentação histórica. Isto demonstra que não é só o material usado mas o tipo de material e a metodologia aplicada para a pesquisa que dificulta a sensibilização do educando.

Na disciplina de História, numa visita ou pesquisa de campo pode-se trabalhar o contexto social e econômico em que se deu a ocupação do Estado, relacionando tempo e espaço, reconhecendo o choque de culturas e suas conseqüências da História das Missões.

Nas escolas da grande Porto Alegre, o estudo através da cultura material é desenvolvido a partir de trabalhos interdisciplinares, realizados em grupos. Cada grupo de alunos fica responsável por um tema para ser observado e pesquisado. Por exemplo: um grupo pesquisa sobre a economia das reduções, o que cultivavam, como e o que comercializavam. Enquanto outro grupo pode ficar responsável pela pesquisa da economia atual, o que se cultiva e comercializa na mesma região das Missões hoje, traçando um paralelo entre os dois tempos. Esse trabalho é realizado através de pesquisa bibliográfica e de campo fazendo visitas e entrevistas com pessoas do local (sítio arqueológico de São Miguel). Também desenvolve-se uma pesquisa em relação ao primeiro habitante que viveu na região, a colonização e seus descendentes.

Na Geografia é solicitado ao grupo que analise a hidrografia do percurso feito, o tipo de solo, o que se cultiva, como eram no passado a fauna e a flora e como se encontram hoje. Analisam-se as mudanças que ocorreram nessa paisagem através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. O grupo encarregado do trabalho de Língua Portuguesa escreve textos sobre o que mais lhe chamou a atenção e os mesmos são expostos para os colegas. Na Educação Artística o aluno pode desenhar algo que despertou seu interesse e quando de volta à escola, organizar uma exposição de todos os desenhos, explicando os mesmos.

É interessante destacar que essas escolas que realizam trabalhos de campo são da região de Porto Alegre¹⁶. Das escolas da Região das Missões¹⁷, uma delas faz visita e define os objetivos da mesma como complementares ao estudo em sala de aula. As visitas das demais escolas, têm apenas um caráter de passeio e não de atividade de estudo e pesquisa.

Da Região Metropolitana, as escolas públicas e privadas que foram listadas para este trabalho, fazem as visitas ao Sítio de São Miguel com objetivos definidos usando o Patrimônio como documento, como fonte de pesquisa. Já na Região das Missões, apesar de estarem bem próximas ao sítio arqueológico das Missões não fazem uso do mesmo. Talvez por desconhecimento, falta de oportunidade em criar formas alternativas, até mesmo, em alguns casos, o fator econômico possa impedir essas visitas.

O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias, o saber fazer, o saber fazer bem. É responsável por ensinar o aluno a captar e avaliar a diversidade dos pontos de vista. Cabe ao professor levantar problemas e reintegrá-los a um conjunto maior de outros problemas.

Ensinar História deveria ser, dar condições, através de uma prática pedagógica dinâmica, para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a história. Fazer com que sintam-se participante, sujeito integrante dessa mesma história, e não mero expectador. Mas, apesar de todo esforço e dinâmica por parte de uma parcela de professores, nem sempre o objetivo é alcançado pois permanecem vícios ainda não superados da história linear, factual e eurocêntrica (FÉLIX, 1998).

Para que o aluno sintam-se parte integrante da história, um cidadão, ele deve ser situado em seu contexto histórico a fim de capacitá-lo para agir e transformar, e não apenas para atuar e reproduzir. Para tanto se deve buscar a renovação dos métodos, enriquecer a bagagem teórica, buscar contatos com os demais ramos das Ciências Sociais e Humanas para aprimorar o senso de análise e crítica. E a

¹⁶ Colégio Anchieta, Colégio Maria Auxiliadora, Escola de Aplicação da UFRGS e Escola Estadual de Ensino Fundamental Cidade Jardim.

¹⁷ Colégio Teresa Verzeri.

Educação Patrimonial, como método de ensino a aprendizagem, consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem no educando o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O uso do patrimônio cultural facilita e motiva a aquisição de conceitos e habilidades, por exemplo, a partir do objeto real como fonte de informação o estudante vai pesquisar e descobrir todo o sistema de relações e conexões que está contido neste simples objeto, como relações no processo de criação, fabricação, usos, época, espaço, entre outros e a metodologia da educação patrimonial facilita a percepção e a compreensão dos fatos e fenômenos culturais (HORTA, 1999).

Com relação à bibliografia utilizada para desenvolver seus estudos, escolas situadas em Santo Ângelo adotam o livro “Vamos Conhecer Santo Ângelo”¹⁸. Ele foi organizado por um grupo de professores de História e de Geografia, coordenados por Liane Maria Verri, em 1986 com apoio do Centro de Cultura Missioneira – CCM – vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da URI – Campus de Santo Ângelo. Este livro trata da história do município desde a sua origem até o ano de 1990. Revisado e atualizado em 1990, ele atualmente possui alguns itens defasados, especialmente no que se refere à divisão territorial do município. Possui linguagem simples, sugestões de atividades diversificadas e, apesar de desatualizado, nas escolas municipais é o principal material bibliográfico utilizado, conforme depoimento dos professores.

O livro trata o tema “Missões” através de simples descrição de fatos e datas sem contextualizá-los. Possui algumas ilustrações, como uma planta de uma redução, utensílios usados pelos índios e mapas. Um destes mapas identifica a linha do Tratado de Tordesilhas e, o outro, localiza os Sete Povos no Rio Grande do Sul.

Nas demais escolas e, mesmo as escolas municipais de Santo Ângelo, além do livro citado, a bibliografia didática utilizada pela maioria dos professores diagnosticada para este trabalho, é, em primeiro lugar, o livro de Luís Moraes

¹⁸ VERRI, Liane Maria (coord). *Vamos Conhecer Santo Ângelo – nosso município*. 2ª edição. Santo Ângelo: FuRI, 1990.

Koteck¹⁹ – *Conhecendo o RS – Estudos Sociais*. O segundo mais usado é o de Elva Verlang Krämer²⁰ – *Terra Gaúcha – Estudos Sociais* e, o terceiro livro mais usado, é o de Yolanda Marques²¹ – *Estudando o Estado do RS – Estudos Sociais*.

Em geral, no livro didático, a História é apresentada como algo pitoresco, com vultos famosos e heróis. Na realidade, o processo histórico inexistente na maioria deles. Quase todos os autores tem abordado o tema de forma descritiva, geral, com capítulos bem sintéticos. Não apresentam uma abordagem crítica, limitam-se a enunciar algumas informações através de uma rápida narrativa, com isso limitando a compreensão do processo histórico e fazendo com que a história seja entendida ou interpretada de forma linear, factual e eurocêntrica (BALDISSERA, 1997).

Nos últimos tempos, o livro didático sofreu uma renovação estética, mas não propôs o rompimento com posturas tradicionais, pautadas nas idéias de evolução e progresso linear da humanidade (CAIMI, 1999).

Com relação aos três livros mais usados pelos professores e alunos das escolas analisadas, pode-se dizer que não estão fora do contexto descrito anteriormente por Baldissera (1997) e Caimi (1999).

O livro “Conhecendo o Rio Grande do Sul” de Luís Moraes Koteck, trata do tema reduções jesuítico-guarani nas páginas 46-74, unidade II, no capítulo referente à formação histórica do Rio Grande do Sul.

O autor inicia o texto com o tema das sociedades indígenas, apresentadas como “os primeiros habitantes”, assim como os índios atuais. De forma narrativa o autor cita as principais tribos que habitavam as terras que hoje formam o território do Rio Grande do Sul, bem como os que sobrevivem ainda hoje nas reservas indígenas do Estado e fora delas. Algumas palavras de nosso vocabulário de origem tupi-guarani, usos e costumes dos indígenas do passado, a forma como viviam, sua alimentação, vestuário, religião, habitação, etc, também aparecem como algo passado, sem nenhuma importância para o desenvolvimento da comunidade hoje.

¹⁹ KOTECK, Luís Moraes. *Conhecendo o Rio Grande do Sul – Estudos Sociais*. 16ª edição. São Paulo: Ática, 2000.

²⁰ KRÄMER, Elva Verlang. *Terra Gaúcha – Estudos Sociais*. São Paulo: FTD, 1982.

²¹ MARQUES, Yolanda. *Estudos Sociais – Estudando o Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

O segundo livro usado nas escolas citadas anteriormente por professores e alunos é o de Krämer, “Terra Gaúcha”, que trata do tema “Missões” a partir do capítulo 17, unidade VI, páginas 94-111. Inicia com o título “Os Donos da Terra”, onde de forma sintética cita os três grupos indígenas que viviam nas terras do atual Rio Grande do Sul, quando da chegada dos colonizadores europeus. Um mapa do Estado localiza os territórios ocupados por esses grupos indígenas.

A autora trata da ocupação do Brasil “antes de Cabral chegar ao Brasil”, e do Tratado de Tordesilhas acordado entre Portugal e Espanha dividindo as terras entre si. No capítulo seguinte aborda o tema “Reduções jesuíticas” citando o primeiro período e os Sete Povos. Contextualiza a época das primeiras fundações, sua destruição devido ao ataque dos bandeirantes, o gado que os jesuítas deixaram nas terras e a saída dos jesuítas. Sobre os Sete Povos lista os nomes dos mesmos com as datas de sua fundação, o traçado dos povoados e área rural. Com informações escassas e sem ilustrações, apresenta alguns mapas como o que mostra a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, a localização de alguns dos primeiros povoados, e em outro os Sete Povos.

No terceiro livro mais usado, o tema é tratado na página 67, sob o título “Os Donos da Terra”. São listados os três grupos indígenas habitantes das terras que hoje constituem o Rio Grande do Sul, a região que ocupavam, alguns costumes e os índios hoje. Um texto complementar fala da influência da cultura indígena sobre a cultura gaúcha.

Os três autores acima citados, nos capítulos que tratam do tema “reduções jesuítico-guarani”, falam do índio que habitava as terras que hoje constituem o Estado do Rio Grande do Sul antes da chegada do colonizador europeu de uma forma como se eles, os índios, fossem uma etapa da pré-história, não só pela falta de documentação escrita, mas no sentido de que estariam destinados a desaparecer para serem substituídos pelas instituições coloniais (MELIÀ, 1991).

A História da América só é entendida a partir da formação do Estado, com a chegada do europeu (espanhol e português), e, nesse “processo civilizatório”, as sociedades “pré-históricas” só eram integradas quando mostravam-se aptas a essa única História.

O caráter assimilacionista da história ocidental tem a pretensão de julgar toda a ação histórica a partir de uma única matriz: a do europeu. Por isso a sociedade indígena que vive na atualidade só é pensada enquanto marginal ao sistema. Não há um respeito à sua cultura e historicidade. Segundo Melià “um não ser seria a definição do seu ser”²² (1991, p.17).

Se existem diversas culturas, deveriam existir diversas historicidades. Apesar de se tentar a construção da História como uma ciência dinâmica e crítica, ainda predomina a História como ciência do passado, edificada pela ação dos heróis, combinada com forte dose de nacionalismo (CAIMI, 1999).

A visão europocêntrica - a história com o sentido de um passado único para toda a humanidade, vista a partir da cultura européia (BITTENCOURT, 2001), especialmente no caso do índio Guarani e a sua contribuição para a formação do Rio Grande do Sul, não é avaliada pelos autores dos livros didáticos em questão. Desta forma, o livro de Koteck (2000), por exemplo, deixa transparecer que o Rio Grande começa a se formar após o Tratado de Madrid, que pôs fim às disputas pelas terras e os portugueses, para garantir a posse das mesmas, quando chegam os primeiros imigrantes para povoá-las. Isto pode ser observado no texto intitulado “O Rio Grande Começa a se Formar” no qual o autor destaca o Tratado supracitado, suas conseqüências e em seguida a chegada dos imigrantes europeus.

O tema das reduções jesuítico guarani, Koteck trata especificamente na página 63. Embora seja uma obra de história, sua perspectiva diacrônica falha ao não serem destacados os dois períodos de fundação das reduções. Também não há inserção da experiência missionária no contexto geral da colonização espanhola na América e dos projetos de “congregación” dos índios para facilitar a catequese e administração dos povoados. Para o autor, foi o desinteresse dos espanhóis pelas terras “gaúchas”, em que não existiam minas de prata, que possibilitou a presença e atuação dos jesuítas para ocupá-las e converter os índios ao catolicismo.

A partir da página 66, o livro trata sobre os Sete Povos das Missões, ou seja, dos povoados que se situaram à margem esquerda do rio Uruguai e que hoje se

²² MELIÀ, Bartomeu. *Del Guarani a la història de la història del guarani*. Última Hora Correio Semanal, 20 de abril de 1999, Asunción.

localizam em território brasileiro. Apresenta o nome dos mesmos e um mapa do Rio Grande do Sul com a sua localização.

Também os demais temas tratados pelo autor como os costumes dos índios missioneiros, os conflitos entre Portugal e Espanha, o Tratado de Madrid são transmitidos simples relato, rica em informações como nomes de europeus que fizeram parte de expedições, das grandes navegações dos portugueses e espanhóis e, também, destacando várias datas. Trata dos feitos europeus, por isso segue a linha de uma história europocêntrica, propondo a evolução da história a partir de uma sociedade de progresso e tomando como referência a civilização européia ocidental.

Os mapas apresentados pelo autor são demasiadamente complexos para alunos de 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental interpretar e compreender. Conforme Piaget (1997) os alunos da faixa etária de 7 a 11 anos, que corresponde a idade dos estudantes em questão neste trabalho, não teriam condições de assimilar essas informações porque estão no estágio das operações concretas.

São usados ainda outros livros, além dos já citados para consulta dos professores, e, eventualmente, pelos alunos quando desenvolvem trabalho em grupo com o objetivo de acrescentar mais informações sobre o tema pesquisado. Mas nem sempre o livro utilizado para tal é o adequado pelos conceitos e termos utilizados pelos autores.

No livro coordenado por Moura²³, “Trabalhando com Mapas”, os mapas que tratam do tema “reduções” são os das páginas 32 (que mostram a linha do Tratado de Tordesilhas), 36 (localizando os Sete Povos), 38 (indicando as disposições dos Tratados de Madrid e Santo Ildefonso, também com a localização do Sete Povos e da Colônia do Sacramento). Também eles são um tanto complexos para o entendimento dos alunos do Ensino Fundamental.

O livro “Missões: uma história de 300 anos²⁴ foi escrito com linguagem simples, acessível aos alunos do Ensino Fundamental. As informações contidas no

²³ MOURA, Wilma Silveira Rosa de. (Coord.) *Trabalhando com Mapas*. Rio Grande do Sul. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

²⁴ VERRI, Liane Maria. (Coord.) *Missões: uma história de 300 anos*. Porto Alegre: SPHAN, 1990.

mesmo são detalhadas em relação às reduções no sentido de mostrar como viviam os índios Guarani antes da chegada do colonizador, o trabalho dos jesuítas para converter os índios e o interesse do governo espanhol em garantir a posse das terras conquistadas. Mostra também os dois períodos de fundação das reduções, seu sistema de funcionamento, o Tratado de Madrid e a revolta dos Guarani, a guerra, a expulsão dos padres e a decadência das reduções e dos índios.

Todos os livros contêm ilustrações que reforçam as informações como em mapas com a localização das reduções, tipos de moradias, utensílios, artefatos, flora, fauna, planta de uma redução, esculturas entre outros.

“Missões: uma história...” foi elaborado por um grupo de professores de História e Geografia como parte das comemorações dos 300 anos de fundação de três das reduções, que formam os “Sete Povos”: São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687) e São Miguel Arcanjo (1687), integrando um projeto de Educação Patrimonial que teve apoio do Ministério da Cultura/Sphan/Pró-Memória/Governo do Estado. Todas as escolas da Região Missioneira elencadas para este trabalho fazem uso do livro.

Simões Lopes Neto²⁵, escritor e poeta gaúcho, em sua obra endossou um passado mitificado do Rio Grande do Sul, carregado de lendas e seres fantásticos que habitavam na imaginação do autor. Sua inserção na ideologia positivista, que reinou de forma absoluta entre intelectuais e políticos no início do século XX, marcou sua obra como a busca de um passado regional que servisse de exemplo tradicional para as gerações futuras. A preocupação do autor em registrar o passado como a fonte da tradição foi contínua. Ele é um clássico da literatura do folclore gaúcho. Poucas escolas usam esse autor e trabalham algumas lendas. E algumas utilizam periódicos, jornais e revistas de publicações esparsas que tratam do assunto.

Nas escolas da Região das Missões referidas anteriormente são usados textos como: “A República Cooperativa Guarani”, “A Arte dos Guaranis”, “O Índio missioneiro” e “A Formação Social Do Gaúcho” e “A História das Missões Se Renova

²⁵ Lopes Neto, Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. São Paulo: Globo, 2001.

Na Memória Do Povo”. Estes são textos escritos por jornalistas e escritores²⁶ sem fundamentação histórica.

O filme “A Missão” concentra 150 anos de História num único filme, sem dar a entender todo esse processo histórico das Missões Jesuítico-Guarani. Mostra uma plantação de bananas quando o Guarani missioneiro cultivava erva-mate. Porém o cineasta cria as suas próprias verdades mesmo baseado em episódios históricos.

Mas como é um dos poucos filmes sobre o tema disponível em locadoras é utilizado pelos professores das escolas em questão e que pela falta de conhecimento mais aprofundado sobre o tema não fazem as devidas críticas em relação ao que está mais próximo à “verdade histórica” ou o que são “verdades” criadas pelo cineasta que repassam essas “verdades” para os alunos não fazendo uma avaliação do que é ficção e do que se reconhece como verdade histórica até o momento.

Existe uma bibliografia mais recente como a Coleção sobre os Sete Povos das Missões²⁷, História do Rio Grande do Sul de Regina P. Schneider²⁸, Rio Grande do Sul – História e Geografia de Ricardo Menegotto e Giovana M. de Oliveira²⁹ que, talvez por desconhecimento, não foram citados pelos professores entrevistados. Esses livros apresentados de forma simples, com linguagem clara e objetiva, poderiam ser um instrumento complementar sobre o tema Missões se utilizados pelos professores e escolas pesquisadas.

²⁶ LEMOS, Edson. *A República Cooperativa Guarani*. In: *Jornal das Missões*. Caderno Especial, ano, nº28, Santo Ângelo, 1983.

Simon, Mario. *A Arte dos Guarani*. In: *Jornal das Missões*. Caderno Especial, ano, nº28, Santo Ângelo, 1983.

TRINDADE, Walter Bretas. *O índio missioneiro e a formação social do gaúcho*.

TAPAJÓS, Ana. A história das Missões se renova na memória do povo. In: *Jornal das Missões*. Caderno Especial, ano, nº28, Santo Ângelo, 1983.

²⁷ BAIOTO, Rafael et al. *São Luiz Gonzaga e São Lourença Mártir*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998. (Coleção Sete Povos)

BAIOTO, Rafael e QUEVEDO, Júlio. *São Miguel das Missões*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997. (Coleção Sete Povos)

QUEVEDO, Júlio. *São João Batista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. (Coleção Sete Povos)

²⁸ SCHNEIDER, Regina P. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FTD, 2001.

²⁹ MENEGOTTO, Ricardo e OLIVEIRA, Giovana Mendes de. *Rio Grande do Sul: História e Geografia*. São Paulo: Quinteto Editorial, 1999.

É importante destacar que, apesar da existência em Santo Ângelo do Centro de Cultura Missioneira – CCM – na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Santo Ângelo, as escolas locais e regionais não fazem uso de seu acervo especializado de livros, vídeos, fotos, iconografia, documentos sobre História das Missões, não utilizando-se nem mesmo dos serviços gratuitos dos profissionais qualificados disponíveis nesse Centro.

Na busca da melhoria no ensino-aprendizagem, sugere-se uma metodologia mais inovadora, cooperativa, que incentive a defesa de idéias e a pesquisa aprofundando a análise do processo histórico, revisando conceitos, estabelecendo as relações históricas entre as sociedades em diferentes espaços e momentos. Este tema será abordado no capítulo seguinte.

4 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO JESUÍTICO-GUARANI E O ENSINO DA HISTÓRIA DAS MISSÕES ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

4.1 A Importância das Missões Jesuíticas-Guarani para a Formação do Rio Grande do Sul

Os estudos arqueológicos recuam a ocupação humana no Rio Grande do Sul até 12.700 anos antes do colonizador europeu. Entre os três principais grupos humanos que ocuparam esse espaço estavam o Gê, o Pampeano e o Tupi-Guarani. Este último ocupava o espaço territorial das várzeas dos grandes rios, vales, lugares com mata que propiciaram a necessária fertilidade do solo para a prática da agricultura. Nesse espaço ocupado pelo Guarani foram estabelecidas as Reduções pelos padres da Companhia de Jesus com objetivo de difundir a fé cristã e garantir a posse das terras para a coroa espanhola.

Do período que antecede a chegada dos europeus não há documentação escrita que permita a reconstituição do modo de vida dos habitantes deste território. Os estudos são orientados por metodologias desenvolvidas pela Arqueologia, que trabalha com a historicidade do vestígio do acontecido e, modernamente, pela etno-história.

Já no período posterior ao contato do índio com o europeu, uma série de informações etno-históricas passam a ser importantes e estão registradas. Relacionando as fontes arqueológicas e as fontes etno-históricas é possível traçar um panorama da presença indígena no Estado (TORRES, 1990).

Os Guarani serão os primeiros habitantes do território a serem incorporados numa modalidade de processo civilizatório europeu: as reduções Jesuítico-Guarani. O resultado desse processo foi a sobrevivência de parcelas deste grupo, marginalizados e que vivem miseravelmente em áreas indígenas (reservas ou acampamentos).

As reduções jesuíticas do Tape representaram uma dilatação das missões do Paraguai para o território do que hoje é o Rio Grande do Sul. Índios Guarani das reduções, mesclando costumes europeus com os seus, dedicaram-se à agricultura e formaram estâncias de criação de gado bovino. Esse gado representou “o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro” (PESAVENTO, 1992, p. 9).

A historiografia sobre a formação do Rio Grande do Sul possui duas correntes historiográficas: a primeira é que o Rio Grande do Sul inicia com a fundação das reduções jesuíticas-guarani em 1626 quando o Pe. Roque Gonzáles funda aí a primeira redução, São Nicolau. A outra corrente histórica defende a idéia de que o Rio Grande do Sul inicia em 1737, quando Silva Paes, em nome da Bandeira Portuguesa fundou o Forte de Jesus Maria José, marcando o nascimento do Estado. Esse é o marco oficial, sendo o não oficial, o da redução de São Nicolau (TORRES, 1990).

Sobre a historiografia do Rio Grande do Sul, de acordo com Gutfreind (1992), a produção historiográfica tanto dos que defendem a matriz lusitana quanto a platina é apenas uma amostragem de um universo bem mais amplo. Inicialmente aparecem trabalhos individuais e dissociados entre si, mas com o decorrer do tempo é possível identificar as duas matrizes ideológicas: a matriz de ideologia lusitana defende a idéia de que a formação histórica sul-riograndense inicia com os portugueses, em 1737, ignorando o período da colonização espanhola. A matriz platina defende a idéia de que a formação historiográfica do Rio Grande do Sul inicia a partir de 1626 com a fundação da primeira redução São Nicolau, pelo jesuíta Roque Gonzáles.

As matrizes lusitana e platina estabeleceram polêmicas entre si. As desavenças, os pontos discordantes não se aclararam e nem se concluíram.

Como a historiografia em sua matriz lusitana vinculou a história gaúcha à área portuguesa, o início da história rio-grandense ficou caracterizado como tardio. Alguns dos pioneiros da historiografia sul-riograndense foram José Feliciano Fernandes Pinheiro e Antônio José Gonçalves Chaves. As obras desses autores são utilizadas ainda hoje²⁹. Esses historiadores defendem a idéia lusitana para a formação do Rio Grande do Sul, destacando a vinda dos colonos da Ilha dos Açores e Madeira.

A partir da década de 30 a busca da identidade do Rio Grande do Sul em uma perspectiva de inserção do regional tomou corpo. Aparecem agora autores defendendo essa inserção. Torres (1998) diz que a afirmação da brasilidade do rio-grandense está ligada à elaboração do conceito de “gaúcho brasileiro” entre intelectuais ligados à tendência historiográfica luso-brasileira, buscando desta forma unificar o múltiplo, negar o conflito e construir a harmonia frente à formação histórica do Rio Grande do Sul.

Constata-se que a constituição de uma identidade, a partir da exclusão de outras identidades possíveis, alia-se a uma narrativa historiográfica de recurso conjuntural e sincrônico. Representantes da intelectualidade atuante no campo da história moldaram em linhas convergentes e/ou divergentes determinadas versões sobre a formação histórica sul-riograndense e mais especificamente, sobre os personagens que atuaram neste cenário (TORRES, 1990).

Nessa linha, a visão que ficou a respeito dos índios através das diferentes tendências historiográficas, mesmo aquelas simpáticas ao modelo missionário era a de um indivíduo incapaz e inferior, intelectual, cultural, física e socialmente, classificado como representante da selvageria ou da barbárie em comparação com o ‘civilizado’ olhar europeu. A visão dos historiadores engloba, além do índio nessa situação, a idéia de que os jesuítas eram agentes da Coroa Espanhola em seus projetos expansionistas e os bandeirantes vistos como heróis desbravadores,

²⁹ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Capitania de São Pedro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819. Vol. 1. Esta obra teve um segundo volume editado em Lisboa, no ano de 1822, pela Imprensa Nacional.

_____. *Anais da Província de São Pedro*. Paris: Tip Casimir, 1839. Que teve uma Segunda edição em 1946, no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre administração pública no Brasil*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1978.

ampliando o território brasileiro. Assim, o papel das Missões ficou definido a partir de pressupostos de inclusão e exclusão das mesmas na história do Rio Grande do Sul. Evidencia-se assim o exclusivismo luso-brasileiro e identifica-se a dificuldade em considerar as Missões como parte integrante da formação histórica do estado gaúcho.

Segundo Gutfriend (1992), não há como negar os interesses sul-riograndenses no Prata, da própria Coroa portuguesa em expandir a área durante séculos, e exemplos recentes reforçam as relações entre estado sulino e a área do Prata, relações que nunca cessaram, mais intensas em épocas passadas, mas existentes ainda hoje.

Assim, a historiografia excluiu o período missioneiro da história gaúcha. No entanto, constata-se, na região das missões, escolas com nomes de padres jesuítas além de monumentos em homenagem ao cacique Sepé Tiaraju ou peregrinações feitas em homenagem a religiosos que foram mortos pelos índios. Em 1987, nos trezentos anos das Missões Jesuíticas, houve grande comemoração na região de São Miguel das Missões com shows, luzes e intensa cobertura da mídia nacional. Artistas plásticos, fotógrafos, pintores e escultores de projeção nacional e internacional produziram e expuseram suas obras com o apoio do SPHAN. Essa exposição de obras com a temática dos 300 anos Missões percorreu o Brasil e a Europa.

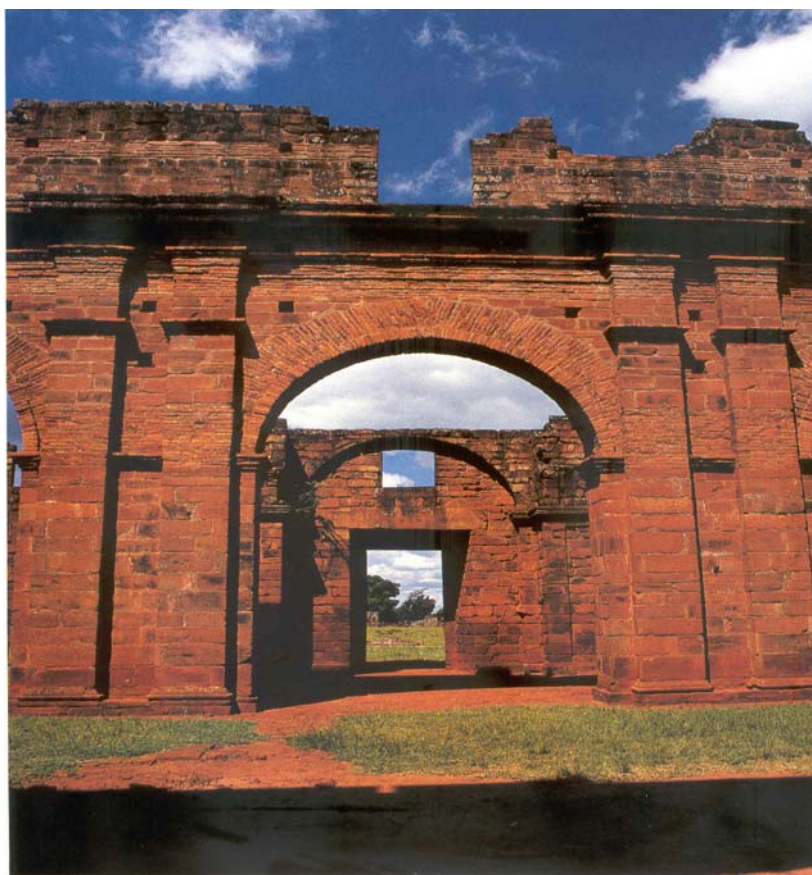
Reporta-se ainda que apenas uma pequena parcela da população conhece suas origens e busca assumir-se como missioneira, resgatando sua cultura. Isto de acordo com Nagel “pode ser evidenciado na toponímia regional, nas denominações de escolas, estabelecimentos comerciais e empresas, nos hábitos alimentares, na medicina caseira, em canções e ditos populares, em poemas, na religiosidade, em mitos, entre outros (1994, p. 272). Mas apesar de conhecer nomes de personagens, utilizar medicina caseira, ditos ou canções populares, a grande maioria dos habitantes da região desconhece a sua origem.

O predomínio do enfoque histórico de matriz sob a ótica lusitana significou a exclusão de importantes períodos de tempo, além da exclusão de área geográfica como foi o caso da exclusão da Região das Missões no Ensino Fundamental.

4.2 Como Sensibilizar a Comunidade Escolar para conhecer a História Regional

Os remanescentes arqueológicos, arquitetônicos (Figura 09) e artísticos das Missões, constituem um rico legado reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Esses monumentos e objetos do patrimônio cultural possibilitam às crianças, do mesmo modo que aos adultos, uma experiência completa, não verbal que lhes permitam evocar e explicar o passado de que são herdeiros.

Figura 09– Remanescentes arqueológicos de São Miguel Arcanjo



Fonte: STELLO, 2002.

Conforme Nogueira (1999), a coletividade que ocupa atualmente, o território que foi pertencente às Reduções Jesuítico-Guarani, além de possuir um passado comum, materializado em sua paisagem, apresenta outras características que lhes conferem particularidades. Os problemas sociais resultantes de adversidades

econômicas, tais como baixa produção agrícola, as dificuldades na produção primária, a quebra de safras agrícolas, os efeitos dos planos econômicos e a alienação cultural, caracterizam a região noroeste do Rio Grande do Sul, Departamento de Itapua no Paraguai e Província de Misiones na Argentina. Todas elas são consideradas regiões bastante carentes tanto na área econômica quanto social.

Para sanar a crise social há necessidade de uma política integrada de desenvolvimento buscando a reversão desse quadro. Essa iniciativa poderia basear-se na conservação e valorização do rico patrimônio cultural e natural da região, visando atingir sua integração econômica via integração cultural.

4.2.1 Proposta para o Ensino da História das Missões

O ensino e o conhecimento da História, de acordo com os métodos pedagógicos tradicionais que enfatizam os dados e os fatos num processo cronológico e linear, sem hesitações ou dúvidas, contribuíram para a falta dessa visão em perspectiva, que desfaz a ambigüidade e possibilita a compreensão da realidade. A História, na verdade, e na sua abordagem contemporânea, fala de perspectivas, da manifestação de múltiplos eventos, simultâneos e sucessivos, que se organizam em diferentes planos, e que podem ser vistos em diferentes ângulos, contra o horizonte do espaço (HORTA, 1991).

A História fala de processos e de transformações, de luzes e de sombras sempre em movimento, de estruturas e de conjunturas, de contrastes e de semelhanças, num panorama complexo em que os indivíduos situam-se como atores, ativos ou passivos. É nesse panorama que se desenvolve e acontece o processo cultural, em constante mudança, e é o resultado desse processo, acumulado em suas múltiplas manifestações que configuram o Patrimônio Cultural.

O conhecimento dessa herança que se recebe e sobre a qual se constrói o presente e o futuro, tendo o Patrimônio das Missões Jesuítico-Guarani como fundo contra o qual pode-se traçar a identidade individual e coletiva, esse é o objetivo da Educação Patrimonial.

Para desenvolver o ensino e aprendizagem através da Educação Patrimonial a metodologia a ser seguida deve ser primeiramente a observação, o registro e a apropriação a partir da percepção visual e simbólica. Há necessidade de estudar e organizar o roteiro que será feito, pesquisar e preparar a fundamentação histórica do espaço que será visitado e a divisão da turma em grupos onde cada um fica responsável pelo desenvolvimento de um item do que foi combinado. Estes poderiam ser, por exemplo, pesquisa bibliográfica, fotografia, desenhos, redação, organização de textos em forma de notícias de jornais para expor para os colegas, pais, etc.

Para a produção do conhecimento em sala de aula, ou fora dela, a História Regional apresenta algumas potencialidades para o ensino fundamental e médio:

- no trabalho de pesquisa ou elaboração de documentos históricos, o aluno fazendo análises apuradas dos documentos escritos ou objetos como fragmentos arqueológicos, arquitetônicos, artísticos (cultura material) tem condições de reconhecer, valorizar e problematizar suas raízes familiares, sociais, políticas, culturais, em seu tempo e espaço, relacionando-os a outros processos de diferentes momentos da história da humanidade compreendendo as relações entre o presente e o passado;
- a história regional se apresenta como um caminho importante para análises mais amplas;
- acredita-se ser possível desmitificar teorias e conceitos universalizantes através da elaboração de trabalhos históricos locais;
- a história local pode também destruir visões homogêneas que se propagam com as versões históricas gerais, através de trabalhos com as memórias locais, com a valorização das experiências locais (PINTO JÚNIOR, 2001).

Conforme os objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino de História envolve relações e compromissos com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada às complexidades inerentes à realidade com que convive (2000).

Pensar o ensino da História Regional pode ser um princípio metodológico capaz de aproximar o aluno do seu cotidiano, da sua família, de sua comunidade. A possibilidade de identificação das características da região, motiva o aluno ao estudo da História, estimula sua curiosidade pelas origens históricas e desperta o interesse pelo estudo e pela pesquisa histórica. Deve-se relacionar a particularidade local e regional articulada com a generalidade e a complexidade do social-histórico.

As potencialidades da História Local se colocam em relação às possibilidades de recuperação das suas singularidades, de participação efetiva dos alunos no estudo histórico e de produção de conhecimentos destes no cotidiano escolar.

A escolha do tema "Reduções Jesuíticas-Guarani" para trabalhar a História Regional através dos remanescentes da cultura material, apresentou-se por ocasião da experiência de guiar alunos de algumas escolas que não são da região missioneira mas de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre, e em alguns casos de Estados do Paraná e de Santa Catarina durante visita à sítios históricos e arqueológicos. Essas escolas trabalham o tema Missões com metodologia mais eficaz do que as escolas da região das missões. Desenvolvem trabalhos em sala de aula e fora dela, como visitas aos sítios arqueológicos, onde percebe-se um interesse bem maior dos estudantes de 3ª e 4ª séries em relação às suas raízes históricas.

Para desenvolver uma proposta teórico-metodológica que considere a História como um processo histórico e não como uma sucessão de fatos, datas e heróis, o ponto de partida é a realidade social imediata, na qual alunos e professores têm sua prática social. É do conhecido, da experiência cotidiana vivida, do presente portanto, que qualquer conteúdo deve ser iniciado.

Pela importância do tema para a formação do Estado do Rio Grande do Sul - apesar da controvérsia historiográfica que apontou-se - também pela sugestão de Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, trabalhar a história através de temas, dando ênfase ao Regional, para depois formar uma rede temática com o nacional e o internacional.

Pela nova visão pedagógica que considera os alunos como participantes ativos na construção do conhecimento, busca-se desenvolver a consciência humana estabelecendo-se relações entre identidades individuais, sociais e coletivas relacionando-se o particular e o geral, construindo noções de diferenças e semelhanças e de continuidade e permanência. Sendo a sociedade brasileira uma sociedade plural, de identidades culturais diversas, há necessidade de conhecer o “outro” e isso significa comparar situações, sobre sua região, sobre seu país e o mundo conforme sugestão do Plano Curricular Nacional. O ensino da História Local, Regional seria mais importante que a História Geral.

Nesse sentido o estudo da História Regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História, como os movimentos sociais, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc. a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, o regional lida com as diferenças, a multiplicidade.

É de especial importância que os habitantes da região missioneira conheçam a História das Missões, pois ela pode trazer subsídios para que compreendam questões relativas a sua identidade regional e, desta forma, estejam aptos a projetar a sociedade que desejam (NAGEL, 2000).

Com o objetivo de tornar o estudo da História Regional/Missões, mais interessante e proveitosa para alunos de 3^a e 4^a séries do Ensino Fundamental, das escolas da Região Missioneira sobre seu Município e Estado, este trabalho sugere além do uso do livro didático e outros documentos escritos para o ensino e a aprendizagem das particularidades de sua História Regional, a utilização de fragmentos da cultura material. No caso específico fala-se dos remanescentes arqueológicos, arquitetônicos, artísticos do Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo e demais sítios, como o de São João Batista, o de São Lourenço, o de São Nicolau e os Museus Regionais.

Para desenvolver atividades diferentes das habituais na sala de aula e fora dela, deve-se levar em conta as possibilidades dos estudantes de modo a ajustar

seu desenvolvimento cognitivo. Segundo a teoria piagetiana, a estrutura formada pelos esquemas em funcionamento dos mecanismos da assimilação e da acomodação em processo contínuo de adaptação, resulta num conteúdo que é o conhecimento.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura. Assim pode-se considerar seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento, um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem, uma área rural, tecnologias, saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente.

A prática e as experiências desenvolvidas em diferentes contextos e locais do país podem trazer respostas procuradas, e demonstrar resultados surpreendentes, como por exemplo: uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro em sua diversidade de manifestações tangíveis e intangíveis, consagrados e não consagrados. Como fonte primária de conhecimentos e aprendizado ele poderia ser utilizado e explorado na educação de crianças e adultos, inserido nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino ou ainda ser instrumento de motivação, individual e coletivo, para a prática da cidadania, para o resgate da auto-estima dos grupos culturais.

A Educação Patrimonial tem como princípio a experiência direta dos bens e fenômenos culturais para se chegar à sua compreensão, internalização e valorização, num processo contínuo de experimentação e descoberta. Sua riqueza e potencial só podem ser avaliados e dimensionados por aqueles que a experimentam em seus diversos campos.

O uso de objetos, monumentos e sítios históricos consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse e instiguem a percepção, a análise e a comparação dos objetos expostos, levando os alunos à compreensão dos aspectos tecnológicos, políticos, econômicos e sociais da sua região. Esses objetos ou fragmentos (Figura 10) são fontes preciosas para o conhecimento dessa

trajetória cultural, quando utilizados como fonte documental para a pesquisa a partir do contato direto num processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos (HORTA, 1999).

Figura 10 – Fonte jesuítica em São Miguel das Missões



Fonte: LOEBLEIN, 2003

Alguns tópicos são necessários para desenvolver o projeto de Educação Patrimonial com sucesso. Num primeiro momento o planejamento da visita deve ser feito em comum acordo entre alunos e professores, os professores devem estar preparados para desenvolver o novo método de ensino que tem o objeto como fonte primária. Deve-se ter definido o que pesquisar sobre o tema, como será desenvolvida a pesquisa, e o que cada grupo de alunos irá pesquisar sobre ele durante a visita. Essa pesquisa deve ser realizada de forma integrada aos componentes curriculares onde todos têm tarefas e responsabilidades.

O processo de ensino aprendizagem de História das Missões pode iniciar com noções básicas a respeito da História Regional, especificamente relativa aos índios Guarani enquanto habitantes das terras que sofreram o processo de conquista e colonização européia, como viviam antes, como viveram o período de colonização européia e como vivem atualmente. (Figura 11)

**Figura 11 – Índios Mbya-Guarani da Reserva do Inhacapetum
São Miguel das Missões**



Fonte: NOGUEIRA, 2002.

A introdução do tema "Missões" deverá ser ministrada em sala de aula, utilizando livro didático, jornais, revistas que tratam sobre o tema. Além das aulas expositivas, os alunos, divididos em grupos, farão pesquisas bibliográficas sobre a importância e a preservação de patrimônios históricos, acervo cultural, com fragmentos de telhas, paredes da antiga igreja dos índios Guarani, imagens missionárias dos séculos XVII e XVIII, sinos do século XVIII, e o que representam para a sociedade contemporânea, especialmente para a comunidade regional/local.

Através do uso de outros recursos didáticos e da forma como utilizá-los pode-se superar o ensino da História tradicional que privilegiava os registros oficiais, sobre "grandes homens", fatos proeminentes, oriundos do Estado e guardados nos arquivos contrapondo-se às fontes abertas da nova História, como os jornais, as fotografias, a história oral, a cultura material, entre outros, que permitem ouvir as vozes de pessoas comuns e dizem respeito a toda a atividade humana. No caso do tema "Missões" desenvolver um olhar presente para o passado num exercício de

investigação do qual pode-se instrumentalizar o educando para entender o presente e agir sobre ele, transformando-o em força mobilizadora do futuro.

Com a nova História plurificam-se as fontes, as temáticas e as abordagens, o que torna inevitável o surgimento de novas propostas teóricas e metodológicas. Ocorrem reflexões, discussões e análises originando um enriquecimento do conhecimento humano e histórico.

No ensino de História das Missões pode-se estudar e pesquisar tópicos como o índio que habitava as terras antes da chegada do colonizador (principais tribos, costumes, a conquista e conseqüente colonização das terras pelos europeus e a interferência dos mesmos na identidade cultural dos indígenas; fazer uma relação com o índio que agora habita esse mesmo espaço. O trabalho dos jesuítas em conjunto com a coroa espanhola nas terras platinas nos séculos XVI, XVII e XVIII (os conflitos, a disputa pelas terras entre as coroas espanhola e portuguesa, o Tratado de Tordesilhas); a fundação das primeiras reduções, o objetivo das mesmas, a não estruturação, a invasão dos bandeirantes paulistas, a introdução do gado bovino pelos jesuítas em parte do território que hoje é Rio Grande do Sul. O retorno dos jesuítas para a Banda Oriental do rio Uruguai, fundando os Sete Povos das Missões (2ª fase).

Ainda há possibilidade de desenvolver estudo sobre a estrutura administrativa, econômica, política, social, urbana dos Sete Povos, a decadência dos mesmos, o Tratado de Madri, a Guerra Guaranítica, a expulsão dos Jesuítas entre outros temas. Pode-se também incluir aí a relação da população com os remanescentes das reduções que vivem na região hoje.

Essa pesquisa bibliográfica será apresentada em sala de aula pelos grupos que irão discutir em conjunto, professores e alunos, o roteiro da visita, definindo o que será pesquisado com ênfase maior, o que caberá a cada grupo, como serão organizadas as atividades antes, durante a visita e após.

Durante a visita, um grupo ficará responsável pela arquitetura e o plano dos povoados, outro pelas artes que os índios faziam durante o período reducional; um

terceiro grupo pode ocupar-se dos índios que vivem hoje na região comparando com os que viviam nesse mesmo espaço em outra época. Após a visita cada grupo deverá apresentar a sua pesquisa para os demais colegas na sala de aula, em forma de painéis com fotografias ou desenhos, maquetes, explanação sobre o que mais chamou a atenção dos mesmos.

O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, mas também a outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: culinárias, danças, músicas, artesanatos, etc. (HORTA, 1999). Estes podem portanto, ser, também, tema de estudo dos grupos.

Sugere-se ainda estudar a importância das reduções para a formação do Rio Grande do Sul, como a influência da economia missioneira na economia do Estado, a introdução do gado bovino no período inicial das reduções e o que representou na época com relação à fundação dos Sete Povos e sua estruturação. Outros temas sugestivos seriam a exportação de alguns produtos como couro e sebo na época, as formas iniciais de criação do gado, que raça foi trazida e uma comparação com as que são criadas atualmente na região, etc. Esse tipo de pesquisa poderá ser feita em livros, no campo e através de entrevistas com os moradores mais antigos do local. Assim, a história oral pode ser associada a esta experiência.

A influência nos costumes: na gastronomia, na política, na vida do gaúcho, especialmente dos "missioneiros", o tipo de estrutura urbana das reduções e sua relação com a organização das cidades da região missioneira, são outros tantos temas possíveis.

Portanto, para desenvolver o ensino e a aprendizagem da História das reduções, trabalhando os itens da temática citada anteriormente, a metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura. Isto seja um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, e até uma paisagem natural.

Através do objeto real como fonte de informação pode-se descobrir uma rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que a criou. Segundo Horta (1999), todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, uma paisagem, uma manifestação popular, festiva ou religiosa, ou num simples fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico.

Os conteúdos devem ser trabalhados de forma contextualizada com o seu momento histórico e relacionados com o momento atual. Sempre que possível devem ser estabelecidas relações com o cotidiano do aluno. Ao desenvolver as atividades, deve-se procurar motivar o educando para leituras, reflexões, esclarecimento de dúvidas, oportunizando a defesa de suas idéias, a elaboração de síntese e/ou conclusões.

O objetivo da prática pedagógica da pesquisa tendo como fonte principal o objeto, ou a cultura material, é o de tornar o ensino eficaz, atraente, curioso, abrangente e capaz de instrumentalizar o aluno para a compreensão das profundas transformações recentes sem esquecer que o mundo atual é o resultado de um longo e contraditório processo histórico (ROCHA, 2000).

Também os estudantes poderão recriar, fazer uma releitura do que foi pesquisado a partir do objeto como fonte de estudo, dramatizações, interpretações em diferentes meios de expressão como pintura, drama, dança, poesia, desenho, fotografias, música entre outras. Com isso ele envolve-se afetivamente, desenvolvendo sua capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa e valorização do bem cultural.

Essa proposta de trabalhar a partir da cultura material pode ser desenvolvida não somente na disciplina de História. A escola pode definir um projeto pedagógico propondo uma ação educativa coletiva, inter e multidisciplinar, buscando de forma permanente, a transformação da realidade, a melhoria da qualidade de ensino e o desenvolvimento da cidadania. Também pode-se e deve-se estimular o respeito à diversidade cultural.

O enfoque do trabalho baseado na cultura material é um recurso educacional importante, pois permite a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Podem ser usados como motivadores para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo ensino-aprendizagem.

Na disciplina de Geografia, o estudo de um sítio histórico, do seu meio ambiente pode ser o ponto de partida para a abordagem dos temas da disciplina. Pode-se analisar os mapas antigos comparando-os com mapas atuais. Ou ainda, fazer uma análise da população que ocupava o espaço geográfico das reduções e um paralelo com a população atual deste mesmo espaço, tendo como base a evidência histórico-cultural.

Alguns grupos poderão pesquisar o tipo de solo da região missioneira, a hidrografia, as principais plantações, em que época esses produtos são plantados e colhidos. Em Língua Portuguesa o grupo responsável pela pesquisa poderá apresentar uma redação sobre um objeto que mais lhe chamou a atenção. Na Matemática, a observação detalhada de um objeto, o desenho de um edifício, a confecção de mapas e plantas podem servir para desenvolver a prática de habilidades como pesar, medir, calcular alturas, comprimentos, entre outros, desde que seja observando o desenvolvimento cognitivo do aluno em questão. Pode-se calcular quilometragens, estudar as formas geométricas existentes no piso do período missioneiro. Na Educação Artística poderão pesquisar que material era utilizado para esculpir, que tipo de músicas eram executadas pelos índios entre outros.

Na Linguagem pode-se trabalhar com dramatização de lendas ou de personagens da história missioneira, como Sepe Tiaraju, hoje um mito na região, estimular a representação de fatos em forma de teatro, em forma de poesia, história em quadrinhos, uma exposição de redações sobre o tema definido ou traçar um paralelo sobre alguns termos usados na época reducional com termos atuais.

Estas sugestões podem dar uma idéia das infinitas possibilidades de um trabalho integrado e interdisciplinar.

É importante a participação cooperativa dos alunos, sob a orientação do professor no desenvolvimento da pesquisa de campo, tendo como fonte principal o objeto. Nesse estudo a escola deverá ser um laboratório de aprendizagem onde o conhecimento é elaborado de forma participativa, crítica e também multidisciplinar.

A sala de aula deve ser um espaço de produção de conhecimentos, onde a formação do educando perpassa o nível da informação e seja capaz de desenvolver habilidades, defender idéias, enriquecer posturas, resgatar valores, hábitos, atitudes democráticas, criativas e sadias, tornando o educando capaz de realizar a leitura crítica da realidade, bem como agilizar a sua transformação.

É preciso pensar em uma educação dinâmica reflexiva, humanística, formativa e democrática, para que se possa, através de um trabalho educativo eficaz e coerente, amenizar as desigualdades e preparar o indivíduo da melhor maneira possível para enfrentar a problemática do cotidiano (ROCHA, 2000).

Na História, pensar em educação de qualidade é pensar como um processo dinâmico. Um exercício de investigação do passado é aquele que permite ao aluno construir instrumentos teóricos tais que lhe possibilitem uma leitura objetiva da realidade social; que faça com que o aluno sinta-se parte integrante da História e não seu mero espectador.

CONCLUSÃO

O ensino de História, como as demais áreas da Educação, passou, nas duas últimas décadas, por sucessivas transformações. Questiona-se quase tudo neste final do século XX e início do século XXI. Mais precisamente, a partir de 1980, esse questionamento liga-se tanto às formas de pesquisas e investigações, até o pensar e o fazer pedagógico em sala de aula. Essa crise atinge o ensino em geral e Ensino de História em particular. Já não mais existem conceitos definitivos. Os motivos, as datas, os nomes, os feitos de personagens e acontecimentos históricos já estão sendo revistos e reavaliados. Há, portanto, muitas outras opções para o Ensino da História, que demonstram vigor e interpretações interessantes. Uma dessas interpretações é o Ensino da História através da Educação Patrimonial para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Ela começa pela história do município, conforme sugestão do Plano Curricular Nacional.

Porém, a partir da pesquisa realizada em algumas escolas que são mencionadas neste trabalho, constatou-se que as escolas de Porto Alegre e “Grande Porto Alegre” trabalham mais a História das Missões que as escolas da região missioneira. Outra constatação é quanto ao uso de livro didático como um dos poucos instrumentos de ensino e do número insuficiente de horas aula que permitam o melhor desenvolvimento da disciplina. Enfoques multidisciplinares são um instrumento precioso para resolução destas dificuldades. Também a metodologia utilizada por algumas das escolas poderia ser modificada. Propõem-se aqui a utilização da metodologia da Educação Patrimonial permitindo que o ensino de

História torne-se mais atraente e que os alunos demonstrem um interesse maior, especialmente pela História local.

A partir da pesquisa realizada, com as escolas já citadas neste trabalho, sugere-se o Ensino de História das Missões a partir da cultura material, dos remanescentes arqueológicos, artísticos, arquitetônicos e históricos dessa experiência na América Meridional. Estes formam um dos mais ricos acervos representativos da memória regional e local, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Isso já bastaria para dar a dimensão de sua importância.

Para tanto percebe-se a necessidade de utilizar outras fontes como a cultura material. Parte-se da História local, conforme sugestões dos PCNs, do cotidiano do aluno, fazendo um paralelo com a História regional, nacional e mundial, sempre respeitando a faixa etária do aluno em questão e o processo cognitivo deste.

No caso especial da História das Missões, propõe-se o uso dos remanescentes arquitetônicos, arqueológicos, artísticos e históricos da redução de São Miguel Arcanjo, como instrumento do ensino e aprendizagem desse período histórico e de sua importância para a formação do Estado. Também, o desenvolvimento da consciência da importância de se preservar esse Patrimônio para preservar a história e a memória.

Para os alunos destas séries do Ensino Fundamental, existe maior facilidade de registrar dados e informações a partir de tarefas operacionais concretas, não somente a partir de hipóteses. Por isso, identifica-se na Educação Patrimonial, ou no ensino centrado no objeto, uma forma de facilitar a aprendizagem. Uma metodologia para que o ensino e a aprendizagem da História das Missões torne-se mais interessante para os alunos e que ela possa ser valorizada por todos e não apenas por uma minoria da população.

Sabe-se que museólogos dão extrema importância ao contato direto com bens do Patrimônio porque eles possibilitam aos alunos uma experiência concreta e

única. Não sendo verbal esta experiência é, portanto, acessível a todos e permite evocar e explicar o passado que foi herdado.

Após a realização da pesquisa e pela experiência profissional como guia de turismo, acredita-se no desenvolvimento do ensino e aprendizagem centrados na cultura material, numa produção conjunta do conhecimento. Sugere-se portanto, a necessária instrumentalização de professores, a freqüente troca de informações, a pesquisa e sua socialização.

Ainda sugere-se, e isto é o que se propôs desde o início deste trabalho, que o ensino da História seja algo dinâmico, vívido e que através das metodologias sugeridas proporcione-se aos alunos um instrumento de desenvolvimento da consciência social pela apropriação significativa do passado, contribuindo para a constituição de um presente e de um futuro de melhores possibilidades para todos.

Para alunos do Ensino Fundamental, nas séries iniciais, objetiva-se as proposições de interação dos estudantes com o contexto sociohistórico desenvolvendo noções como espaço, tempo, localização, orientação, relação com o grupo social. Isto para auxiliar a criança a se situar, a situar o mundo, a perceber as relações existentes entre ela e as pessoas, e entre os diferentes objetos que o cercam. Quer-se propiciar ao aluno a reflexão sobre o mundo em construção e movimento, do qual ele faz parte e no qual precisa participar como sujeito. Igualmente, oferecer condições para que o estudante estabeleça relações diretas com o meio focalizado, observando, coletando dados, discutindo, estabelecendo e ampliando relações entre as informações. Sistematizar esses conhecimentos, familiarizando o educando com os fatos e acontecimentos históricos do cotidiano para que ele possa utilizá-los em sua trajetória e construção de sua cidadania é o que se propõe com a utilização da Educação Patrimonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOU, Selim. *La “República” jesuítica de los Guaraníes (1609-1768) y su herencia*. Buenos Aires: Manrique Zago/Selim Abou/ UNESCO, 1996.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA – *História e Cultura Material*. São Paulo: UPS, 1994. Vol. II, jan/dez, 1994.

ANALES V JORNADAS INTERNACIONALES Y MISIONES JESUÍTICAS. “*Las Misiones Jesuíticas-Guaraníes y el desarrollo regional Platense*”. Montevideo, 7 a 9 de setembro de 1994.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ASTRAIN, Antonio. *Jesuitas, Guaraníes y Encomenderos. Historia de La Compañía de Jesús en el Paraguay*. 2. ed. Asunción: CEPAG/FPMN, 1996.

BALDISSERA, José Alberto. *O Livro Didático de História: uma visão crítica*. 4. ed. Porto Alegre: Evangraf, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. *O Ensino de História – Revisão Urgente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *O que é História?*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRUXEL, Arnaldo. *Os 30 Povos Guaranis*. 2. ed. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987.

CHUVA, Márcia (org.). *A Invenção ao Patrimônio: continuidade e ruptura na Constituição de uma Política Oficial de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CAIMI, Flávia Heloisa. *Conversas e Controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980 – 1998)*. Passo Fundo: UPF editora, 2001.

CARDOSO, Ciro. *Os Métodos da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DIEHL, Astor Antônio (org.). *O Livro Didático e o Currículo de História em Transição*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: A Problemática da Pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FLORES, Moacyr. *Reduções Jesuíticas dos Guaranis*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. (Coleção História, 17)

_____. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: EST/ICHRS, 1983.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papyrus, 1995.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Os Jesuítas Portugueses e Espanhóis e sua Ação Missionária no Sul do Brasil e no Paraguai (1580 – 1640); um estudo comparativo*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

FREITAS, Bárbara (Org.). *O Livro Didático em Questão*. São Paulo: Cortez, 1992.

FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus Pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Erus, 1962.

GADELHA, Regina Maria A . F. *As Missões Jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do paraguai, século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos Latinos Americanos. V. 15)

_____. (Org.). *Missões Guarani: Impacto na Sociedade Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1999.

GRÜNBERG, Evelina. *Museu e Educação*. (Curso oferecido em Joinville, no Museu Arqueológico de Sambaqui, 24 a 26 de julho de 1989. (Texto não publicado).

_____. *A Educação Patrimonial*. Palestra proferida no II Encontro de Educadores e Museólogos da Região Missioneira, Santo Ângelo, 1991. (Texto não publicado)

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das Missões XVII – XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNGER, Evelina e MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

_____. *Educação Patrimonial I e II*. Texto apresentado no I Encontro de Educadores e Museólogos da Região Missioneira, Santo Ângelo – RS, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 1987. (não publicado)

_____. Educação Patrimonial. In: *Anais do 1º Congresso Latino Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística: perspectivas para a sua preservação*. Porto Alegre, 10 a 14 de junho de 1991. Porto Alegre: SMC, 1992, p. 59-73.

_____. Fundamentos da Educação Patrimonial. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000, p. 13-24.

KERN, Arno Alvarez. *Utopias e Missões Jesuíticas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. (Síntese universitária, 40)

_____. *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. (Coleção Arqueologia, 6)

_____. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. (Série Documenta, 4)

KOTHER, Beatriz. *Patrimônio Histórico e Turismo*. Palestra proferida no II Seminário Nacional de Turismo e Cultura. Centro de Cultura Missioneira/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 23 a 28 de agosto de 2000. Santo Ângelo. (texto não publicado)

KOSTIANOVSKI, Olinda Massare de. La Enseñanza en La Reduccionen. In: *Anales de las V Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas*. Montevideo, 7 a 9 de setembro de 1994. Montevideo, 1994, p. 113-123.

LECIONE, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico?*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARIN, Marilú Favarin. A Transição Democrática e os Obstáculos ao Desenvolvimento de uma Proposta de Ensino da História no Cotidiano Escolar de Santa Maria, RS. In: QUEVEDO, Júlio (org.). *Historiadores do Novo Século*. São Paulo: Companhia Nacional, 2001. (Coleção brasileira novos estudos, v. 4).

MASCARELLO, Sônia Nara P. R. (org.) *Patrimônio Cultural. Documentos Internacionais e Nacionais sobre preservação dos bens culturais*. São Leopoldo: UNISINOS, 1986.

MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y Reducido*. Asunción: CEADUC, 1986. (Biblioteca Paraguuaia de Antropología)

_____. *As Reduções Guaraníticas: uma missão no Paraguai Colonial*. (Texto não publicado) s.d.

_____. La Tierra – Sin-Mal de Los Guarani: Economía y profecía. In: *Revista Mexicana de Sociología*. México, vol. II, nº 4, out/dez, 1989.

_____. Missão por Redução. In: *Revista Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, vol. 25, nº 110, mai/jun, 1989.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

NAGEL, Liane Maria. Educação Patrimonial nas Missões Guarani-Jesuíticas do Rio Grande do Sul: Vivências, práticas e Fundamentos Teóricos. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre: nº 27, jan/juh, 2000, p. 277-296.

NECKER, Louis. *Indios Guaranies y Chamanes Franciscanos. Las Primeras Reducciones del Paraguay (1580 – 1800)*. Asunción: CEPAG/UCA, 1990. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol. 7)

NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o Ensino da História*. São Paulo: Cortez, 1996. (Questões da nossa época, vol. 52)

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. *Turismo no MERCOSUL: O Circuito Internacional das Missões Jesuíticas*. São Paulo: FFLCH-DG/USP. Dissertação de Mestrado, 1999. (Não publicada)

PALÁCIOS, Silvio e ZOFFOLI, Ena. *Gloria y Tragedia de Las Misiones Guaranies*. Bilbao: Mensajero, 1991.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: *História e Geografia*. Secretaria de Educação Fundamental. 2ª ed. Rio de Janeiro: DPZA, 2000.

PATRIMÔNIO CULTURAL: *Documentos Internacionais e Nacionais sobre Preservação dos Bens Culturais*. São Leopoldo: UNISINOS/Departamento de Arquitetura, 1986.

PIAGET, Jean. *Percursos piagetianos*. São Paulo: Cortez, 1997.

PINSKY, Jaime (org.) *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 1988. (Coleção Repensando o Ensino).

_____. *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 1990.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC – SP, nº 17, nov/1998, p. 203-211.

PINTO JÚNIOR, Arnaldo. As potencialidades da História local para a produção do conhecimento em sala de aula. O enfoque do município de Sorocaba. In: *Revista do Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisa de História*. Ano 1, nº 3, julho/2001.

POR ONDE PASSA A CENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL? Parâmetros Curriculares – Padrão Referencial de Currículo. CPERS, 1998.

QUEVEDO, Júlio. *A Guerra Guaranítica*. São Paulo: Ática, 1996. (Guerras e Revoluções Brasileiras).

_____. *Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

_____. *Rio Grande do Sul. Aspectos das Missões*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE EDIÇÕES PEDAGÓGICAS. *Área de Conhecimento História*. São Paulo, ano 1, nº 1, março de 2001.

REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE EDIÇÕES PEDAGÓGICAS. *Área de Conhecimento História*. São Paulo, ano 1, nº 3, julho de 2001.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. *O Livro Didático e a História Ibero-Americana: uma abordagem crítica*. Porto Alegre: PUC-RS, 2000. (Dissertação Mestrado – não publicado).

SALVADOR, César Cole. *Psicologia do Ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SCHALLENBERGER, Ernaldo. *As Missões Jesuíticas do Grairá: a defesa do índio no processo da colonização do Prata*. Porto Alegre: PUCRS, 1986.

SEFFNER, Fernando e BALDISSERA, José Alberto (orgs.). *Qual História? Qual Ensino? Qual Cidadania?* Porto Alegre: ANPUH, Ed. UNISINOS, 1997. (III Jornadas de Ensino de História, UNISINOS, São Leopoldo, 29 a 31 de maio de 1997).

SILVA, Marcos da (org.). *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, 1986.

TELLES, Leandro Silva. *Manual do Patrimônio Histórico*. Porto Alegre/Caxias do Sul/Rio Pardo: EST/UCS/Prefeitura Municipal, 1977. (Coleção Temas Gaúchos, 2)

TORRES, Luiz Henrique. A Formação Histórica do Rio Grande do Sul. O Indígena no Discurso Luso-Brasileiro. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Vol. V, XX, nº 1. Porto Alegre: PUCRS, 1990.

_____. *O Discurso historiográfico referente a participação do indígena na formação histórica sul-rio-grandense (1918 – 1964)*. Porto Alegre: PUCRS, 1990.

_____. A Trajetória Historiográfica das Missões Jesuítico-Guaranis: da tendência Luso-Brasileira à Renovação dos Anos 1960-1975. In: *Revista Estudos Leopoldenses – Série História*. Vol. 2, nº 1. São Leopoldo: UNISINOS/Centro de Ciências Humanas/PPGH, 1998.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Francisco. *O Livro Didático e o Ensino de História no 1º e 2º Graus. História, Ensino e Pesquisa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, a. 1, nº 2, 1985.
- ALVES, Eliana Rela (Coord.). *Caderno de Educação Patrimonial*. Caxias do Sul: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, 1996.
- ANAIS DO I SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS. “*A Experiência Reduicional no Sul do Brasil*”. Santa Rosa, 23 a 26 de outubro de 1975, Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, (1975).
- ANAIS DO II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS. “*A Experiência Reduicional no Sul do Brasil*”. Santa Rosa, 18 a 27 de outubro de 1977. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, (1977).
- ANALES DEL SIMPOSIO SOBRE LAS TRES PRIMERAS DECADAS DE LAS MISIONES JESUITICAS DE GUARANIES. 1609 – 1642. 4 – 6 de outubro de 1979. Buenos Aires: Montoya, 1986.
- ARRÓSPIDE, José Luis Rouillon. *Antonio Ruíz de Montoya Y las Reducciones del Paraguay*. Asunción: CEPAG, 1997.
- BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BLAJ, Ilana e MONTEIRO, John M. (orgs.) *História & Utopias*. São Paulo: ANPUH, 1996.
- BRZEZINSKI, Iria (org.) *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº13, 1994.

CADERNOS CEDES. *A Prática de Ensino de História*. São Paulo: Cortez, 1984.

CADERNOS PEDAGÓGICOS, nº 8 “*Em Busca da Unidade Perdida*”. Secretaria Municipal de Educação. Porto Alegre, 1997.

CAMPELLO, Glaucio. Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23/1996.

CAMPOS, Derocina Alves. O Ensino de História e a Construção da Cidadania. In: *BIBLOS – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2000. Vol 12.

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 23/1996.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Noção na Propaganda do “Milagre Econômico”. In: *Revista Brasileira de História*. Nº 43, vol. 22. São Paulo, 2002.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL – *Ação Popular – Patrimônio Histórico e Cultural*.

CUCHE, Denys. *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

CULTURA MATERIAL. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, s.d. Vol. 16. Homo – *Domesticação*.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Patrimônio edificado: conservação e ética. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000, p. 177-188.

DAL BÓ, Juventino e MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Memória, Educação e Cidadania. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000, p. 259-276.

DALLA ZEN, Maria Isabel (org.) *Projetos Pedagógicos: cenas de salas de aula*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. (cadernos Educação Básica, 7)

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma de. *Psicologia na Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Magistério 2º Grau. Série Formação do Professor).

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. *O Rio Grande de São Pedro entre a fé e a razão: introdução a história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FAZENDA, Ivani (org.) *Práticas Interdisciplinares na Escola*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. *Pensar a História, repensar o seu ensino*. Porto Alegre: Ponto Editora, 1994.

FENELON, Dea Ribeiro. A Formação do Historiador e a Realidade do Ensino na Educação de 1º e 2º Graus. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba, 1980.

FONTANA, Roseli e CRUZ, Nazaré. *Psicologia e Trabalho Pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.

FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. *O Construtivismo e a Educação*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

GABINATTO, Valeska. Ensino de História e Patrimônio Histórico: pontos para a construção da memória e cidadania. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000, p. 37-48.

GROSSI, Esther Pillar e BORDIN, Jussara (orgs.). *Paixão de Aprender*. Petrópolis: Vozes, 1992.

GUMBRECHT, Hans Ubrich. *Em 1926 – vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999. (Tradução de Luciano Trigo)

LARANJEIRA, Maria Inês. *Da Arte de Aprender ao Ofício de Ensinar*. Relato, em reflexão, de uma trajetória. Bauru, S P: EDUSC, 2000. (coleção educar)

LAVILLE, Christian. A Guerra das Narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. In: *Revista Brasileira de História. Identidades/Alteridades*. São Paulo: ANPUH, vol. 19, nº 38, 1999.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei Darcy Ribeiro – Lei nº 9394/96.

LUPORINI, Teresa Jussara. “Lugares da Memória”: políticas pela preservação do patrimônio cultural. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000, p. 205-217.

MAZO, Heloisa Appel. A pesquisa no processo ensino-aprendizagem. In: *Revista de Ciências Humanas*. Vol. 2, nº 2 (agosto, 2000). Frederico Westphalen: Ed. da URI, 2000, p. 61-86.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MELIÀ, Bartomeu; NAGEL, Liane Maria. *Guaraníes y jesuítas en tiempo de las Misiones – Una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo, RS: URI/CCM. Asunción: Cepag, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento no Campo da Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. IEB, nº 34. São Paulo: USP, 1992.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento Histórico. In: *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. São Paulo: Nova Série, vol. 2, jun/dez., 1994.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 12ª Coordenadoria Regional do IPHAN. *Remanescentes da Igreja da Redução de São Miguel Arcanjo*: Levantamento Cadastral. Porto Alegre: Pallotti, 1994.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: As abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.

MONTEIRO, John Manuel e BLAJ, Ilana (orgs.). *História & Utopias*. XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 1996.

NEMI, Ana Lúcia Lana e MARTINS, João Carlos. *Didática de História – o tempo vivido*. São Paulo: FTD, s.d.

NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial – 1640/1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NEVES, Joana. O Ensino de História do Brasil: Balanço Crítico. In: NADAI, Elza (org.) *Perspectiva do Ensino de História*. São Paulo: EDUSP, 1988.

NEVES, Maria Aparecida Mamede. *Ensinando e Aprendendo História*. São Paulo: EPU, 1985.

NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria e IOKOI, Zilda M. Gricolli (orgs.). *História: Fronteiras*. Vol. I. XX Simpósio Nacional da ANPUH Florianópolis – SC, julho de 1999. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. *Interdisciplinaridade Aplicada*. 2ª ed. São Paulo: Erica, 1998.

O DIREITO À MEMÓRIA: *Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

OGLIARI, Eleno. *Missões Jesuítico-Guaranis: Patrimônio e Memória*. Curitiba: IBPEX, 2002.

OLIVEIRA, Claudete Silva de. *O livro didático de História e a Universidade Cultural: uma análise a partir da etnia*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. (Dissertação de Mestrado, não publicada)

O LIVRO DIDÁTICO: Aspectos Teóricos-Metodológicos relevantes na sua produção. In: *Revista Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: EUFRGS, 2000, p. 245-249.

ORIÁ, Ricerdo. A História em praça pública: a leitura da cidade através de seus monumentos históricos. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000, p. 219-227.

PACHECO, Rodrigo Fernando Casagrande. *Patrimônio – Uma questão da História*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. (Dissertação de Mestrado não publicada)

PALÁCIOS, Silvio e ZOFFOLI, Ena. *Gloria y Tragedia de Las Misiones Guaranies*. Bilbao: Mensajero, 1991.

PAOLI, Maria da Célia e ALMEIDA, Márcio Antônio de. Memória, Cidadania, Cultura Popular. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 24/1996.

PENTEADO, Heloisa. *Metodologia do Ensino da História e Geografia*. São Paulo: Cortes, 1992.

PEROMM NETO, Samuel. *Psicologia da Aprendizagem e do Ensino*. São Paulo: EPU: EDUSP, 1987.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PROPOSTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA – PNE. *Consolidado da Plenária de Encerramento do II CONED*. Belo Horizonte: Organizadores: CNBB, MST, UNICEF, UNESCO e UNB, 1997.

POENITZ, Edgar e POENITZ, Alfredo. *Misiones, Provincia Guaranítica. Defensa y Disolución*. Posadas: Editorial Universitária, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 2-15.

POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO – CONFERÊNCIA NACIONAL. 27 a 31/07/1998. Luziânia, 1998.

POR ONDE PASSA A CENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL? Parâmetros Curriculares – Padrão Referencial de Currículo. CPERS, 1998.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954.

POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em Construção e o Conhecimento Histórico. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000.

PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO 1º E 2º GRAUS – *Escola Estadual de 1º e 2º Graus Augusto Meyer*, 12 D.E. – Projeto Melhoria. Guaíba, 1993.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. ANPED. São Paulo. Jan/fev/mar/abr, 1997, p. 5 – 25, nº 4.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Dossiês/Ensino de História: Novos Problemas*. São Paulo: ANPUH/FAPESP/Humanitas, 1998. nº 36, vol. 18.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Memória, História, Historiografia – Dossiê Ensino de História*. São Paulo: ANPUH/Março, nº 25/26, vol. 13.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *História em Quadro Negro – Escola, Ensino, Aprendizagem*. São Paulo, nº 19, vol 09.

REVISTA DA FACULDADE PORTO ALEGRENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS. *Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre: FAPA, nº 27, jan/jun, 2000.

REVISTA NOVA ESCOLA – (A revista do professor) ano XVI, nº 142 (maio 2001).

REVISTA NOVA ESCOLA – (A revista do professor) ano XVI, nº 144 (agosto 2001).

REVISTA NOVA ESCOLA – (A revista do professor) ano XVI, nº 146 (outubro 2001).

REVISTA NOVA ESCOLA. Edição especial. Parâmetros Curriculares Nacionais – *Fáceis de Entender de 1ª a 4ª Série*. Fundação Victor Civita. São Paulo: Abril, sd.

REVISTA NOTÍCIA DO PATRIMÔNIO. Nº 10, jul./1998. IPHAN.

REVISTA NOTÍCIA DO PATRIMÔNIO. Nº 131 dez./1998. IPHAN.

REVISTA NOTÍCIA DO PATRIMÔNIO. Nº 12, jul./1999. IPHAN.

REVISTA NOTÍCIA DO PATRIMÔNIO. Nº 13, nov./1999. IPHAN.

RHODEN, Luiz Fernando. Legislação e inventários do patrimônio. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000, p. 189 – 203.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio?. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 24/1996, p. 193 – 195.

SANT'ANNA, Elza Martins e MENEGOLLA, Maximiliano. *Didática: Aprender a Ensinar*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Repensando a ação cultural e educativa dos museus*. Salvador, Belo Horizonte: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

_____. *Museu, Escola e Comunidade – Uma Integração Necessária*. Salvador: BH: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1987.

_____. Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização. In: *Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural*. Porto Alegre, nº 27, jan/jun 2000, p. 103 – 120.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Franciscanos e Jesuítas no Processo Missioneiro Platino: a pedagogia catequética e a redução cultural. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Departamento História/Pós-Graduação em História/PUCRS, nº 1, junho, 1989.

_____. *A integração do prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. Toledo, PR: Ed. Toledo, 1997.

SILVA, Marcos (org.). *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, 1986.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Entre amigas: relação de Boa Vizinhaça. In: *Revista Dossiê Nova História*. São Paulo: USP, nº 23, set/out/nov/1994, p. 68-75.

SEVERAL, Rejane da Silveira. *A Guerra Guaranítica*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sob o silêncio da escola, a Memória. In: *Revista Brasileira de História – Biografia, biografias*. São Paulo/Ijuí: Ed. UNIJUÍ, vol. 17, nº 33, 1997, p. 280 – 291.

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO. CPERS, 1998.

VERZA, Ceverino B. Do currículo como prática e crítica ao currículo compreensivo. In: *Revista Espaço da Escola*. Ijuí: UNIJUÍ, ano 3, nº 12, abr/jun, 1994, p. 15 –30.

VOLKMER, José Albano. A Forma Brasileira e a Imagem Germânica: Patrimônio Cultural em Debate. In: *Retratos de Cooperação Científica e Cultural*. Porto Alegre: ICBA, 1996, p. 185 – 190.

ZAMBONI, E. (Coord.). *A Prática do Ensino de História*. São Paulo: Cortez/CEDES, 1986. (Cadernos CEDES, nº 10).

ZURETTI, Juan Carlos. La Enseñanza, la Escuela y los Maestros en las Misiones Guaraníes después de la Expulsión de los Jesuitas. In: *Revista del Instituto Histórico y Geográfico*. Montevideo. Tomo XXI, 1954, p. 145 – 153.

WEISZ, Telma e SANCHEZ, Ana. *O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

WITTER, José Sebastião. Arquivo, Memória-História. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. IEB. São Paulo: USP, nº 34, 1992, p. 25 – 49.

LISTA DOS LIVROS DIDÁTICOS USADOS PELAS ESCOLAS QUE RESPONDERAM À SOLICITAÇÃO

KOTEC, Luís Moraes. *Conhecendo o Rio Grande do Sul – Estudos Sociais*. 16ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

KRÄMER, Elva Verlang. *Terra Gaúcha – Estudos Sociais*. São Paulo: FTD, 1982.

LOPES NETO, Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. São Paulo: Globo, 2001.

MARQUES, Yolanda. *Estudos Sociais – Estudando o Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____. *Missões: uma história de 300 anos*. Porto Alegre: SPHAN, 1990.

MOURA, Wilma Silveira Rosa de (Coord.). *Trabalhando com Mapas*. Rio Grande do Sul. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

VERRI, Liane Maria (Coord.). *Vamos Conhecer Santo Ângelo – nosso município*. 2ª ed. Santo Ângelo: FuRI, 1990.

ANEXOS

ANEXO 01 – CARTA DE ATENAS (1931)

La ciudad no es sino una parte de un conjunto económico, social y político, que constituye la región.

La unidad administrativa coincide rara vez con la unidad geográfica, es decir con la región.

El cortaje territorial administrativo de las ciudades puede haber sido arbitrario desde el principio, o haberse hecho arbitrario ulteriormente, cuando, consiguientemente a su crecimiento, la aglomeración principal alcanzó y después englobó a otras comunas.

Esta repartición artificial se opone a una buena administración del nuevo conjunto. En efecto, ciertas comunas suburbanas han podido adquirir inopinadamente un valor negativo o positivo imprevisible, sea al convertirse en el asiento de lujosas residencias, sea al acoger intensos centros industriales, sea al agrupar miserables poblaciones obreras.

Los límites administrativos que compartimentan al complejo urbano se vuelven entonces paralizantes.

Una aglomeración constituye el núcleo vital de una extensión geográfica cuyo límite no está determinado sino por la zona de influencia de otra aglomeración. Sus condiciones vitales están determinadas por las vías de comunicación que aseguran su intercambio y la ligan intimamente a su zona particular.

No se puede encarar un problema de urbanismo sino refiriéndose constantemente a los elementos constructivos de la región, y principalmente a su geografía, llamada a representar un papel decisivo en este asunto: líneas de división de aguas, crestas vecinas que marquen un contorno natural confirmado por las vías de circulación naturalmente inscriptas en el suelo.

Ninguna empresa puede ser considerada si no enlaza con el armonioso destino de la región.

El plan de la ciudad no es sino uno de los elementos de esse todo que constituye el plan regional.

Juxtapuestos a lo económico, a lo social y a lo político, los valores de orden psicológico y fisiológico ligados a la persona humana introducen en el debate preocupaciones de orden individual y de orden colectivo.

Aislado, el hombre se siente desarmado; por ésto es que se junta espontáneamente con su grupo.

Librado unicamente a sus fuerzas no podría construir más que su cabaña, y llevaría en la inseguridad una vida sometida a peligros y fatigas agravados con todas las angustias de la soledad.

Incorporado al grupo, siente pesar sobre él la sujeción inevitables disciplinas, pero en cambio está asegurado, dentro de cierta medida, contra la violencia, la enfermedad, el hambre; puede pensar en mejorar su vivienda y saciar así su necesidad profunda de vida social.

Convertido en elemento constitutivo de una sociedad que los soctiene, colabora directa e indirectamente en las mil empresas que aseguran su vida física y desarrollan su vida espiritual. Sus iniciativas se tornan más fructuosas y su libertad mejor defendida no se detiene sino allí donde amenazara la de los demás.

Si las empresas del grupo son sabias, la vida del individuo es por ellas ampliada y ennoblecida. Si la pereza, la tontería o el egoísmo prevalecen, el grupo, anemiado y entregado al desorden, no trae a cada uno de sus miembros más que revalidad, odio, y desencanto.

Un plan es sabio cuando permite una colaboración fructuosa al mismo tiempo que cuida y respeta al máximo la libertad individual.

Radiación de la persona en el marco de civismo.

Estas constantes psicológicas y biológicas sufrirán la influencia del medio ambiente: situación geográfica y topográfica, situación económica, situación política:

- a) de la situación geográfica y topográfica, de la naturaleza de los elementos, agua y tierra, de la naturaleza de suelo, del clima. . .

La geografía y la topografía representan un papel considerable en el destino de los hombres.

No hay que olvidar jamás que el sol manda, imponiendo su ley a toda empresa cuyo objeto sea la salvaguardia del ser humano.

Llanuras, colinas, montañas intervienen por igual para modelar una sensibilidad y determinar una mentalidad.

Si el montañés baja con gusto a la llanura, el hombre de la llanura rara vez remonta los valles y difícilmente franquea las gargantas. Son las crestas de las montañas las que han delimitado las zonas de agrupamiento en que, poco a poco, reunidos por costumbres y usos comunes, los hombres han ido formando poblaciones.

La proporción de los elementos agua y tierra, sea que opere en superficie, oponiendo regiones lacustres o fluviales a extensiones de estepas, sea que se exprese en espesor, dando aquí grasos campos de pastoreo, allí landas y desiertos, da forma, también, a actitudes mentales que luego se inscribirán en las empresas y encontrarán su expresión en la casa, el pueblo o la ciudad.

Según la incidencia de sol sobre la curva meridiana, las estaciones se chocan brutalmente o se suceden por pasajes imperceptibles y aunque la Tierra, en su redondez continua, de parcela en parcela, no conozca ruptura, surgen innumerables combinaciones que tienen cada una su carácter particular.

Finalmente, las razas, con sus religiones y sus filosofías variadas, multiplican la diversidad de las empresas y proponen cada una su manera de ver y su razón de vivir personales.

b) de la situación económica: de los recursos de la región como también de los contactos naturales o artificiales con el exterior. . .

La situación económica, riqueza o pobreza, es uno de los grandes resortes de la vida, cuyo movimiento determina en el sentido de progreso o de la regresión.

Juega el papel de un motor que, según la fuerza de sus pulsaciones introduce la prodigalidad, aconseja la prudencia o impone la sobriedad; condiciona las variaciones que trazan la historia de pueblo, de la ciudad o del país.

La ciudad rodeada por una región cubierta de cultivos tiene su aprovisionamiento asegurado. La dispone de un subsuelo precioso se enriquece con materias que le servirán de moneda de cambio, sobre todo si se encuentra dotada de una red de circulaciones suficientemente abundante para permitirle entrar en contacto útil con sus vecinos próximos o lejanos.

La tensión del resorte económico, si bien depende en parte de circunstancias invariables puede ser modificada a cada instante por la aparición de fuerzas imprevistas que la casualidad o la iniciativa humanas pueden hacer provechosas o dejar inoperantes.

Ni las riquezas latentes que debe quererse explotar, ni la energía individual tienen carácter absoluto. Todo es movimiento, y lo económico no es jamás a fin de cuentas sino un valor momentáneo.

c) de la situación política: sistema administrativo.

Fenómeno más móvil que cualquier otro, signo de la vitalidad de un país, expresión de una sabiduría que alcanza a su apogeo o toca ya a su decadencia. . .

Si la política es por naturaleza esencialmente móvil, su fruto, el sistema administrativo, posee una estabilidad natural que le permite, en el tiempo, una instalación más larga, y no autoriza modificaciones demasiado frecuentes. Expresión de la móvil política, su duración está asegurada por su propia naturaleza y por la fuerza misma de las cosas. Es un sistema que dentro de límites bastantes rígidos rige uniformemente el territorio y la sociedad. Les impone estatutos, y, actuando regularmente sobre todas las palancas de mando, determina en el conjunto del país, modalidades de acción uniformes.

Este marco económico y político, aún cuando su valor esté confirmado por el uso durante un cierto tiempo, puede ser a cada instante trastornado sea en una de sus partes, sea en su totalidad. Basta a veces un descubrimiento científico para provocar una ruptura de equilibrio, para hacer surgir el desacuerdo entre el sistema administrativo de ayer y las imperiosas realidades de hoy.

Ocurre que algunas comunidades, que supieron renovar su marco particular sean ahogadas por el marco general de país. Este puede por su parte, soportar directamente el asalto de grandes corrientes mundiales.

No hay marco administrativo que pueda pretender a la inmutabilidad.

A través de la historia, circunstancias participares han determinado los caracteres de la ciudad: defensa militar, descubrimientos científicos, administraciones sucesivas, desarrollo progresivo de las comunicaciones y de los medios de transporte, (rutas de tierra, de agua, de hierro, del aire).

La historia está inscripta en los trazados y las arquitecturas de las ciudades; lo que subsiste forma el hilo conductor que, junto con los textos y los documentos gráficos, permite figurarse las sucesivas imágenes del pasado.

Los móviles que dieron nacimiento a las ciudades fueron de diversa naturaleza. Tan pronto fué el valor defensivo, y la cumbre de un peñasco, el meandro de un río veían nacer un burgo fortificado; tan pronto fué el cauce de dos rutas, una cabecera de puente o una bahía en una costa lo que determinó la ubicación del primer establecimiento.

La ciudad era de forma incierta, más comúnmente en medio círculo o en círculo. Si se trataba de una ciudad de colonización se la organizaba como un campamento, sobre ejes en ángulo recto y rodeada de empalizadas rectilíneas. Todo se ordenaba allí según la proporción, la jerarquía y la conveniencia. Las rutas que arrancaban desde las puertas del recinto huían oblicuamente hacia lejanas metas.

Aún se nota en el trazado de las ciudades el primer núcleo apretado del burgo, los recintos sucesivos y el trazado de las rutas divergentes.

La gente se apeñuscaba allí, encontrando según el grado de civilización, una dosis variable de bienestar. Aquí, reglas profundamente humanas dictaban la elección de las disposiciones allá arbitrarias sujeciones daban nacimiento a injusticias flagrantes.

Sobrevino la era del maquinismo. A una medida milenaria y que pudo haberse creído inmutable, se añadió una medida nueva en plena evolución todavía, la velocidad de los vehículos mecánicos.

Las razones que presiden el desarrollo de las ciudades están pues sometidas a continuos cambios.

Crecimiento o decrecimiento de una población prosperidad o decadencia de la ciudad estallido de los recintos llegados a ser sofocantes, nuevos medios de comunicación que amplían la zona de intercambio, beneficios o maleficios de una política elegida o soportada, todo es movimiento, sólo movimiento.

A medida que un grupo evoluciona, sea ciudad, país e humanidad se inscriben indudablemente valores en su patrimonio; sin embargo la vetustez ataca un día a todo conjunto de construcciones o de caminos.

La muerte alcanza a las obras tanto como a los seres.

Quién hará la discriminación entre lo que debe subsistir y lo que debe desaparecer? El espíritu de la ciudad se há formado en el curso de los años; simples edificios han tomado un valor eterno en la medida en que simbolizan el alma colectiva; son eh arma dura de una tradición que, sin querer limitar la amplitud de los futuros progresos, condiciona la dformación del individuo tal como lo harán el clima, la comarca, la raza, la constumbre.

Por ser una “pequeña patria”, la ciudad comporta unvalor moral que cuenta y que le está indisolublemente ligado.

El advenimiento de la era maquinista há provocado inmensas perturbaciones en el comportamiento de los hombres, en su repartición sobre la tierra, en sus empresas. Irrefrenado movimiento de concentración en las ciudades, favorecido por las velocidades mecánicas, evoluvión brutal sin precedentes en la historia y que se universal. El caos ha entrado en las ciudades.

El empleo de la máquina há trastornado las condiciones de trabajo. Há roto un equilibrio milenaro, dando un golpe de muerte al artesanado, vaciando los campos, atascando las ciudades y, sacrificando armonías seculares, perturbado las relaciones naturales que existían entre el hojar y los lugares de trabajo.

Un ritmo furioso, unido a una descorazonante caducidad, desorganiza las condiciones de vida, oponiéndose al acuerdo entre las necesidades fundamentales.

Las viviendas albergan mal las familias, corrompen su vida íntima, y el desconocimiento de las necesidades vitales tanto física como morales, da sus frutos envenenados: enfermedad, decadencia, rebeldía.

El mal es universal y se expresa, en las ciudades, por un amontonamiento que las empuja al desorden, y en los campos, por el abandono de numerosas tierras.

ANEXO 02 – CARTA DE VENEZA (1964)

O II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizando em Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o seguinte:

- A noção do monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer de tempo, significação cultural e humana.
- A conservação e a restauração de monumentos constituem disciplina que apela para todas as ciências e todas as técnicas capazes de contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio, sob a direção de arquitetos especializados.
- A conservação e a restauração de monumentos visam a salvaguarda tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico.
- A conservação de monumentos é sempre favorecida quando se atribui a esses monumentos função útil à sociedade, utilização essa que não pode alterar a disposição dos elementos que os compõem nem seu ambiente. É, pois, dentro desses limites que devem ser concebidas e podem ser autorizadas as reformas exigidas pela evolução dos usos e costumes.
- A conservação de monumentos impõe, antes de tudo, perseverança em sua manutenção.

Desde que as técnicas tradicionais se revelem insuficientes, a consolidação de um monumento pode ser assegurada, recorrendo-se a todas as técnicas modernas empregadas em obras de conservação e de construção cuja eficácia tenha sido comprovada por meios científicos e pela experiência.

- A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Ela visa conservar e a revelar o valor estético e histórico do monumento.

Apoia-se no respeito à substância da coisa antiga ou sobre documentos autênticos e deverá deter-se onde começa a conjectura. Além disso, todo trabalho complementar verificado indispensável, deverá se destacar da composição arquitetônica e levará a marca do mesmo.

Os elementos destinados a substituir as partes que faltarem, deverão integrar-se harmoniosamente no conjunto, embora distinguindo-se dos elementos originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

As contribuições de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, não devendo considerar-se a unidade do estilo como o objetivo a alcançar no curso de uma restauração.

Quando ocorrem num edifício diversas contribuições superpostas, a recuperação do estado jacente não se justifica senão excepcionalmente e sob a condição de que os elementos a serem retirados não apresentem nenhum interesse, ao passado que a composição, colocada á mostra, constitua um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético e seu estado de conservação seja julgado satisfatório. O conjunto do valor dos elementos em causa e a decisão sobre as eliminações a serem feitas não podem depender somente do critério do autor do projeto.

- Os acréscimos não podem ser tolerados senão quando respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu quadro tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

A remoção total ou parcial de um monumento do sítio original para outro local não pode ser tolerada, salvo se sua preservação assim o exigir ou se razões de grande interesse nacional ou internacional a justificarem.

A preservação do monumento implica a da moldura tradicional; as construções, demolições ou agenciamentos novos não poderão, pois, alterar as relações de volume e colorido do monumento com seu ambiente próprio.

Quer sejam urbanos ou rurais, os sítios que são testemunhos de determinada civilização, de algum acontecimento histórico ou de uma evolução significativa, devem constituir objeto de cuidados especiais tanto com o objetivo de salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, como de favorecer seu agenciamento e valorizar sua ocorrência.

Conseqüentemente, todo elemento arquitetônico ou de outra espécie que lhe comprometa o equilíbrio ou a escalada deve ser evitado ou eliminado. Os trabalhos de escavações devem ser executadas de conformidade com as normas definidas pela recomendação da UNESCO, de 1956, relativas as escavações arqueológicas. O agenciamento de ruínas e as medidas necessárias á conservação e á proteção permanente dos elementos arquitetônicos, assim como dos objetos descobertos, serão assegurados.

Por outro lado, todas as iniciativas deverão ser tomadas com o objetivo de facilitar a compreensão do monumento descoberto sem, jamais, desvirtuar sua significação. Todo trabalho de reconstrução deverá, entretanto, ser excluído a priori; somente a anastylose pode ser admitida, quer dizer, a recomposição de partes existentes, porem desmembradas. Os elementos de integração serão sempre identificáveis e representarão o mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.

Os trabalhos, de conservação, de restauração e de escavações serão sempre acompanhados de uma documentação sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias.

Todas as fases dos trabalhos de recuperação, de consolidação, de recomposição e de integração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decurso de trabalhos, deverão ser consignados nos mesmos relatórios. Essa documentação deverá ser depositada em arquivo de órgão da administração pública e posta á disposição dos pesquisadores; sua publicação é aconselhável.

Veneza, 29. V. 1964

ANEXO 03 - CONVENÇÃO DE PARIS (1972)

Segundo a 17 Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, em 1972, patrimônio cultural têm a seguinte consideração:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, da arte ou da ciência.
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, cuja arquitetura, unidade e integração na paisagem lhes dê um valor universal, excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- os lugares: obras do Homem ou obras conjuntas do Homem e da Natureza, assim como as zonas, incluindo as estações arqueológicas, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ANEXO 04 - DECRETO - LEI N° 25, DE 30 de novembro de 1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 130 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I - Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 1° - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1° - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro livros do Tombo, de que trata o art. 4 desta lei.

§ 2° - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2° - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como as pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3° - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;

- 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;
- 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuem sujeitos á lei pessoal do proprietário;
- 4) que peterçam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- 6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ás obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II - Do Tombamento

Art. 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1 desta lei, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes ás categorias de arte arqueológicas, etnográficas, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1;
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das belas - artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3, e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º - O tombamento dos bens pertencentes á União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado á entidade a quem pertencer, ou cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º - O tombamento de coisa pertencente á pessoa natural ou á pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, á notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir á inscrição da coisa.

Art. 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1) O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda á inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10 - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 5º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para todos os efeitos, salvo disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III - Dos Efeitos do Tombamento

Art. 11 - As coisas tombadas, que pertençam á União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidos de uma á outra das referidas entidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14 - A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinqüenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, a até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Tratando-se de bens pertencentes á União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19 - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder ás obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação , e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - Á falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas á vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos á inspeção, sob pena de multa de cem mil reis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1 desta lei são equiparados aos cometidos ao patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV - Do direito de preferência

Art. 22 - Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, á União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos direitos de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma de lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de ser feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiveram a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V - Disposições gerais

Art. 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24 - A União manterá, para conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25 - O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26 - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica a dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica á dos referidos no art. 26 dessa lei poderá ser posto á venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO - A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração que exceder.

Art. 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937;

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema

CRIAÇÃO DO CFDD

"ITAMAR REGULAMENTA FUNDO PARA RECUPERAÇÃO DE BENS"

Brasília - O presidente Itamar Franco editou medida provisória criando o Conselho Federal gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD). A MP regulamenta a lei que criou o fundo e tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e por infração a ordem econômica. Os recursos arrecadados pelo fundo e administrados pelo conselho serão aplicados na recuperação de bens e na promoção de eventos educativos e científicos.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 2 de novembro de 1994, p. 8

ANEXO 05 - COMPROMISSO DE BRASÍLIA - Abril 1970

Os Governadores de Estado, presentes ao Encontro promovido pelo Ministro da Educação e Cultura, para o estudo da complementação das medidas necessárias á defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; os Secretários de Estado e demais representantes dos Governadores que, para o mesmo efeito, os credenciaram; os Prefeitos de municípios interessados; os Presidentes e representantes de instituições culturais igualmente convocadas.

Em reunião de propósitos, solidários integralmente com a orientação traçada pelo Ministro Jarbas Passarinho na exposição por sua Excelência feita ao abrir-se a reunião, e manifestando todo o apoio á política de proteção dos monumentos, da cultura tradicional e da natureza, resumida no Relatório apresentado pelo Diretor do órgão superior, a D. P.H.A.H., a quem incumbe executá-la, e nas recomendações que nele se contém, do Conselho Federal de Cultura, decidiram consolidar, através de unânime aprovação, as resoluções adotadas no Documento, ora por todos subscrito, e que se chamará COMPROMISSO DE BRASÍLIA:

1. Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios á atuação federal no que se refere á proteção dos bens culturais de valor nacional.
2. Aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional.
3. Para a obtenção dos resultados em vista, serão criados onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, articulados devidamente com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN, para fins de uniformidade de legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do Decreto - Lei 25, de 1937.
4. No plano de proteção da natureza, recomenda-se a criação de serviços estaduais, em articulação com Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e, bem assim, que os Estados e Municípios secundem o esforço pelo mesmo Instituto empreendido para a implantação territorial definitiva dos Parques Nacionais.

5. De acordo com a disposição legal acima citada, colaborará a DPHAN com os Estados e Municípios que ainda não tiveram legislação específica, fornecendo-lhes as diretrizes tendentes á desejada uniformidade.
6. Impõe-se complementar os recursos orçamentários normais com o apelo a novas fontes de receita de valor real.
7. Para remediar a carência de mão-de-obra especializada, nos níveis superior, médio e artesanal, é indispensável criar cursos visando a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos de diferentes especialidades, orientados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional os cursos de nível superior.
8. Não só a União, mas também os Estados e Municípios se dispõem a manter os demais cursos, devidamente estruturados, segundo a orientação geral da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atendidas as peculiaridades regionais.
9. Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídos nos currículos escolares de níveis primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo Histórico e Artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e de cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio através da disciplina da Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe nos cursos de Arquitetura com disciplina de Arquitetura no Brasil), a introdução, no currículo das Escolas de Arte da disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, e de Estudos Brasileiros, parte destes consagrados aos bens culturais ligados á tradição nacional.
10. Caberá ás Universidades o entrosamento com Bibliotecas e Arquivos Públicos nacionais, estaduais, municipais, bem assim com os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto a melhor elucidação do passado e á avaliação e inventário dos bens regionais cuja defesa se propugna.

11. Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais.
12. Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição.
13. Recomenda-se a conservação do acervo bibliográfico, observadas as normas técnicas oferecidas pelos órgãos federais especializados na defesa, instrumentação e valorização desse patrimônio.
14. Recomenda-se a preservação do patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos de marinha; sugerindo-se oportuna legislação que subordine as concessões nessas áreas à audiência prévia dos órgãos incumbidos da defesa dos bens históricos e artísticos.
15. Com o mesmo objetivo, é desejável que pelos Estados seja confiada a especialistas a elaboração de monografias a cerca dos aspectos sócio-econômicos regionais e valores compreendidos no respectivo patrimônio histórico e artístico e também que, em cursos especiais para professores de ensino fundamental e médio se lhes propicie a conveniente informação sobre tais problemas, de maneira a habilitá-los a transmitir às novas gerações a consciência e o interesse do ambiente histórico - cultural.
16. Caberá às Secretarias competentes dos Estados a promoção e divulgação do acervo dos bens culturais da respectiva área, utilizando-se, para este fim, os vários meios de comunicação de massa, tais como a imprensa escrita e falada, o cinema e a televisão.
17. Há, outrossim, necessidade premente do entrosamento com a Hierarquia eclesiástica e superiores de Ordens religiosas e confrarias, para que todas as obras que venham a efetuar em imóveis de valor histórico ou artístico de sua posse, guarda ou serventia, sejam precedidas da audiência dos órgãos responsáveis pela proteção dos monumentos, nas diversas regiões do País.
18. Que a mesma cautela prevista no item anterior, seja tomada junto às autoridades militares, em relação aos antigos fortes, instalações e equipamentos castrenses, para a sua conveniente preservação.
19. Urge legislação defensiva dos antigos cemitérios e especialmente dos túmulos históricos e artísticos e monumentos funerários.

20. Recomenda-se utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incumbe ao Poder Público.
21. Recomenda-se aos poderes públicos Estaduais e Municipais colaboração com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no sentido de efetivar-se o controle do comércio de obras de arte antiga.
22. Os participantes do encontro ouviram com muito agrado a manifestação do Ministro de Estado sensível à conveniência da criação do Ministério da Cultura, e consideram chegada esta oportunidade, tendo em vista a crescente complexidade e o vulto das atividades culturais do país.
23. O Conselho Federal de Cultura e os Conselhos Estaduais de Cultura opinarão sobre as demais propostas apresentadas à Conferência, conforme o seu caráter, para o efeito de as encaminhar oportunamente à autoridade competente.

E por terem assim deliberado, os superiores interesses da cultura nacional, assinam este COMPROMISSO.

Em Brasília, em 3 de abril de 1970.

ANEXO 06 - COMPROMISSO DE SALVADOR - 1972

Os Governadores do Estado presentes ao Encontro promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do país;

Os Secretários de Estado e demais representantes Governadores que, para o mesmo efeito, os credenciaram;

Os Prefeitos de Municípios interessados;

Os Presidentes e representantes de instituições culturais igualmente convocados;

Em união de propósitos, solidários integralmente com a orientação que vem sendo traçada pelo Ministro Jarbas Passarinho desde o I ENCONTRO DE BRASÍLIA, em abril de 1970, e manifestando apoio á política de proteção aos bens naturais e de valor cultural, principalmente paisagens, parques naturais, praias, acervos arqueológicos, conjuntos urbanos, monumentos arquitetônicos, bens móveis, documentos e livros, política definida no Relatório apresentado pelo Diretor do IPHAN, reconhecendo o imenso proveito para a cultura brasileira alcançando como consequência do referido ENCONTRO DE BRASÍLIA:

1. Ratificam, em todos os seus itens, o "COMPROMISSO DE BRASÍLIA", cujo alto significado reconhecem, aplaudem e apoiam;
2. Na presente oportunidade encaminham á consideração dos responsáveis as seguintes proposições adotadas no documento ora assinado, que se chamará "DOCUMENTO DE SALVADOR":
 - 1- Recomenda-se a criação do Ministério da Cultura e de Secretarias de Cultura, no âmbito estadual.

- 2- Recomenda-se a criação de legislação complementar, no sentido de ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado, para atendimento do conceito de ambiência.
- 3- Recomenda-se a criação de legislação complementar no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências.
- 4- Recomenda-se que os planos diretores e urbanos, tem como os projetos de obras públicas e particulares que afetem áreas de interesse referentes aos bens naturais a aos de valor cultural especialmente protegidos por lei, contém com a orientação do IPHAN, do IBDF e dos órgãos estaduais iniciais de qualquer natureza.
- 5- Recomenda-se que também sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais de áreas ricas em bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.
- 6- Recomenda-se a convocação do Banco Nacional de Habitação e dos demais órgãos financiadores de habitação, para colaborarem no custeio de todas as operações necessárias à realização de obras em edifícios tombados.
- 7- Recomenda-se, nos âmbitos nacional e estadual, a criação de fundos provenientes de dotações orçamentárias, doações, rendimentos de loterias, descontos de impostos e taxas, ou outros incentivos fiscais, para fins de atendimento à proteção dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.
- 8- Recomenda-se que, na reorganização do IPHAN, lhe sejam dadas condições especiais em recursos financeiros e humanos, capazes de permitir o pleno atendimento de seus objetivos.
- 9- Recomenda-se que os Estados e Municípios utilizem, na proteção dos bens naturais e de valor cultural, as percentagens do Fundo de Participação dos Estados e Municípios definidas pelo Tribunal de Contas da União.
- 10- Recomenda-se que se pleiteie do Tribunal de Contas da União sejam extensivas aos museus, bibliotecas e arquivos, com acervos de importância comprovada, as percentagens a que alude a recomendação anterior.
- 11- Recomenda-se, por meio de acordos ou convênios, uma ação conjunta entre a administração pública e as autoridades eclesiásticas, para fins de restauração e valorização dos bens de valor cultural.

- 12-Recomenda-se a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas da valorização, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.
- 13-Recomenda-se a convocação da FINEP e órgãos congêneres, para o desenvolvimento da indústria do turismo, com especial atenção para planos que visem a preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.
- 14-Recomenda-se que os órgãos responsáveis pela política de turismo estudem medidas que facilitem a implantação de Pousadas, com utilização preferencial de imóveis tombados.
- 15-Recomenda-se a instituição de normas para inscrição compulsória dos bens móveis de valor cultural, bem assim de certificado de autenticidade e propriedade obrigatórios para transferência ou fins comerciais.
- 16-Recomenda-se a adoção de convênios entre o IPHAN e as Universidades, com o objetivo de proceder ao inventário sistemático dos bens móveis de valor cultural.
- 17-Recomenda-se o aproveitamento remunerado de estudantes de arquitetura, museologia e arte, para a formação de corpo de fiscais na área de comércio de bens móveis de valor cultural.
- 18-Recomenda-se convocação do Conselho Nacional de Pesquisa e da CAPES para o financiamento de projetos de pesquisas e de formação de pessoal especializado, com vistas ao estudo e à proteção dos acervos naturais e de valor cultural.
- 19-Recomenda-se que sejam criados, no âmbito das universidades brasileiras, centros de estudo dedicados à investigação do acervo natural e de valor cultural em suas respectivas áreas de influência, com a planificação, em sentido nacional, do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, através de seus órgãos específicos.
- 20-Recomenda-se aos Governos Estaduais que incluam no ensino normal curso complementar de estudos brasileiros e museologia, que permita aos diplomados a prestação de serviços em grau médio nos museus do interior, onde não haja profissional de nível superior.
- 21-Recomenda-se que seja complementada a legislação vigente, com vistas a disciplinar as pesquisas e trabalhos arqueológicos.

22-Recomenda-se que, na organização do DAC, sejam previstas maiores possibilidades de apoio e estímulo às manifestações de caráter popular e folclórico, através do órgão específico federal.

23-Recomenda-se que os Governos estaduais promovam, através do órgão competente, a elaboração do calendário das diferentes festas tradicionais e folclóricas, dando igualmente inteiro apoio à realização de festivais, exposições ou apresentações que visem a difundir e preservar as tradições folclóricas de seus respectivos Estados.

24-Recomenda-se que se pleiteie dos poderes competentes a necessidade de diploma legal que confira aos governos estaduais a responsabilidade da administração das cidades consideradas monumento nacional, para fins de atendimento da legislação específica.

Sugerem, outros sim:

- a inscrição como monumento de valor cultural, do acervo urbano de Lençóis - Bahia;
- a criação do Parque Histórico da Independência da Bahia, em Pirajá, Bahia;
- a criação do Museu do Mate no Município de Curitiba, Paraná;
- a publicação pelas administração estaduais e municipais de livros e documentos referentes à história da independência brasileira, nas suas respectivas áreas, por ocasião do transcurso do sesquicentenário da Independência do Brasil.

ANEXO 07 – DOCUMENTO OFICIAL DA UNESCO DECLARANDO AS RUÍNAS DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE - ATA

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E A CULTURA
CONVENÇÃO DESTINADA À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL,
CULTURAL E NATURAL
COMITÊ DO PATRIMÔNIO MUNDIAL - 7ª sessão ordinária
FLORENÇA (Itália), 5 a 9 de dezembro de 1983

I. INTRODUÇÃO

1. A sétima sessão do Comitê do Patrimônio Mundial realizou-se na Vila dos Médicis de Poggio a Caiano, Florença, de 5 a 9 de dezembro de 1983, por convite do governo italiano. Os países membros do Comitê, cuja lista segue, participaram da reunião: Argélia, República Federal da Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Chipre, França, Guiné, Itália, Jamahiriya árabe libiana, Jordânia, Líbano, Noruega, Sri Lanka, Suíça e Turquia.
2. Representantes do Centro Internacional de estudos para a conservação e restauração de bens culturais (ICCROM), do Conselho Internacional dos Monumentos e Locais (ICOMOS) e da União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN) participaram da reunião a título consultivo.

VII. LISTAS INDICATIVAS

14. O Comitê declarou que as listas indicativas de bens naturais tinham sido assumidas (revisadas) pelo Brasil e Portugal, tais como elas foram apresentadas no documento SC / 83 / CONF. 009 / INF. 3.
15. O Comitê exprimiu um vivo interesse pelas idéias formuladas por M. Parent, Presidente do ICOMOS, no seu relatório apresentado, quando da sétima sessão do "Bureau" notadamente no que concerne às dificuldades

atualmente encontradas na aplicação dos critérios culturais às proposições de inscrição de cidades históricas, aos bens culturais representativos de uma série e do critério de autenticidade. Após discussão, o "Comitê" afirmou seu pleno acordo com as idéias de M. Parent.

VIII. PROPOSIÇÕES DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

29. O Comitê examinou as proposições de inscrição na lista do patrimônio mundial, tomando nota dos comentários dos representantes dos ICOMOS e/ ou da UICN que apresentam uma avaliação de cada bem. O Comitê decidiu inscrever na Lista do patrimônio mundial os 29 bens culturais e naturais seguintes:

| País participante, tendo apresentada a proposição de inscrição do bem, de acordo com a Convenção | Nº de Ordem | Nome do Bem |
|--|-------------|--|
| Alemanha (rep. Federal) | 271 | Igreja de Peregrinação de Vies |
| Brasil | 275 | Ruínas de São Miguel das Missões. É assinalado que este bem entra em série e que a Argentina participou sua intenção de propor, de sua parte, as missões jesuíticas de Santo Inácio Mini e Santa Maria La Mayor. |
| Bulgária | 217 | Antiga Cidade de Nessebar |

Devido á extensão da Ata, transcrevemos aqui apenas os itens que se relacionam ás ruínas de São Miguel da Missões.

**ANEXO 08 - MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO
NAS ESCOLAS**

NOME DA ESCOLA: _____

PROFESSOR(A) TITULAR: _____

FORMAÇÃO: _____

SÉRIE (QUE É TRABALHADA A HISTÓRIA NAS MISSÕES): _____

NÚMERO DE ALUNOS: _____

HORAS/AULA SEMANAL DE HISTÓRIA: _____

METODOLOGIA USADA: _____

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA (LIVRO DIDÁTICO E OUTROS): _____

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DESENVOLVIDO: _____

RECURSOS: _____
